

IMAGEM E PODER NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO

(SÉCULOS XIX AO XXI)

ORGANIZADORES

KARLA MARIA DA SILVA

DAVI A. S. TALIZIN

NEILAINE RAMOS ROCHA DE LIMA



VOLUME

2 COLEÇÃO
ENSAIOS

IMAGEM E PODER NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO (SÉCULOS XIX AO XXI)



Maringá: Edições Diálogos, 2025



Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790
Bloco H-12, sala 16
Maringá/PR
CEP: 87020-900
E-mail: editoradialogos@uem.br

CONSELHO EDITORIAL

Angelo Priori (UEM – Coordenador Editorial)
Alexandre Fortes (UFFRJ)
Cláudia Viscardi (UFJF)
Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP)
Carlos Gregório Lopes Bernal (Universidad de El Salvador)
Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)
Gilmar Arruda (UEL)
Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)
João Fábio Bertonha (UEM)
José Luiz Ruiz-Peinado Alonso (Universitat Barcelona, Espanha)
Peter Johann Mainka (Universität Würzburg, Alemanha)
Ronny Viales Hurtado (Universidad de Costa Rica)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Coordenadora geral:

Neilaine Ramos Rocha (UEM)

Equipe:

Ailton Jose Morelli (UEM)
Alex Aparecido da Costa (UEM)
Davi A. S. Talizin (UEM)
Hudson Siqueira Amaro (UEM)
Jean Carlos Moreno (UEM)
Karla Maria da Silva (UEM)
Marcia R. de Oliveira Lupion (UEM)
Sezinando Luiz Menezes (UEM)

Copyright © 2025 para os organizadores

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, da editora ou dos organizadores/autores.

EQUIPE TÉCNICA

Revisão textual e gramatical: Os autores.

Normalização textual e de referências: Davi A. S. Talizin

Projeto gráfico/diagramação: Davi A. S. Talizin

Capa: Davi A. S. Talizin e Gustavo Henrique Sales

Tamanho da obra: 21x29,7 cm

Fonte: Bell MT

Publicação online: <https://dhi.uem.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I31 Silva, Karla Maria; Talizin, Davi A. S.; Lima, Neilaine Ramos Rocha [organizadores].
Imagem e poder no período contemporâneo: séculos XIX ao XXI. -- Maringá, PR : Edições Diálogos, 2025.

105 p. Il. PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-01-74419-3

1. História contemporânea. 2. Imagem. 3. Poder.

I. Silva, Karla Maria. II. Talizin, Davi A. S. III. Lima, Neilaine Ramos Rocha. IV. Título.

CDD 909.81

909.82

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Capítulo 01: O poder moderador: uma discussão entre um liberal e um conservador na segunda metade do século XIX	14
Capítulo 02: Uma análise da questão religiosa publicada no periódico “O Mosquito” entre 1872 e 1875 sob o traço de Angelo Agostini	25
Capítulo 03: O café vale ouro? Análise de representações gráficas da cultura cafeeira em Londrina (1930-1950)	38
Capítulo 04: “Um Grande Ideal”: quadrinhos como ferramenta política integralista	50
Capítulo 05: Conquistando mentes: a relação política entre os projetos bluebird e artichoke e o contexto da guerra fria.....	63
Capítulo 06: A história global e o museu de arte socialista em Sófia, 2011	73
Capítulo 07: Jair Messias Bolsonaro: a extrema direita brasileira no poder (2019-2022):.....	83
Capítulo 08: Esboço de uma análise sobre a projeção de Michelle Bolsonaro na esfera política brasileira (2018-2024).....	94

APRESENTAÇÃO

Os textos aqui reunidos tiveram origem no evento ***História Regional: sujeitos, espaços e práticas***, promovido pelo Departamento de História e pelo ProfHistória da Universidade Estadual de Maringá, entre 27 e 29 de novembro de 2024. O foco do evento era possibilitar discussões que tivessem como eixo central problemáticas envolvendo a história regional e questões como identidade, suas relações com a história global, a diversidade social, a valorização do patrimônio, e a sua vinculação ao ensino de história.

A História Regional é uma abordagem existente no grande campo da historiografia, em que se concentra a análise histórica em um determinado espaço geográfico. O material existente nessa série de livros é fruto da experiência das análises historiográficas elaboradas no contexto regional, não apenas sobre a História Regional, mas feita a partir dela, uma produção regional de diferentes discussões temáticas do universo historiográfico.

Paralelamente, outros temas, com recortes temporais variados, também foram trazidos à tona no evento, ampliando o diálogo entre professores/pesquisadores e estudantes. Discussões relativas à Antiguidade, à Idade Média e à Modernidade ocuparam lugar importante no evento; assim como questões relacionadas à história cultural e à história das crenças e das religiões, os debates envolvendo imagem e poder no século XIX, a relação entre impressos e movimentos sociais, e as reflexões relacionadas ao ensino de História.

Essa diversificação ordem temporal, temática e teórica, e a troca de ideias entre os pesquisadores, é extremamente importante no processo de construção do conhecimento histórico e pode produzir resultados reveladores, lançando novas luzes sobre diferentes aspectos, episódios, personagens ou processos.

As discussões ocorridas promoveram interessantes reflexões, as quais foram materializadas nos capítulos que compõem esta coletânea.

O primeiro livro da Coleção Ensaios **“Da Antiguidade aos Tempos Modernos”** oferece ao leitor uma rica e multifacetada jornada pela História, tecendo um panorama que se estende das fundações da civilização ocidental na Antiguidade até as complexas dinâmicas da era moderna. Este livro reúne um mosaico de estudos que, em conjunto, iluminam as contínuas transformações e as surpreendentes permanências nas esferas do poder, da cultura, da fé e da identidade ao longo dos séculos.

A obra mergulha inicialmente nas raízes do Ocidente, explorando a complexa sociedade do Império Romano. Examina-se tanto a dinâmica da economia imperial, a partir da perspectiva de grandes proprietários de terras, quanto o papel e a educação de mulheres da

elite que desafiaram as convenções de seu tempo. Em paralelo, o livro investiga o alvorecer do cristianismo, desvendando a formação de novas identidades e as fluidas fronteiras sociais e culturais entre judeus, gregos e os primeiros seguidores de Jesus.

O coração desta coletânea pulsa na Idade Média, um período que aqui se revela em toda a sua diversidade. Um núcleo significativo de estudos volta-se para a Península Ibérica, em especial o Reino de Castela no século XIII. As análises desvendam as relações de poder através do simbolismo de rituais, a importância da fidelidade nos laços de vassalagem e as tensões que culminaram na revolta da nobreza e no uso do exílio como ferramenta política. A obra também explora a moralidade que regia o mundo dos negócios, guiada pela virtude da prudência, e a construção do ideal de cavaleiro, dividido entre a lógica política e os preceitos religiosos.

Para além da política e da lei, os capítulos medievais exploram a riqueza da cultura e da mentalidade da época. Investiga-se a expressão de subversão e crítica social nas canções de clérigos e estudantes itinerantes, a função pedagógica e simbólica da arte nas catedrais góticas e a vigilância sobre os prazeres e a honra da juventude. A visão sobre o "outro" é um tema central, abordado tanto na perspectiva do mundo islâmico diante da ameaça das Cruzadas quanto na percepção europeia do "maravilhoso" Oriente, a partir de relatos de viagem da época. A trajetória de um influente bispo na Britânia do século VII ilustra os embates entre poderes régios e eclesiásticos na formação da cristandade. A própria imagem do mal é analisada em uma fascinante comparação histórica, contrastando sua representação entre o fim da Idade Média e o início da Era Moderna.

Por fim, o livro avança no tempo, conectando o legado do passado às novas realidades do mundo atlântico. Examina-se a formação de uma identidade singular na São Paulo colonial, forjada no contato contínuo e transformador com o sertão e seus povos originários. A obra se encerra com um olhar sobre o século XIX, analisando a chegada de uma importante missão artística europeia ao Brasil, um projeto que visava modernizar e transformar as artes na nova capital do império.

Dessa forma, "Da Antiguidade aos Tempos Modernos" se constitui como um diálogo vibrante entre diferentes épocas, espaços e problemáticas. Através da análise minuciosa de fontes variadas, os autores constroem um panorama coeso e instigante, revelando como poder, identidade, cultura e fé se entrelaçaram para moldar a História.

Na sequência, a obra **"Imagem e Poder no Período Contemporâneo - Séculos XIX ao XXI"** mergulha nas complexas e indissociáveis relações entre imagem e poder ao longo dos últimos três séculos. Os estudos aqui reunidos oferecem um panorama abrangente de como representações visuais, discursos políticos e a construção de figuras públicas foram utilizados como ferramentas estratégicas para legitimar, contestar e exercer poder. A obra percorre um

arco histórico que vai dos debates institucionais do século XIX às dinâmicas das redes sociais no século XXI, revelando as múltiplas faces do poder em sua dimensão simbólica.

A jornada se inicia no século XIX, um período de formação de Estados nacionais e intensos debates ideológicos. A obra adentra as discussões sobre a arquitetura do poder no Império do Brasil, analisando as controvérsias em torno de seus principais mecanismos de autoridade e o embate entre diferentes correntes de pensamento, como o liberalismo e o conservadorismo. Em seguida, explora como os conflitos entre Igreja e Estado foram travados não apenas na arena política, mas também no campo da imagem, por meio da imprensa satírica e da caricatura, que se tornaram poderosas ferramentas de crítica social e formação de opinião pública.

Avançando para o século XX, os capítulos revelam como o poder se manifestou através da propaganda e da construção de identidades coletivas. Investiga-se como a cultura cafeeira foi representada visualmente para forjar a identidade de uma próspera região brasileira, associando um produto agrícola à ideia de "ouro verde" e progresso. Em um registro mais sombrio, a coletânea desvenda o uso da propaganda e da linguagem visual, como as histórias em quadrinhos, para disseminar ideologias autoritárias no Brasil pós-guerra, adaptando velhos discursos a novas realidades. O livro também transcende as fronteiras nacionais para examinar as facetas mais secretas do poder durante a Guerra Fria, revelando os projetos de controle mental desenvolvidos por agências de inteligência em sua busca pela hegemonia global.

Finalmente, a obra chega ao nosso tempo, analisando as reconfigurações da relação entre imagem e poder na era digital. Um estudo de caso da política brasileira recente demonstra como a figura de uma primeira-dama foi estrategicamente construída e projetada, utilizando as redes sociais e o discurso religioso para fortalecer um movimento político, evidenciando o papel central da imagem na mobilização de bases conservadoras e na personificação de valores e estereótipos de gênero.

Deste modo, "Imagem e Poder no Período Contemporâneo" oferece um panorama perspicaz e abrangente. Ao transitar do Império à República, da Guerra Fria à era digital, a coletânea demonstra que, embora as ferramentas e os contextos mudem, a luta pela construção de narrativas e a manipulação de imagens permanecem no cerne do exercício do poder. É uma leitura essencial para compreender como as disputas políticas são, fundamentalmente, disputas por representação.

O livro três da coleção Ensaio é um convite à reflexão crítica sobre os desafios, as tensões e as transformações que definem o nosso tempo. **"Debates sobre Tempo Presente e História"** reúne um conjunto vigoroso de ensaios, a obra confronta o leitor com as complexas dinâmicas do presente, demonstrando a relevância e a necessidade do ofício do historiador para

a compreensão do agora. Os capítulos aqui presentes atravessam diferentes geografias e temas, mas compartilham um compromisso em comum: analisar como o passado recente reverbera em nosso cotidiano, moldando a política, os movimentos sociais e a cultura.

Uma parte central da obra se dedica a examinar a longa sombra do autoritarismo no tempo presente. Os estudos investigam desde as raízes e a persistência de ideologias fascistas em contextos inesperados, como em uma pequena cidade do interior do Brasil ou em torcidas de futebol europeias, até as profundas cicatrizes deixadas pela ditadura militar brasileira. A coletânea dá voz à resistência, analisando a coragem de grupos que denunciaram a violência em publicações clandestinas, a mobilização de mães em busca de direitos e justiça, e como o cinema contemporâneo se torna um veículo poderoso para revisitar o trauma do desaparecimento político.

O livro volta-se também para as dinâmicas da política e da mobilização social que moldam nosso mundo. Análises aprofundadas sobre o Brasil recente exploram a escalada da polarização política, os desafios às instituições democráticas e as surpreendentes formas de organização que emergem em nível local, muitas vezes unindo religiosidade e engajamento cívico. Em uma perspectiva global, os ensaios investigam as complexas interações entre fé, tradição e modernidade nos movimentos de renovação do pensamento islâmico e examinam os fluxos migratórios contemporâneos através das histórias de vida de mulheres migrantes, revelando a importância das redes de apoio e das identidades transnacionais.

Por fim, a obra explora como a cultura, especialmente o cinema, se torna um espelho para as crises e angústias do tempo presente. Através da análise de produções cinematográficas, os autores discutem como temas como as mudanças climáticas, a perda da fé e a ausência de perspectivas de futuro são representados e debatidos na esfera pública, refletindo um sentimento de mal-estar que caracteriza a contemporaneidade.

Em suma, "Debates sobre Tempo Presente e História" é uma obra provocadora e essencial. Ao reunir investigações sobre fenômenos políticos, movimentos sociais e representações culturais que nos afetam diretamente, o livro reafirma a importância da História do Tempo Presente. É uma leitura fundamental para todos que buscam compreender os desafios do nosso tempo e refletir sobre como o passado continua a ressoar e a moldar o nosso presente e futuro.

Este livro oferece ao leitor uma imersão no universo da História Cultural, campo que investiga não apenas os acontecimentos do passado, mas as múltiplas formas como eles são construídos, percebidos e representados. A obra reúne um conjunto de ensaios que exploram como imagens, narrativas e memórias se entrelaçam para dar forma à nossa compreensão do

mundo, atuando como forças ativas na definição de identidades, na articulação do poder e na produção de saberes.

A obra **"História Cultural: entre as imagens, narrativas e memórias"**, quarto livro da coleção, inicia sua exploração pelo vasto campo das imagens, demonstrando como as representações visuais são arenas de poder e construção de sentido. Os ensaios analisam desde a pintura histórica do século XIX, que forjou a memória de guerras e a identidade nacional, até as páginas de revistas populares que moldaram o papel social da mulher em meados do século XX. A investigação se aprofunda na crítica das artes visuais, desvendando o olhar masculino na representação do corpo feminino ao longo da história da arte, e explora a potência das histórias em quadrinhos como complexas narrativas sobre períodos de efervescência cultural e política, como a Berlim dos anos 1920.

Em seguida, o livro se volta para a força das narrativas. Os capítulos revelam como diferentes discursos — sejam eles científicos, musicais ou econômicos — organizam e dão forma à nossa percepção do passado. A análise viaja desde os relatos de naturalistas europeus do século XIX, que construíram uma narrativa específica sobre a natureza e as doenças no Brasil, até as canções de protesto dos anos 1960, que articularam um projeto político e cultural para a nação. A obra também demonstra como o pensamento econômico pode ser lido como uma grande narrativa sobre o desenvolvimento de um país e, em um plano mais teórico, reflete sobre como as narrativas geracionais são fundamentais para a construção da consciência histórica e para o próprio ensino de História.

Por fim, a coletânea mergulha no campo da memória, investigando como as identidades coletivas são formadas, mantidas e transformadas. Um dos estudos de caso explora a trajetória de comunidades de imigrantes no sul do Brasil, mostrando como a memória e as tradições culturais são preservadas e recriadas em um novo território. Essa reflexão sobre a memória permeia toda a obra, que, em sua essência, questiona como certas imagens e narrativas são selecionadas para compor a lembrança oficial de uma nação, de uma guerra ou de um grupo social, enquanto outras são relegadas ao esquecimento.

Desta forma, **"História Cultural: entre as imagens, narrativas e memórias"** é uma obra para quem busca compreender as camadas mais profundas do fazer histórico. Os ensaios aqui reunidos nos lembram que a história não é apenas o que aconteceu, mas, fundamentalmente, como o que aconteceu é visto, contado e lembrado. É um convite para um olhar mais crítico sobre as fontes do passado e as histórias que elas nos contam.

Já a obra **"História Local e Regional: as múltiplas narrativas do passado"** representa o coração da presente coleção, materializando em seus capítulos o tema central do evento que o originou: toda a coleção foi voltada a temática **"História Regional: sujeitos, espaços e**

práticas". A obra é uma celebração da riqueza e da complexidade da História vista de perto e, ao voltar o olhar para municípios, comunidades e espaços específicos, revela as múltiplas camadas que compõem o passado, desafiando as narrativas unificadoras e dando voz a uma diversidade de experiências que, muitas vezes, permanecem à margem da grande História nacional.

O livro mergulha na formação do território, investigando os processos de ocupação que definiram a paisagem humana e social, especialmente no sul do Brasil. Os estudos abordam desde a chegada de imigrantes europeus, que trouxeram suas culturas e aspirações para uma nova terra, até a perspectiva dos grandes empreendedores que planejaram a colonização de vastas áreas. Em contraponto a uma visão de "terra vazia", a obra revela as políticas de aldeamento impostas aos povos indígenas, mostrando como a reconfiguração do espaço foi um processo complexo e, frequentemente, violento. A análise se aprofunda na vida cotidiana dessas novas comunidades, explorando a criação de instituições fundamentais, como as primeiras escolas, que nasceram junto com as cidades.

Avançando para além da fundação, a obra explora a arena da memória, questionando quem tem o poder de contar a história de um lugar. Investiga-se como a escolha dos nomes de cidades reflete relações de poder e projetos de identidade, muitas vezes homenageando elites e apagando outras trajetórias. Em uma perspectiva crítica e decolonial, os ensaios analisam como patrimônios culturais marginalizados podem ser ressignificados para desafiar narrativas hegemônicas. Discute-se também a importância da criação de espaços de memória, como museus e memoriais, como atos de resistência e afirmação da identidade coletiva no presente.

Ao final, "História Local e Regional" reafirma o poder do olhar microanalítico. Os ensaios aqui reunidos demonstram que é no estudo minucioso dos lugares e de suas gentes que as grandes narrativas históricas são testadas, enriquecidas e, muitas vezes, transformadas. Esta é uma obra fundamental para entender que a história é feita de múltiplas vozes e que o passado é um campo vivo, constantemente disputado e ressignificado.

"Impressos e Movimentos Sociais: construção historiográfica através dos veículos de informação", sexto livro da coleção "Ensaio", mergulha no universo da imprensa para explorar como jornais e revistas atuaram como poderosos agentes históricos. Longe de serem meros transmissores de informação, os periódicos aqui analisados são revelados como espaços de disputa, ferramentas de mobilização social e instrumentos para a construção de projetos de nação, ideologias e identidades.

Os ensaios demonstram a centralidade da imprensa na articulação de grandes projetos políticos e ideológicos. A análise viaja desde a Europa em guerra, onde a imprensa anarquista se tornou a voz de um movimento revolucionário, até o Brasil do século XIX, em que

periódicos técnicos foram cruciais para disseminar um projeto de modernização agrícola e nacional. A obra também explora como revistas acadêmicas especializadas foram fundamentais para construir e unificar um campo de saber continental, como o indigenismo, definindo o modo como o passado dos povos originários seria interpretado.

Um eixo fundamental do livro é a relação entre a imprensa e a construção das identidades de gênero. Os estudos investigam como revistas e jornais, no Brasil e no México, foram utilizados para moldar o comportamento feminino, prescrevendo papéis sociais para as mulheres em contextos de guerra e de consolidação de projetos nacionais. Indo além da representação, a obra também lança luz sobre a participação ativa das mulheres como intelectuais e autoras nesses mesmos periódicos, revelando sua presença e contribuição em espaços muitas vezes dominados por homens.

Ao focar nos "impressos", este livro oferece uma contribuição valiosa para a compreensão de como as ideias circulam e ganham força. Fica evidente que jornais e revistas são mais do que fontes para o historiador: são o próprio palco onde a história é debatida, as identidades são forjadas e os movimentos sociais encontram sua voz. É uma obra essencial para entender a força da palavra impressa na construção do mundo contemporâneo.

Chegando ao penúltimo livro desta coleção, a obra **"História das Crenças e das Religiões"** nos conduz por uma jornada fascinante e complexa através das múltiplas formas como a humanidade experiencia, constrói e disputa o sagrado. Os capítulos aqui reunidos exploram um vasto panorama de crenças, desde as mais ancestrais, inscritas em rochas, até os debates contemporâneos que desafiam instituições milenares, revelando como a fé é um campo dinâmico de poder, identidade e resistência.

O livro mergulha nas raízes da religiosidade no território brasileiro, investigando os possíveis contornos místicos e cerimoniais nas pinturas rupestres, que apontam para uma profunda conexão espiritual dos povos originários com o seu mundo. Avançando no tempo, a obra ilumina a diversidade religiosa e os conflitos que marcaram a formação do Brasil. Análises de processos criminais das décadas de 1950 a 1970, por exemplo, revelam a perseguição sistemática a espíritas, umbandistas e curandeiros. Em paralelo, a obra reconstitui a trajetória e a formação de uma discreta, mas resiliente, comunidade judaica em uma cidade do interior, e analisa as tensões entre o catolicismo oficial e as novas correntes religiosas que emergiam no século XIX, embaladas por um ideário liberal.

A coletânea se aprofunda na análise de discursos e representações no seio do cristianismo. Um dos estudos investiga as falas de um influente arcebispo brasileiro para compreender a construção de uma noção específica de juventude, guiada por preceitos de fé e vocação familiar. Em um ousado contraponto, outro capítulo nos transporta para os Estados

Unidos da década de 1970 para analisar a inédita realização de casamentos religiosos homossexuais, mostrando como comunidades de fé podem se tornar espaços de reivindicação de direitos e de ressignificação de rituais. A obra também viaja à Idade Média para desvendar, em um grande poema épico, os entrelaçamentos culturais e temporais na construção de figuras mitológicas que personificam complexas alegorias sobre o pecado.

Por fim, o livro se volta para o tempo presente, explorando as crises da fé e as novas formas de manifestação do sagrado. Um capítulo analisa como o carnaval pode se tornar um potente espaço de debate sobre intolerância religiosa, através da representação de divindades de matriz africana na avenida. Fechando a obra, uma análise de uma produção cinematográfica contemporânea discute a angústia da fé diante de um futuro incerto, marcado por crises ambientais e pela dificuldade de mobilização coletiva, refletindo o mal-estar que caracteriza nossa época.

Assim, "História das Crenças e das Religiões" nos oferece um mosaico rico e provocador, demonstrando que o estudo do sagrado é fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam o mundo.

Chegamos ao último livro desta coleção com uma obra que se volta para o coração do fazer histórico em sua dimensão mais fundamental: a sala de aula. **"Ensino de História: horizontes de práticas e pesquisas"** reúne um conjunto de reflexões e estudos que mergulham nos desafios e nas imensas possibilidades que cercam a educação histórica na contemporaneidade. Este livro é um convite para que educadores, pesquisadores e estudantes repensem as práticas pedagógicas, os materiais didáticos e o próprio sentido de se ensinar e aprender História em um mundo cada vez mais complexo e digital.

Uma parte essencial da obra dedica-se a analisar criticamente as ferramentas e os conteúdos que moldam o ensino de História no Brasil. Os capítulos investigam como os livros didáticos representam ou silenciam a presença e o protagonismo dos povos indígenas e afro-brasileiros, e propõem novas metodologias para superar as lacunas deixadas por uma abordagem tradicional. A análise se aprofunda na crítica aos currículos que, sob a bandeira da modernização, promovem uma lógica produtivista e de controle sobre o trabalho docente, esvaziando o potencial crítico da disciplina e transformando a educação em uma mercadoria.

Outro eixo fundamental do livro aborda a relação entre o ensino de História e o universo digital. Em um tempo em que os alunos consomem informações em plataformas como TikTok e YouTube, os autores discutem os desafios e as oportunidades que essas novas mídias trazem. A obra explora como temas sensíveis podem ser apresentados nesses espaços e reflete sobre como os professores podem utilizar criticamente esses conteúdos, transformando-os em ferramentas pedagógicas para engajar os estudantes e promover discussões aprofundadas. A

discussão se estende para a metodologia da própria História Digital, propondo novas formas de analisar fontes e de gerenciar dados de pesquisa em ambientes virtuais.

Por fim, a obra reforça a relevância de se ensinar todos os períodos históricos, combatendo a visão utilitarista que por vezes ameaça a presença da História Antiga e Medieval nos currículos. Os autores defendem que o estudo de temporalidades distantes, como as democracias da antiguidade, oferece ricas oportunidades para a reflexão sobre alteridade e para o desenvolvimento da consciência histórica. Além disso, a coletânea propõe que o ensino de História pode ser uma poderosa ferramenta para a educação em Direitos Humanos, ao permitir que os alunos compreendam a historicidade desses direitos e se percebam como agentes de transformação social.

Deste modo, "Ensino de História: horizontes de práticas e pesquisas" encerra a coleção com um chamado à ação e à reflexão. É uma obra indispensável para todos que acreditam no poder da educação histórica como instrumento para a formação de cidadãos críticos, conscientes de seu tempo e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Em suma, essa coletânea é o resultado de um esforço múltiplo e coletivo de pesquisadores de diferentes áreas do campo da História, revelando a contribuição que nosso contexto elabora para os estudos historiográficos no Brasil. A realização desta coleção não seria possível sem o apoio e a dedicação de inúmeras pessoas. Em especial, expressamos nossa sincera gratidão ao Professor Doutor Ângelo Priori, Coordenador da Editora Diálogos, cuja orientação e empenho foram fundamentais para a concretização deste projeto editorial.

Davi A. S. Talizin



Karla Maria da Silva



Neilaine Ramos Rocha



O PODER MODERADOR: UMA DISCUSSÃO ENTRE UM LIBERAL E UM CONSERVADOR NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Leonardo Barbosa Correia Barros



Karla Maria da Silva



Este capítulo tem como objetivo refletir acerca de algumas questões relacionadas ao debate em torno do Poder Moderador na segunda metade do século XIX. O foco se dá nos escritos de Zacarias de Góes e Vasconcelos e de Braz Florentino Henriques de Sousa, grandes pensadores do período imperial, e busca-se apontar o entendimento desses autores sobre a questão. Conhecer os debates envolvendo o Poder Moderador é essencial para compreender suas atribuições e traçar seu impacto no processo de formação e consolidação do Império brasileiro.

Após a Independência do Brasil, ocorrida em 1822, uma árdua tarefa se colocou à elite política que conduziu tal processo, qual seja a de estabelecer as bases sobre as quais se constituiria o novo império que surgia na América. Mesmo com a permanência de elementos como a monarquia e a escravidão, ao se proclamar a Independência impunha-se a necessidade de fazer uma costura e criar laços entre as classes, as províncias e as regiões, de modo que todos esses elementos se sentissem inclusos no mesmo processo. Também era necessário elaborar um projeto nacional, no qual ficassem demarcados os princípios norteadores dos novos rumos a serem seguidos: era preciso forjar a Nação. Dava-se início ao longo processo de deformação e consolidação do Estado Nacional brasileiro.

Foi nesse contexto histórico que se outorgou a primeira Constituição do Império do Brasil, em 1824. Como apontou Capistrano de Abreu (1998), formar uma nação com os elementos constitutivos do Brasil não era empresa simples, pois o que existia era um amálgama de regiões distintas, separadas por suas tradições, estilos de vida e composição da população. Para Capistrano de Abreu, nem mesmo os intelectuais equipados para pensar os problemas da nação tinham ideias homogêneas.

Coube à Constituição de 1824 estabelecer as bases da estrutura do Império e de suas principais instituições. Considerada bastante liberal para a época, foi inspirada na Constituição Francesa de 1791 e na espanhola, de 1812. Serviu ainda de modelo para outras, que, no entanto, não foram tão longe com o liberalismo.

Como apontou João Camilo de Oliveira Torres (2017, p. 37), “convém lembrar que, na época, diversos países estavam recebendo constituições outorgadas pelos seus reis, em fórmulas solenes e imperativas, como boa graça do rei ao povo e, não, como direito do povo”. Insiste o próprio João Camilo que a nossa constituição era, de fato, quanto à forma e ao fundo, “a mais democrática de todas as constituições monárquicas e a forma da promulgação coisa muito diferente de uma clássica outorga” (Torres, 2017, p. 37).

Elaborada sob a influência dos princípios liberais, a Constituição de 1824 estabelecia a divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda um quarto poder, o Moderador. Como consta em seu Artigo 98, o Poder Moderador foi concebido para ser "a

chave de toda a organização política" do Império do Brasil; seria o Imperador que, além de representar o Poder Executivo, "como chefe Supremo da Nação", representaria também o Poder Moderador, ao qual cabia assegurar a "manutenção da independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos" (BRASIL, 1824).

Entre as atribuições do Poder Moderador estavam a nomeação e a demissão de ministros de Estado, nomeação de Senadores (a partir da lista tríplice), convocação extraordinária da Assembleia e dissolução dela, quando a salvação do Estado assim exigisse, como pode ser observado no Artigo 101 da Constituição de 1824.

Objeto de discussões acaloradas, o Poder Moderador nunca foi consenso entre a elite política imperial. Tanto no Primeiro Reinado, sob a coroa de D. Pedro I, quanto durante o Segundo Reinado, quando D. Pedro II assumiu o trono, este dispositivo foi alvo de controvérsias e de intensos debates. Embora durante seu longo reinado D. Pedro II tenha utilizado por raras vezes esse recurso, ele era visto com desconfiança por parte de alguns pensadores.

Durante a década de 1860, as discussões sobre as atribuições e responsabilidades do Poder Moderador se intensificaram bastante, envolvendo importantes publicistas e políticos, como é o caso de Zacarias de Góes e Vasconcelos, Braz Florentino Henriques de Souza, Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai), José Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), entre outros.

O principal debate, entretanto, foi realizado entre o liberal histórico Zacarias de Góes e Vasconcelos e os conservadores Paulino José Soares e Braz Florentino. Enquanto Vasconcelos defendia maior fiscalização, participação e responsabilidade ministerial nas decisões do Poder Moderador, os conservadores Soares e Braz Florentino negavam a interferência de outros poderes nas decisões do Quarto Poder, alegando que a intervenção poderia causar problemas em sua execução, já que o Imperador era "inviolável, sagrado e não sujeito a responsabilidades", como previa o texto da Constituição.

A obra magna de Vasconcelos, *Da natureza e limites do Poder Moderador*, de 1862, possui grande influência de clássicos pensadores liberais como Montesquieu, François Guizot, Adolphe Thiers, e o próprio Benjamin Constant, além de extrair diversos preceitos da natureza do regime monárquico inglês, buscando ressaltar a importância da vigilância e o controle, embora defendesse a existência e continuidade deste poder.

As principais obras de Braz Florentino e do Visconde do Uruguai são, respectivamente, *Do Poder Moderador*, de 1864, e *Ensaio sobre o direito administrativo*, e buscam contextualizar a criação do Poder Moderador e defender a livre sanção por direito do Imperador, sem interferências dos demais poderes.

Enquanto Vasconcelos buscou questionar a obra do Visconde do Uruguai, Braz Florentino forneceu uma resposta contundente ao seu adversário político de forma crítica, abordando pontos que vão desde a origem histórica do Poder Moderador, até a sua criação e aplicação durante o Primeiro e o Segundo Reinado.

Assim, a reconstituição desse debate pode contribuir para trazer novos elementos analíticos sobre uma importante "chave" política do Império do Brasil, fornecendo visões explicativas do que seria o Poder Moderador na visão de grandes juristas do século XIX.

Para tanto, a metodologia adotada foi a pesquisa e o estudo bibliográficos, com análise textual e intertextual, visando realizar a crítica do documento. Consideramos também o problema da intencionalidade dos documentos, entendendo o documento como um indicativo da realidade a partir da qual ele foi produzido.

O AMBIENTE POLÍTICO E INTELECTUAL DE MEADOS DO SÉCULO XIX NO BRASIL

Durante a primeira metade do século XIX, o consenso não era algo comum entre a elite política e intelectual do Brasil Imperial. Mesmo durante o Primeiro Reinado, diversas discussões ocorreram, por exemplo, sobre a Constituição de 1824, que adotou o sistema monárquico de governo, com elementos centralizadores, como é o caso do Poder Moderador.

A constituição de 1824 não foi construída e pensada de forma bastante original. Além da herança cultural e política deixada por Portugal, o contexto de sua produção foi marcado por grandes acontecimentos que acabaram exercendo grande influência, como a Revolução Francesa e a independência dos EUA. Mesmo os escolásticos, como Francisco Suarez, inspiraram importantes tópicos da constituição.

João Camilo de Oliveira Torres explica a importância do contexto político de 1824, tratando especialmente da França, ao dizer que:

É de toda a conveniência não se esquecer de que o problema político principal em 1824, para o mundo recém-saído das guerras de Napoleão e da Revolução Francesa, residia na constituição de um Estado que mantivesse a ordem sem restrições à liberdade individual; que evitasse as revoluções pela válvula de segurança do parlamentarismo (Torres, 2017, p. 95).

O Poder Moderador surge neste contexto, portanto, como uma forma de organizar o Estado monárquico brasileiro, representado em uma espécie de quarto poder. No título 5º, Artigo 98 da Constituição de 1824, se afirma que o objetivo deste poder era velar “sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos” (Brasil, 1824). Para isso, o Imperador seria o Chefe Supremo e Primeiro Representante da Nação, sendo a mais alta expressão e representação da soberania nacional. Sua Pessoa seria

considerada inviolável e sagrada, sem responsabilidades e com diversas atribuições, como se observa no Artigo 101.

Art. 101. O Imperador exerce o poder Moderador

I. Nomeando Senadores, na forma do Art. 43.

II. Convocando Assembleia Geral extraordinariamente nos intervalos das Sessões, quando assim o pede o bem do Império.

III. Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembleia Geral, para que tenham força de Lei: Art. 62.

IV. aprovando, e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos provinciais: Art. 86, 87.

V. Prorrogando, ou adiando a Assembleia Geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando imediatamente outra, que a substitua.

VI. Nomeando, e demitindo livremente os ministros de Estado.

VII. Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 154.

VIII. Perdoando, e moderação as penas impostas aos réus condenados por sentença.

IX. Concedendo Anistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado (Brasil, 1824).

As atribuições e a questão da responsabilidade resultariam, tempos depois, em acalorados debates, especialmente durante a década de 1860, em que Braz Florentino Henriques de Souza, político ligado ao Partido Conservador, e Zacarias de Góes e Vasconcelos, um dos membros mais importantes do Partido Liberal, formulariam questões e travariam calorosas discussões sobre o Poder Moderador.

ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS E SUA OBRA *DA NATUREZA E LIMITES DO PODER MODERADOR*

Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815-1877) nasceu em Valença, na Bahia, e se tornou doutor em direito pela academia de Olinda. Foi professor e político experiente e ativo durante o Segundo Reinado, chegando a presidir as províncias de Sergipe, Piauí e Paraná (sendo o primeiro presidente desta última). Segundo o *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, a sua obra mais importante, denominada *Da natureza e limites do poder moderador*, foi publicada inicialmente em 1860, tendo uma segunda edição expandida em 1862, com discursos que o autor pronunciou na sessão legislativa de 1861 (BLAKE, p. 408, 1883).

Vasconcelos defendia a manutenção da monarquia constitucional e a existência do Poder Moderador com certas ressalvas: para ele, o Poder Moderador tinha forte influência dos ministros de Estado, que, ao seu ver, deveriam ter responsabilidade sobre os atos do Poder Moderador, já que o Imperador era inviolável, como é possível notar no Artigo 99 da Constituição de 1824.

Baseando-se até mesmo nos escritos de Benjamin Constant (1767-1830), escritor francês que teve forte influência na construção da Constituição, o autor busca questionar a falta de responsabilidade na tomada das ações do Poder Moderador. Para Zacarias, "a responsabilidade ministerial, em que alguns descobrem estorvo à manutenção do equilíbrio dos poderes", é "a

condição tutelar da harmonia deles." (Vasconcelos, p. 63, 2022). Haveria, portanto, não apenas a responsabilidade política dos ministros pela opinião pública, mas também a responsabilidade jurídica, que deveria recair sobre estes quando os atos de seus poderes resultassem danos à sociedade:

Costuma-se dizer: O poder moderador é irresponsável. Não, senhores, o poder moderador não é irresponsável. Inviolável e sagrada é a pessoa do Imperador, que não está sujeito a responsabilidade alguma; mas os actos daquelle poder não só estão sujeitos á censura publica, senão também á responsabilidade jurídica que no caso couber (Vasconcelos, p. 109, 2022).

Na terceira parte de seu livro, Vasconcelos busca rebater alguns argumentos utilizados por Paulino José Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai, autor do *Ensaio sobre o direito administrativo*, de 1862, considerado um dos livros mais importantes da tradição conservadora no Brasil, segundo João Camilo de Oliveira Torres. Para Zacarias, haveria erros na interpretação constitucional de Uruguai, que entende que a referenda dos ministros nos atos do Poder Moderador poderia gerar uma forte perda de independência deste quarto poder. O autor insistia na importância da referenda dos ministros:

"A referenda, pois, incapaz absolutamente de embaraçar o bem, podendo apenas servir às vezes de barreira ao mal, é uma idéa que não se póde atacar como aniquiladora do poder, quando evidentemente ella tende a preserva-lo" (Vasconcelos, p. 156, 2002).

Assim, para Zacarias, as referendas seriam, na verdade, formas de assegurar a permanência e a segurança da irresponsabilidade do monarca, já que este não se comprometeria diretamente com a opinião pública em casos de danos à sociedade por atos do Poder Moderador. Como forma de provar seu argumento, o autor afirma que a Inglaterra é um exemplo de monarquia consolidada, na qual não há o ato da realeza sem a referenda e sem a responsabilidade dos ministros.

Um outro ponto tratado pelo autor é sobre a possível inofensividade do Poder Moderador. Para ele, só há um poder que não pode fazer o mal: o poder de Deus. O Imperador, para Zacarias, "apesar de suas melhores intenções, é homem e como tal sujeito a enganar-se" (Vasconcelos, p. 164, 2022).

Há, portanto, a compreensão de que o Poder Moderador pode causar graves danos. Por conta disso, o autor insiste na importância de responsabilizar os ministros de Estado, e não os conselheiros - já que estes apenas são consultivos e não agentes responsáveis pela aplicação dos atos. Para ele, o Visconde de Uruguai, portanto, teria cometido em um grave erro:

se aos abusos nos actos do poder moderador, aconselhados e executados pelos ministros, só é dado oppôr-se a respomsabilidade moral, quando apparecerem Testes e Cubiêres, quando o freio da censura fôr fraco para ministros sem pudor, o que se há de fazer? Deixa-los gozar em paz o fructo de seus abusos e prevaricações? Tal seria, entretanto, a consequencia da doutrina do Ensaio (Vasconcelos, p. 177, 2022).

Vasconcelos também entende que há um uso incorreto das ideias de Benjamin Constant para legitimar as visões de Uruguai e outros escritores e políticos que se debruçaram sobre o tema. Citando o próprio Constant, Vasconcelos afirma que:

na teoria de B. Constant, o poder ministerial é um poder duplamente executivo: executivo, porque tem atribuições próprias, que lhe dão o carácter de um poder constitucional separado do real e executivo, porque é por intermédio d'elle que o poder real tudo faz e mesmo propõe, excepto unicamente a nomeação dos ministros: 'Le pouvoir ministériel est réellement le seul ressort de l'exécution' (Vasconcelos, p. 192, 2022).

Por fim, um dos últimos argumentos de Vasconcelos é que há uma falsa suposição de que o Poder Moderador não poderá praticar o mal, já que foi elevado ao maior dos poderes constitucionais, de forma que o monarca nada poderia ambicionar ou praticar atos ilegais.

Zacarias de Góes e Vasconcelos, portanto, ainda que um liberal moderado, que defende o sistema monárquico de organização estatal, traz ressalvas quanto à questão das atribuições e responsabilidades, especialmente sobre os ministros de Estado perante as ações do Poder Moderador.

BRAZ FLORENTINO HENRIQUES DE SOUZA E SUA OBRA *DO PODER MODERADOR*

De acordo com Blake (1883), Braz Florentino Henriques de Souza (1825-1870) nasceu na província da Paraíba e se tornou doutor em direito, passando por diversos cargos públicos ao longo de sua vida, incluindo a presidência da província do Maranhão. Publicou diversos escritos políticos, manifestando-se a favor de pautas conservadoras, especialmente no Diário de Pernambuco. Sua principal obra é *Do Poder Moderador: Ensaio de direito constitucional*, de 1864 (Blake, 1883, p. 426).

Torres afirma que Souza detinha um amplo conhecimento e um forte poder de argumentação. Para Torres (2017), o autor

baseava-se, principalmente, nos autores da escola chamada tradicionalista (Maistre, Bonald, Donoso Cortés, Balmes, etc.), e nos interessantíssimos mestres franceses da monarquia constitucional. E, fato raro, para não dizer único, não desconhecia os mestres da filosofia clássica e era dos poucos brasileiros informados a respeito da doutrina católica da origem do poder, e da distinção entre origem divina da autoridade e direito divino dos reis (Torres, 2017, p. 180).

No ensaio *Braz Florentino Henriques de Souza – Modelo de intérprete da constituição de 1824*, presente na edição de *Do Poder Moderador*, do Clube Rebouças, Marcus Boeira explica que

Braz Florentino era por certo sensível a tais influxos. Interpreta a Constituição nestes termos, supondo um espectro de tendências doutrinárias aferentes, medianeiras entre o passado e o futuro, entre o fio condutor da Dinastia Bragantina e as produções dos intelectuais dos séculos XVIII e XIX que delinearam os Estados Liberais. Situa-se no coração do Segundo Império, focalizando o sentido e o significado da Carta Constitucional não somente pela ótica da literalidade do texto, mas

pela história sucedida entre a independência, os séculos precedentes e as décadas ulteriores (Boeira, 2021, p. 41).

Já no início da obra *Do Poder Moderador*, de Souza, é possível notar os pontos observados por João Camilo de Oliveira Torres e Marcus Boeira: são feitas menções a Aristóteles, Locke e Montesquieu, buscando explicar, de forma breve, a origem da teoria dos três poderes.

No Brasil, porém, o sistema com quatro poderes, segundo Souza, teve origem nas ideias de Benjamin Constant, como também fora apontado por Zacarias de Góes e Vasconcelos. Para ele, a monarquia brasileira necessitava de um poder supremo que pudesse ter prerrogativas acima de outros poderes, podendo destituir os ministros (Poder Executivo), vetar ou dissolver a câmara (Poder Legislativo), além de conceder perdão das penas, dar anistias e suspender magistrados (Poder Judiciário).

O Poder Moderador nasce, portanto, como um mecanismo de manutenção do equilíbrio e da harmonia, superior aos outros poderes e com possibilidade de ação sobre todos eles. Para o autor, o Poder Moderador seria uma espécie de força que gera unidade, uma força neutra que busca frear decisões de outros poderes.

O Poder Moderador, é a mais alta expressão da soberania nacional acautelando-se sabiamente contras os seus próprios desvios; é a vontade suprema da sociedade querendo antes de tudo a sua existência e conservação; é em uma palavra a realeza ou a monarchia (Souza, 2021, p. 69).

Os conceitos de representação e delegação surgem também como conceitos fundamentais para compreender o pensamento de Souza, que entendia que a legitimidade do rei era resultado de uma translação, um fundamento herdado da cultura lusitana e de alguns autores escolásticos, como Francisco Suárez.

Para Boeira (2021) a legitimidade deste poder seria resultado de uma transmissão de poder de Deus para a comunidade, que transferiria o exercício do poder para uma autoridade que representaria essa comunidade. Assim, o conceito de *Translatio imperii* seria fundamental para entender a influência do liberalismo doutrinário e, ao mesmo tempo, do legado medieval e pré-moderno, especialmente lusitano, sobre a Constituição de 1824 do Brasil.

A criação do Poder Moderador também teve forte influência de pensadores franceses, como o próprio Benjamin Constant (já citado), além de Clermont-Tonnerre e Jean-Denis Lanjuinais, que também estiveram empenhados em defender o Poder Real na França anterior ao período do Terror. É possível notar sua influência ao observar diversos trechos da Constituição de 1824, que trazem, quase de forma replicada, as ideias desses pensadores. Um dos exemplos trata da delegação privativa ao Imperador, na qual Constant e Lanjuinais defendem a permanência deste poder nas mãos do rei francês.

Outra questão importante para Souza diz respeito à delegação de poderes: o Imperador não apenas seria delegado ao Poder Moderador de forma privativa, mas também deveria ser reconhecido como chefe supremo e primeiro representante da nação. Esse reconhecimento, presente no artigo 11 da Constituição de 1824, teve, segundo o autor, influência da Constituição francesa de 1791, na qual reconhecia-se os representantes do poder legislativo e o rei.

A hereditariedade seria outro ponto fundamental para Souza, pois conduziria à segurança, à duração e permanência do Estado. Assim, o Imperador deveria também deter os títulos de “Defensor Perpetuo do Brasil” e sua “Majestade Imperial”, buscando alcançar a ordem, a estabilidade e a bondade.

Os pontos mais importantes, entretanto, dizem a respeito à inviolabilidade e à irresponsabilidade do Imperador. Em relação ao primeiro ponto, é interessante notar que o autor argumenta que a inviolabilidade do Imperador, presente no Artigo 99 da Constituição de 1824, é fundamental para a soberania e independência completa de suas ações, pois o rei não pode ser subordinado a outros poderes:

se a representação consiste na oportuna manifestação da vontade dos representados pelos representantes, é óbvio que essa vontade, parte a mais eminente da soberania, senão a única em que ella propriamente reside, deixaria de ser independente e livre como convém, se porventura não fosse absolutamente irresponsável; e deixando a vontade do representante de ser independente e livre, deixaria por isso mesmo a representação de ser completa e verdadeira como deve ser (Souza, 2021, p. 343).

Ao contrário do que defende Vasconcelos, para Souza os ministros de Estado não deveriam ser responsáveis pelos atos do Poder Moderador. Eles são parte fundamental do Poder Executivo, cujo principal papel era participar deste poder, mas não executar. Para o autor, os ministros de Estado são representantes do Poder Executivo e o Imperador é o seu chefe, podendo demiti-los ou nomeá-los. Os ministros, portanto, apenas são responsáveis pela promulgação (sua função enquanto Poder Executivo) dos atos sancionados pelo Imperador no exercício do Poder Moderador.

Em diversos pontos de sua obra, o autor se mostra contrário às ideias de Vasconcelos, reprimindo, em especial, a ideia de que os ministros devem ser responsáveis pelos atos do Poder Moderador. Um dos argumentos utilizados por Souza é de que, afinal, se eles devem ser responsáveis por possíveis ações criminosas que causam danos à sociedade, então os deputados e senadores também deveriam ser acusados.

Vasconcelos questionava, em sua obra *Dos limites do Poder Moderador*, quem seria o responsável por vigiar o Poder Moderador. Souza responde essa questão alegando que, independentemente da forma de governo, há de ter-se um poder supremo. Souza indaga:

O que faz pois o Sr. Conselheiro Zacharias, quando, temeroso do arbítrio, busca um juiz e um fiscal para o juiz e o fiscal de todos os poderes políticos, e que tem o seu assento no cume do nosso edifício social? Cahe insensivelmente em uma contradicção, entra em um círculo vicioso, ou, como já o demos a entender, toma em suas mãos o enorme seixo de Sisypho, e condena-se a rola-lo eternamente (Souza, 2021, p. 373).

O Poder Moderador, muito mais do que um simples poder pessoal e absoluto, era (ou ao menos deveria ser) uma espécie de balança neutra. Entretanto, o exercício prático do Poder Moderador também foi questionado; mesmo por João Camilo de Oliveira Torres, conservador declarado, disse:

O resultado prático foi uma espécie de desvirtuamento da doutrina de Constant, desvirtuamento imposto pelos fatos, de real utilidade, mas com seus inconvenientes. O certo é que o Imperador do Brasil não conseguia jamais, apesar de esforços por vezes heroicos de D. Pedro II, ser aquela figura puramente neutra da teórica doutrina do publicista francês (Torres, 2017, p. 180).

Ainda assim, na visão de Braz Florentino de Souza, temendo o poder absoluto, Vasconcelos teria cometido diversos erros de análise constitucional, especialmente no que se refere à inviolabilidade e à irresponsabilidade do Imperador perante os atos do Poder Moderador.

CONCLUSÃO

Considerando o exposto neste texto, é possível afirmar que o debate acerca do Poder Moderador na segunda metade do século XIX foi bastante intenso e profundo. Travado principalmente entre Zacarias de Góes e Vasconcelos e Braz Florentino Henriques de Souza, esse debate refletiu fortes tensões políticas e intelectuais, notadamente durante a década de 1860 no Brasil.

Enquanto Vasconcelos defendia maior fiscalização e responsabilidade ministerial sobre os atos do Poder Moderador, Souza sustentava a ideia de que a inviolabilidade e a irresponsabilidade do Imperador eram fundamentais para a estabilidade do sistema de governo monárquico.

O debate entre os dois autores levanta importantes questões para o estudo do Poder Moderador, assim como indica a influência desse debate nos rumos do Segundo Reinado.

Assim, através da análise desses escritos da segunda metade do século XIX, pode-se lançar novas luzes sobre o tema e contribuir para a compreensão das disputas políticas e intelectuais que marcaram a década de 1860 no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1824)**. Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

Blake, Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. v. 1.

BOEIRA, Marcus. **Braz Florentino Henriques de Souza – Modelo de intérprete da constituição de 1824**. In: SOUZA, Braz Florentino Henriques de. **Do Poder Moderador: ensaio de direito constitucional contendo a analyse do titulo V, capitolo I da Constituição Política do Brazil**. Garibaldi, RS: Clube Rebouças, 2021.

CARVALHO, Eder Aparecido de; GILENO, Carlos Henrique. **Poder Moderador e a responsabilidade jurídica: Polêmica Constitucional da Segunda Metade do Século XIX**. Rio de Janeiro: Revista Cantareira, 2018.

NOGUEIRA, Octaciano. **Coleção Constituições brasileiras, volume 1**. Brasília: Senado Federal, 2012.

SOUZA, Braz Florentino Henriques de. **Do Poder Moderador: ensaio de direito constitucional contendo a analyse do titulo V, capitolo I da Constituição Política do Brazil**. Garibaldi, RS: Clube Rebouças, 2021.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil**. Brasília, Edições Câmara, 2017.

TORRES, **Interpretação da realidade brasileira: Introdução à história das ideias políticas no Brasil**. Brasília, Edições Câmara, 2017.

TORRES, **Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro**. Brasília, Edições Câmara, 2017.

VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. **Da natureza e limites do poder moderador**. Garibaldi, RS: Clube Rebouças, 2021

UMA ANÁLISE DA
QUESTÃO RELIGIOSA
PUBLICADA NO
PERIÓDICO “O MOSQUITO”
ENTRE 1872 E 1875 SOB O
TRAÇO DE ANGELO
AGOSTINI

Matheus de Paula Wolf



A Questão Religiosa foi um dos eventos mais emblemáticos do Segundo Reinado do Império brasileiro, marcando o período com intensas disputas políticas e sociais, que evidenciaram as contradições das instâncias brasileiras no século XIX. Durante o Reinado de Dom Pedro II (1840-1889), o embate entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, influenciado por ações da maçonaria brasileira, não se fez um mero conflito de interesses, tendo incorporado uma série de disputas simbólicas e políticas que refletem, de forma profunda, as tensões pertencentes à construção de identidades nacionais.

A disputa que existiu pela autoridade, entre poder temporal e poder espiritual, e os debates sobre liberdade religiosa, sociedades iniciáticas e confrarias mistas, tornaram-se um campo fértil para publicações jornalísticas e manifestações artísticas que dialogam com a sociedade da época. A partir desse cenário, alguns periódicos tiveram papéis relevantes, como o periódico carioca *O Mosquito*, que, por meio de sátiras críticas e políticas, se consolidou como uma das mais significativas expressões da imprensa ilustrada e humorística do Brasil Imperial.

Destaca-se, entre os principais nomes que contribuíram para a produção artística do periódico, o nome de Angelo Agostini (1843-1910), artista e caricaturista ítalo-brasileiro, que comandou a direção artística do periódico entre os anos de 1872 e 1875. Seu trabalho em *O Mosquito* revelou-se decisivo para a construção de uma memória imagética característica e crítica ao conflito. Com um olhar aguçado, o chargista explorou em suas ilustrações e caricaturas elementos que iam além da mera representação factual. Agostini construiu, no periódico, imagens carregadas de ironia e simbolismo, que questionavam a legitimidade dos poderes estabelecidos, contribuindo para a formação de uma consciência visual, política e crítica entre seus leitores. Utilizando o humor satírico, permitiu que o público se deparasse com uma perspectiva diferenciada, capaz de evidenciar as inconsistências e hipocrisias da Questão Religiosa.

A necessidade de compreender a arte visual e seus usos de forma crítica ajuda a entender o desenvolvimento de uma cultura imagética e contribui para a discussão e o desenrolar dos conflitos políticos e religiosos no Brasil Imperial. A despeito do reconhecimento de Angelo Agostini e de sua importância para a cultura visual, busca-se entender sua passagem pelo periódico, como descrito por Angela Cunha da Motta Telles:

Imprensa ilustrada e livraria, tanto no Brasil como na França, eram lugares de encontro, mas também de passagem, onde se cruzavam temporariamente indivíduos de horizontes profissionais diversos (Telles, 2010, p. 35).

Debruçar-se sobre as imagens publicadas no periódico é, portanto, uma forma de aprofundar o entendimento das estratégias de comunicação política e de resistência diante das hipocrisias e incongruências, visto que “os ilustradores se integravam numa teia de

sociabilidade variada e complexa” (Telles, 2010, p. 35), a qual foi utilizada para questionar as instituições oficiais. Assim, analisar as caricaturas de Agostini é fundamental para identificar os principais atores e eventos representados, contribuindo para a compreensão dos papéis da mídia satírica na construção da memória coletiva do conflito entre a Igreja e o Estado.

Neste capítulo, busca-se compreender de que maneira Agostini, por meio de suas obras em *O Mosquito*, representou e formulou críticas aos principais atores e instituições envolvidos na Questão Religiosa. O objetivo é analisar a representação e a crítica em suas imagens, destacando o uso do humor e da ironia como instrumentos de contestação política. Para tanto, é preciso identificar os eventos e personagens presentes nas caricaturas; investigar como a sátira denuncia a influência excessiva da Igreja nas instituições estatais, assim como do Estado nas instituições eclesiásticas; e, por fim, compreender como essas representações contribuíram para a construção de uma memória visual crítica dos processos políticos da época. As metodologias adotadas foram as iconográficas e as iconológicas, conforme descrita por Panofsky (1955), que permitem uma leitura aprofundada das imagens trabalhadas, considerando aspectos formais e significados simbólicos. As fontes primárias são as edições de *O Mosquito*, contendo as caricaturas e ilustrações de Agostini (1872–1875), complementadas por uma bibliografia especializada sobre a Questão Religiosa, o contexto do Segundo Reinado e a produção artística do autor.

Inicialmente, a abordagem tratará de aspectos históricos e sociais que resultaram na Questão Religiosa e, em seguida, entender a trajetória de Agostini e a relevância de *O Mosquito* como mídia ilustrada e crítica política. Com isso, será possível realizar a análise iconográfica das caricaturas, destacando seus elementos simbólicos e suas estratégias de comunicação. A discussão final evidenciará as contribuições de Agostini para a compreensão das relações entre arte, política e sociedade no século XIX.

A QUESTÃO RELIGIOSA E AS CRÍTICAS DE *O MOSQUITO*

Ao explorar os matizes da representação da Questão Religiosa em *O Mosquito*, o presente estudo busca o debate historiográfico acerca do período e evidenciar como a crítica visual pode impactar na construção imagética e transformação social. Em um momento em que as disputas entre grandes esferas de poder se intensificam, as imagens de Agostini oferecem uma nova perspectiva, contribuindo com a formação de uma opinião pública consciente das contradições que permeiam a vida política do Brasil imperial.

Para compreender os impactos da questão religiosa no Brasil durante o segundo reinado, é necessário entender como o conflito entre o estado nacional e o clero teve início. De acordo com a obra *“História do Catolicismo no Brasil”* de Dilermando Ramos Vieira, é notório que:

Os elementos do conflito já estavam articulados, e o estopim foi o discurso proferido pelo sacerdote português, Pe. José Luís de Almeida Martins, aos 2 de março de 1872 no Grande Oriente [da Rua Marquês] do Lavradio, enaltecendo a maçonaria na pessoa do grão-mestre visconde do Rio Branco. (Vieira, 2021, p. 349).

Com a aprovação da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, tendo por chefe do gabinete de ministros, José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, deu início a uma onda de aclamações a maçonaria, dando a ela os louros da conquista, apagando a participação do clero e demais frentes populares, que se mobilizaram ativamente pela lei. Assim como o Padre Almeida Martins, muitos clérigos que se enfileiram nas lojas maçônicas, usaram de suas pregações para exaltar o feito supracitado como aplicação das ideias destes grupos discretos. O caso do Padre Almeida Martins como nos traz Vieira (2021), após intimações não atendidas, levou a ação do Bispo Dom Pedro de Maria Lacerda a suspendê-lo de ordens, assim como para os que imitavam os atos do padre maçom.

Após as sanções espirituais aplicadas pelos Bispos brasileiros a maçonaria, surge uma união entre as “grandes lojas” atuantes no território nacional, o ramo do Vale do Lavradio, governado por visconde do Rio Branco e o ramo do Vale dos Beneditinos, governado por Joaquim Saldanha Marinho. Essa união insurgiu entre o “povo maçônico brasileiro” uma batalha contra o “ultramontanismo e o jesuitismo”, que seriam a base do clericalismo e do atraso das instituições brasileiras (Vieira, 2021). As ferramentas do lado maçônico desse combate foram seus membros em cargos de influência nas instâncias nacionais, os jornais e mídias do período, contando ainda com a ampla comunicação e veiculação de seus discursos e ideais.

O discurso de Saldanha Marinho, proferido na abertura dos trabalhos da assembléia geral do povo maçônico brasileiro, em 27 de abril de 1872, declara que “Os padres, os bispos, os papas temporais morrem; a Maçonaria é eterna, tanto for o mundo” (Marinho, 1872), demonstrando a consciência que possuíam nesse embate com o clero. Com isso são marcadas em todo o Brasil, missas, procissões e manifestações em nome da Maçonaria, de acordo com Vieira:

Os ataques contra a virgindade perpétua de Maria e contra outros dogmas da Igreja, publicados de forma chamativa de 22 a 26 de outubro, forçaram o prelado de Olinda a vencer suas últimas reservas e a tomar uma atitude. Em 21 de novembro de 1872, festa da Apresentação da Virgem, ele invejou outra pequena circular aos párocos, protestando contra o ultraje e ordenando que fossem realizados atos reparatórios. (Vieira, 2021, p. 355).

Os ataques promovidos pela maçonaria começaram a gerar fortes reações por parte da igreja, forçando os prelados a se posicionarem firmemente nesse campo de batalha. Dentre as dioceses que mais se destacaram na resistência a essa influência, sobressaíram-se as de Olinda e Recife, governadas por dois notáveis Bispos: Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878), da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (O.F.M. Cap.), e Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891). Ambos demonstram determinação ao enfrentar os atos públicos de vandalismo da maçonaria em seus respectivos territórios, adotando medidas firmes para minimizar seus efeitos sobre a sociedade.

O ápice desta Questão Religiosa foi a penalização das irmandades e ordens religiosas que não afastaram membros da maçonaria nem buscaram a conversão de seus membros. Assim Dom Vital agindo *ex informata conscientia*:

Enviei a sentença de interdito para a irmandade rebelde, declarando que a pena ficaria em pleno vigor até sua retratação ou expulsão de todos os membros filiados à maçonaria. (Vieira, 2021, p. 357-358).

Dom Vital se apoiou na carta encíclica *Quanta Cura* e na listagem de oitenta erros modernos, denominada *Syllabus*, que marcaram o governo do Sumo Pontífice Pio IX, e decidiu seguir uma obediência ao papado romano, invés de seguir a legislatura regalista do período, agindo contra a doutrina do *placet*, cumprindo também as bulas que condenam a maçonaria e a expurgam do convívio católico, mesmo que estas não tenham recebido o beneplácito da coroa, para serem cumpridas em território nacional.

Com essa atuação por parte dos prelados, as irmandades recorreram à coroa alegando a possibilidade de receber maçons previstos em seus estatutos, que faziam das irmandades não só de poder espiritual, mas também temporal, onde o Art. 5 da Constituição deveria ser cumprido em sua totalidade:

A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo. (BRASIL, 1824, art. 5)

O processo das irmandades contra os prelados chega às vias máximas em 2 de janeiro de 1874 com a prisão de Dom Vital, sendo preso também Dom Antônio, em 28 do mesmo mês e ano. Ambos os bispos foram sentenciados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, mas a pena de Dom vital foi comutada para prisão simples (Vieira, 2021, p. 387-388).

Esse grande embate envolvendo partes do estado aparelhados pela maçonaria, e a igreja, gerou grandes desgastes para a imagem do governo imperial, que já não estava boa entre a população, devido aos desgastes e gastos com a Guerra do Paraguai (1864-1870). Vieira (2021) afirma que, ao assumir como Chefe do Gabinete de Ministros, em 25 de junho de 1875,

Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias assumiu como Chefe do Gabinete de Ministros, vendo este que a resolução da Questão Religiosa era imprescindível para a conservação da estabilidade do Império.

Duque de Caxias, maçom durante a mocidade, havia conseguido galgar o grau de grão-mestre. Entretanto, afastou-se da maçonaria e se reaproximou da vivência religiosa da Igreja Católica. Colocou diante da Coroa a seguinte condição: ou os bispos eram anistiados ou ele se retiraria de seu cargo. Deste modo, Caxias conseguiu que a negociação entre Coroa e Clero chegasse a um fim (Vieira, 2021, p. 414). Todo o processo foi amplamente registrado por periódicos dos mais diversos espectros de pensamento e ideário, como é o caso de *O Mosquito*, que tratou o acontecimento de forma crítica e satírica.

Os filósofos do traço cômico, como ficaram conhecidos os desenhistas e caricaturistas do período, tinham um olhar de otimismo sobre os assuntos de soberania nacional, equiparando o Brasil a países que efetuaram a separação entre Clero e Estado. Os periódicos comparavam em suas charges o país a outros, como Alemanha, México e Itália. Telles (2010) diz que:

As revistas ilustradas apostavam na imagem de um Estado imperial adepto do progresso, do liberalismo e da civilização moderna quando da gestão do visconde do Rio Branco, na Presidência do Conselho (de março de 1871 a junho de 1875). (Telles, 2010, p. 249).

Telles (2010) ainda destaca a união dos periódicos e grupos da sociedade, visando a adoção de uma única tônica nos discursos, tendo por exemplo a unidade em combate do Grande Oriente do Brasil do vale do Lavradio, e do Grande Oriente Unido do Brasil da rua dos Beneditinos, e de jornais que disputavam público e que concorriam com *O Mosquito*. Um exemplo é *A Vida Fluminense*, que no período recebia o traço de Antônio Alves Vale de Souza Pinto (1846-1921) e a *Semana Ilustrada* fundada por Henrique Fleiuss (1823-1882). Assim:

No início da Questão Religiosa houve a união de toda a imprensa ilustrada em torno do Estado imperial contra a Igreja. E, ao mesmo tempo, no ritmo do que estava ocorrendo na Europa, emergiram temas reivindicados pelos liberais, como a separação da Igreja do Estado, laicização do ensino, casamento civil etc. Exacerbou-se na imprensa ilustrada a discussão sobre as reformas da Carta Constitucional. Outro aspecto observado nas revistas foi o anticlericalismo, que na literatura europeia produziu estereótipos plástico-caricatos, como o do padre glutão, apegado aos valores mundanos, como nos romances do escritor português Eça de Queirós. O cônego Ferreira, redator do jornal oficial da diocese do Rio de Janeiro, *O Apóstolo*, foi alvo predileto dos caricaturistas. (Telles, 2010, p. 248)

Assim como os demais periódicos do período, *O Mosquito* também militava em prol das ideias e reivindicações dos liberais e iluministas, que, na busca por sua forma de progresso, retratava os eventos da Questão Religiosa e seus personagens. Desde muito antes dos ocorridos que dariam estrutura e nome para um embate direto entre o estado imperial e a Igreja, Agostini já usava de seu traço para efetuar denúncias e expor graves erros morais e

crimes práticos, cometidos por sacerdotes, fossem eles seculares ou regulares, por irmãos de leigos consagrados e por freiras.

As imagens de Agostini retratavam de forma satírica o diabo vestido como padre, celebrando o matrimônio de um sacerdote com uma jovem. Esse tema pode ser observado na edição nº 170 do periódico, publicada em 14 de dezembro de 1872, no contexto da preparação para as procissões e festejos religiosos do Natal. O tom agressivo e jocoso em relação ao clero já era uma característica presente no editorial do periódico, mas se intensificou a partir da edição nº 136, de 20 de abril de 1872 (Figura 1). Nesta edição, após ter sido suspenso das ordens sacras, o Padre Almeida Martins é homenageado e exaltado por suas qualidades como "O Padre Maçom".

É notável a forma que Agostini retrata os eventos que marcaram o início e a escalada do conflito. Além das já citadas, é de se destacar a chegada do prelado Dom Vital Maria de Oliveira no nº 176/1873, mostrando-o como um belo moço barbudo que se deixa levar pelo jesuitismo, além de tantos outros eventos e personagens, como a união dos bispos em um coral contra a maçonaria, no nº 184/1873 (Figura 2), a excomunhão dos maçons por Dom Pedro Maria Lacerda prelado do Rio de Janeiro, na edição de nº 190/1873. Havia também críticas formais ao Art. 5 da Constituição de 1824, bem como outras críticas a jornais concorrentes, como *O Apóstolo*, e caricaturas de dezenas de personagens importantes do período, destacando-se, ao lado dos maçons, homens como Saldanha Marinho, Barão de Penedo e Visconde do Rio Branco e seus ministros. Ao lado dos três prelados tidos por ultramontanos já citados, destacam-se representações do Senador Zacarias de Góes e Vasconcelos, da Princesa Isabel e de membros do alto Clero, como o internúncio Domenico Sanguigni e o Sumo Pontífice Pio IX.

Recordando o pensamento de Dilermando Vieira e de Angela Telles, a união entre Estado e Igreja é criticada pelos mais diversos meios de pensadores e artistas do período. Na obra de Angelo Agostini não se fez diferente, na publicação nº 201/1873, o autor traz a crítica ao "nó gordio da questão religiosa", sendo o nó, que arrastava o Brasil para longe do progresso, o famigerado art. 5 da Constituição de 1824 (Figura 3). O autor destaca em suas charges o impacto e a influência do Clero nas mais diversas ocasiões da vida dos brasileiros, devido o regime do padroado, sendo eles os responsáveis pelas certidões de batismo – que, na época, eram a certidão de nascimento –, bem como, as certidões de casamento e de óbito, por encomendar as almas, atender confissões, celebrar missas a pedido do povo.

Destaca-se também o impacto do Estado na estrutura e normas da Igreja. Mesmo não levando em consideração se os religiosos são ultramontanos ou legalistas, sendo agora os padres funcionários concursados e públicos membros da estrutura de serviços da Coroa

brasileira. Segundo Marcos Roberto Almeida dos Santos, em *“Os projetos de reforma da Igreja no Brasil: séculos XVIII-XIX.”* diz que:

Os bispos externalizaram os sofrimentos que o padroado trazia à Igreja, que em nome de observá-la pela sua condição de religião do Estado, a asfixiava. (Santos, 2023, p. 209).

Era o Estado que, pelo privilégio do padroado, recolhia o dízimo, pagava as cômputas dos padres e bispos, além de selecionar os padres que ocupariam os cargos de vigário e pároco, também ordenando bispos e decidindo para quais dioceses seriam alocados. Como destacado por Vieira:

Que Roma aceitasse e legitimasse o novo país como nação independente e que o Papa confirmasse os "direitos" imperiais. Neste segundo ponto, tal confirmação deveria ser de acordo com a interpretação que dava o Ocupante do trono, que implicava institucionalizar o "direito" daquela à indicação dos titulares de bispados, dos cabidos e de outros benefícios; o "direito" à placitação de bulas e decretos pontifícios, regulamentado da atividade missionária, execução do regímen de mão morta sobre as propriedades da Igreja e dos regulares e o exercício do recurso do clero à Coroa nas questões incidentes no foro eclesiástico. (Vieira, 2021, p.164).

Com o domínio do humor satírico e da chacota, para a formação de um imaginário sobre os temas representados, Angelo Agostini insere no cotidiano das pessoas imagens que podiam ser vistas muito além das folhas do jornal. As representações eram vividas nas repartições públicas, nos altares e nas reuniões do trono. O conflito, ainda que fosse brando no dia a dia do populacho, agora ganhava destaque e relevância, tendo seus símbolos e personagens ao alcance de todos, mesmo dos que não sabiam ler. Sua posição anticlerical não o impedia de fazer também chacota dos maçons e liberais, de seus membros de desvios morais arraigados, das ambiguidades das ações por parte do partido e das grandes lojas, na fraqueza pela busca da separação entre igreja e estado (Telles, 2010, p. 249).

As caricaturas desmoralizantes de figuras do Clero e do Governo, as piadas proferidas a membros da maçonaria, que, em algum sentido, se uniam a decisões da Igreja – como ocorrido com o visconde do Rio Branco –, criavam na memória visual do povo brasileiro, a recordação desses desvios, que eram novamente rememorados em períodos eleitorais, e o mesmo ocorria para com o clero, aos ser desmoralizado em períodos eleitorais, feriados religiosos – dias santos de guarda –, em casos de calamidade pública ou desvios morais de religiosos – como geralmente era retratado Dom Pedro de Maria Lacerda –, para que o povo tivesse condições de se indignar e cobrar de suas lideranças, sejam elas religiosas ou políticas.

A tônica humorística dos acontecimentos da Questão Religiosa dava certa leveza a alguns temas e grande agressividade por parte do traço de Agostini. Os erros que anteriormente eram levados em tom de simples piada, ao se aproximar das eleições políticas, das nomeações de novos bispos, das instituições jesuíticas pelo país, eleições para diligência de

confrarias religiosas e dos processos dos bispos por parte do governo, em especial o processo de Dom Vital e Dom Antônio, iam ganhando traços cada vez mais violentos e agressivos, aos moldes das medievais cantigas de escárnio e maldizer, influenciando severamente na opinião das pessoas sobre o Clero de sua cidade e dos políticos em quem pretendiam votar.

CONCLUSÃO

Durante o Segundo Reinado do Império brasileiro, a Questão Religiosa se revelou um profundo embate entre o Estado Imperial, amplamente influenciado pelos ideais iluministas da maçonaria, e a Igreja Católica Apostólica Romana, representada por seus mais ferrenhos e intransigentes bispos. O conflito não apenas demonstrou a força do clero na sociedade brasileira, mas também a fragilidade do Império perante a demanda de separação entre Estado e Igreja, entre trono e altar (Vieira, 2021).

A imprensa representada pelo traço de Angelo Agostini, teve um papel crucial na disseminação da visão liberal e anticlerical, reforçando a necessidade de separação das esferas política e religiosa, de modernização do estado, perante o poder eclesiástico. Charges e sátiras ajudaram a moldar a opinião pública, tornando o debate mais acessível e influenciando percepções sobre o papel da religião na vida política e social.

Assim, a resolução por parte do Duque de Caxias para o conflito representou um amplo esforço para a estabilidade do regime imperial, mas os danos já eram muitos. O episódio evidenciou a crescente insatisfação com o regime monárquico e contribuiu para os debates que levariam, anos depois, à Proclamação da República e à laicização do Estado brasileiro. As caricaturas do período, ao retratar eventos e personagens-chave da Questão Religiosa, não apenas denunciaram a influência excessiva da Igreja nas instituições estatais e do Estado na organização eclesiástica, mas também ajudaram a construir uma memória visual crítica sobre os processos políticos da época, moldando a percepção popular sobre o embate entre poder secular e religioso.

ILUSTRAÇÕES:

FIGURA 1: CHARGE "O PADRE MAÇOM" HOMENAGEANDO O PADRE ALMEIDA MARTINS.



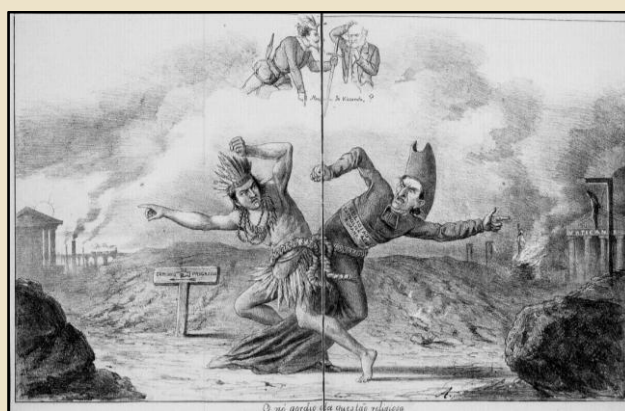
Fonte: *O Mosquito*, nº 136, 20 abr. 1872,
p. 5.

FIGURA 2 : OS EFEITOS DO JESUITISMO NO BRASIL DE 1873.



Fonte: *O Mosquito*, nº 184 de 22 de mar.
1873, p. 4.

FIGURA 3 – O NÓ GÓRDIO DA QUESTÃO RELIGIOSA.



Fonte: *O Mosquito*, nº 201 de 19 de jul. 1873, p. 4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MARINHO, Joaquim Saldanha. Discurso proferido na abertura dos trabalhos da assembleia-geral do povo maçônico brasileiro em 27 de abril de 1872. Rio de Janeiro: Tipografia da Esperança, 1872.

O Mosquito. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1872-1875. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/mosquito/709654>>. Acesso em: 2025.

PANOFISKY, Erwin. *Estudos de Iconologia: Temas Humanísticos na Arte do Renascimento*. Tradução de Yvone C. Braga. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SANTOS, Marcos Roberto Almeida dos. Os projetos de reforma da Igreja no Brasil: séculos XVIII-XIX. In: DUTRA, Juliano; OLIVEIRA, Natália Maria da Conceição (org.). *História e Igreja: novas abordagens, reflexões, perspectivas*. Teresina: Cancioneiro, 2023. p. 193-216.

TELLES, Angela Cunha da Motta. *Desenhando a nação: revistas ilustradas, do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870*. Brasília: Funag, 2010. Disponível em: <[https://funag.gov.br/loja/download/727Desenhando a Nacao Revistas Ilustradas.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/727Desenhando_a_Nacao_Revistas_Ilustradas.pdf)>. Acesso em: 2025.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do Catolicismo no Brasil: Volume 1 (1500 – 1889)*. 3. ed. Aparecida: Editora Santuário, 2021.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro: 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 2025.

C
A
P
Í
T
U
L
O

O
3

O CAFÉ VALE OURO? ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS DA CULTURA CAFEEIRA EM LONDRINA (1930-1950)

Júlia Beatriz Demenech Mori



Ruhama Ariella Sabião Batista



No âmbito da História, as “representações” referem-se à simbolização de um objeto de estudo por uma ideia que o substitua, considerando que as imagens construídas com o intuito representativo possuem determinados significados e intencionalidades. Por vezes, perduram a própria existência do objeto representado, permeando discursos políticos, manifestações culturais e saberes populares da sociedade (Chartier, 1991). No Norte do Paraná, o café compõe o imaginário cultural local, fazendo-se significativamente presente no município de Londrina, uma vez já conhecido como a “Capital do Café”.

De relevo internacional na década de 1960 à 526ª posição no *ranking* brasileiro de valor de produção cafeeira em 2023 (IBGE, 2024), Londrina aparenta manter a cultura do café viva puramente por meio de sua simbologia. “Ouro verde”, “Eldorado”, “Cidade Progresso”; cada nome carrega uma bagagem histórica, que, de algum modo, resiste no cotidiano da cidade, em nomes de ruas, bairros e estabelecimentos, mesmo após o declínio econômico da cafeicultura na região.

Na busca pelo reestabelecimento da identidade e história regional, este capítulo tem como objetivo identificar representações do café em fontes históricas visuais das décadas de 1930 a 1950, no município de Londrina, e por meio delas auxiliar na compreensão histórica do papel social e político do café como símbolo local, desde o século passado até hoje. Assim, foram realizadas pesquisas de caráter qualitativo no Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, no qual coletou-se documentos imagéticos a respeito do tema. Como referenciais teóricos para a análise das fontes históricas, utilizou-se os autores José d’Assunção Barros, José Miguel Arias Neto e Roger Chartier.

O CAFÉ: A EXPANSÃO DO OURO VERDE

O café é uma das bebidas mais consumidas mundialmente, com grande valor econômico e significativa relevância cultural. As propriedades estimulantes da bebida foram o maior atrativo desde as origens, rememorada por lendas etíopes, até a sua popularização na Península Arábica e difusão pela Europa, principalmente no âmbito de sociabilidades das elites burguesas e intelectuais no século XVIII. Em suas metamorfoses, entre líquido medicinal e produto fino, o café se propagou pelo globo como uma bebida popular, sobretudo de ocasiões sociais (Martins, 2012).

A chegada do café às Américas, trazido da Europa para a Guiana Francesa, é geralmente descrita como uma narrativa épica, uma quase odisseia do século XVII. A introdução da planta no Brasil foi uma outra jornada aventureira, contada por “folhetins dos alvares do Romantismo”. De acordo com a historiadora Ana Luzia Martins, essa reprodução heroica alimenta um

[...] imaginário sobre a ação destemida do colonizador nas terras do Brasil setecentista, imbuído da missão bandeirante, modelo de agrado de certa historiografia em voga, que associava nosso passado colonial a uma idealizada raça de gigantes (Martins, 2012, p. 31).

Essa idealização do pioneirismo e do trabalho agrícola acompanhou a expansão da cafeicultura nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país, nas quais a produção ganhou proeminência econômica durante o século XIX, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No início do século seguinte, a expansão alcançou, por fim, o Paraná, no qual a narrativa cafeeira já se efetivava antes mesmo desse produto atingir níveis altos de plantio. Isso é explicitado por Romário Martins, historiador autodidata, em suas impressões de viagem à região, em 1923:

Destruídas as florestas formidáveis da região onde hoje assentam as opulentas lavouras do Café, no Norte do Estado, devemos imaginar de que porte foram a fortaleza do braço que as abateu e da inteligência que as substituiu por valores vegetaes muitas vezes mais reaes do que os da matta virgem [...]. Devera ter sido uma lucta formidanda, de colossos (Martins, 2013, p. 31).

Com grandes investimentos na colonização, foi a partir da década de 1940 que porção do Norte do Paraná, o Norte “Novo”, alcançaria o ápice da narrativa cafeeira, tendo como protagonista a “Capital Mundial do Café”: Londrina, a “Cidade Progresso”.

AS NARRATIVAS LONDRINENSES

O portal da Prefeitura de Londrina (2019) narra a origem da cidade por meio de uma “colonização espontânea”. Seria pela concessão de terras a empresas privadas - com destaque à empresa britânica *Paraná Plantations* e sua subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) - que a prosperidade da cidade se manifestou, perpetuada “em razão da produção cafeeira”. A referência à CTNP como empreendedora imobiliária que promoveu uma “verdadeira reforma agrária” tornou-se comum no entendimento histórico local. Assim, esse discurso, que reverbera até hoje, glorifica a ideologia desenvolvimentista das elites locais, tanto da companhia quanto da burguesia cafeeira, e romantiza o processo de ocupação, excluindo outras perspectivas a respeito da colonização – como a do extermínio dos povos indígenas locais, ou a da marginalização dos periféricos e dos trabalhadores que migraram de diversos estados brasileiros para as fazendas de café (Souza, 2021).

Esse pensamento é uma reformulação da narrativa de colonização estruturada pela própria CTNP, cujas ações privadas abrangeram a ordem pública da cidade desde sua “origem”, em 1929, até a década de 1940. A companhia – tendo controle sobre o primeiro e único jornal local da época, o “Paraná Norte” – anunciava Londrina como uma “Nova Canaã”, enfatizando a fertilidade da “terra roxa”. Arias Neto (2008, p. 7-15) nomeia esse discurso

propagandístico da CTNP como a “Terra da Promissão”, sendo essa a primeira grande representação política da cidade.

Londrina teve um rápido crescimento e obteve o título de município já em 1934. Com a chegada de mais cafeicultores, a cidade experienciou uma mudança no poder; a CTNP perdeu sua influência política, enquanto uma nova personagem surgia: a elite cafeeira. O município expandiu-se exponencialmente, rearranjando a representação da “Terra da Promissão” para o “Eldorado cafeeiro” (Arias Neto, 2008). Assim, o que antes era somente uma promessa de um futuro próspero, transformou-se no discurso de um presente repleto de riquezas e progresso por conta do café.

Após algumas décadas de euforia, empilharam-se obstáculos para os produtores, desde a superprodução e geadas até conflitos trabalhistas e programas de erradicação e diversificação. Na década de 1970, o café havia se enfraquecido consideravelmente na região (Pozzobon, 2006). Além disso, há o fortalecimento dos ideais liberais, opostos ao governo Goulart, surgindo, nesse meio, a representação de Londrina como exemplar de “Reforma Agrária” pela iniciativa privada – narrativa endossada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), antiga CTNP (Arias Neto, 2008).

A presente discussão foi desenvolvida seguindo os métodos de pesquisa qualitativa em Ciências Humanas, de acordo com Chizzotti (2000). Segundo o pesquisador, um trabalho científico de caráter qualitativo tem como enfoque o aprofundamento da análise do conteúdo, priorizando a atenção ao detalhe. Dessa maneira, o estudo não é direcionado a encontrar padrões ou interpretar fenômenos quantificáveis, mas sim no sentido de decifrar ocorrências sociais, levando em conta as singularidades e subjetividades de cada caso específico. Assim, no sentido da pesquisa em História, isso manifesta-se na ação de centrar-se nos aspectos historiográficos particulares ao objeto de estudo, desde seu contexto e origem, até suas relações e propriedades intrínsecas ao meio em que está inserido.

Seguindo esta linha, e de acordo com Barros (2020), o trabalho do historiador caracteriza-se a partir do contato direto com as fontes históricas, sendo elas:

[...] tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente (Barros, 2020, p. 7).

Entende-se, assim, que a pesquisa historiográfica é estruturada em um procedimento constituído pela análise das fontes históricas e pelos questionamentos suscitados a partir delas; essa problematização é um ato inerente ao pesquisador e essencial para a pesquisa historiográfica.

Barros (2020) também aponta para a diversidade das fontes históricas, abordando os espectros da (não) verbalidade e da (i)materialidade em sua “taxonomia”, criada a partir das variações de linguagem e suporte. Na perspectiva do autor, as fontes históricas podem ser divididas em quatro grandes categorias: materiais, de conteúdo, imateriais e virtuais. O maior foco historiográfico se dá nas fontes de conteúdo – caracterizadas justamente por sua composição textual (ou seja, de conteúdo), principalmente as verbais (escritas ou oralizadas). No entanto, também há as não-verbais (visuais ou auditivas) e as complexas, que unem elementos verbais com os imagéticos ou sonoros (Barros, 2020).

Ao tornar o estudo historiográfico das imagens o foco de pesquisa, Meneses (2003), defende que a História Visual trata da reflexão da visualidade na dimensão social, apenas usufruindo das fontes históricas de caráter gráfico para compreender o verdadeiro objeto de pesquisa: a sociedade. O historiador exemplifica os períodos da Antiguidade e da Idade Média, nos quais o uso da imagem carregava uma

Autoridade independente do conhecimento, mas derivada do poder que atribuía efeito demiúrgico ao próprio objeto visual. Daí ser ele relevante em contextos religiosos ou de poder político e com funções pedagógicas e edificantes. Daí também a importância dos múltiplos episódios de iconoclasmo [...] ou dos usos ideológicos, propagandísticos e identitários da imagem (Meneses, 2003, p. 12).

Na conversão da imagem em enunciado, revela-se nuances sociais de modo similar à dissecação de representações. Para Chartier (1991), as representações moldam a sociedade, permeando as relações individuais e coletivas. Isso ocorre devido à representação ser um instrumento de controle político, concedendo o poder àqueles com a capacidade de criá-la e impô-la ao restante. Sendo assim, o privilégio identitário dos grupos regentes manifesta-se na permanência histórica de suas representações sobre as demais.

Assim, tendo em vista as três representações políticas de Londrina discutidas por Arias Neto (2008) – em especial a do “Eldorado”, cujo foco é o café –, a discussão desenvolve-se em torno da análise qualitativa da visualidade e representatividade das fontes históricas, buscando por possíveis intencionalidades e impactos históricos.

MAPEAMENTO DAS FONTES HISTÓRICAS

Ao longo de 2024 foram realizadas visitas ao Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, para o exame de seu acervo referente à cultura cafeeira no município de Londrina, primeiramente propondo o recorte temporal das décadas de 1930 a 1980, no qual o produto ainda exercia significativo papel econômico. Houve uma inserção inicial na conjuntura por meio do contato com variadas fontes históricas – tanto verbais quanto visuais, em suportes físicos e virtuais – como anais do Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, folhetos, álbuns

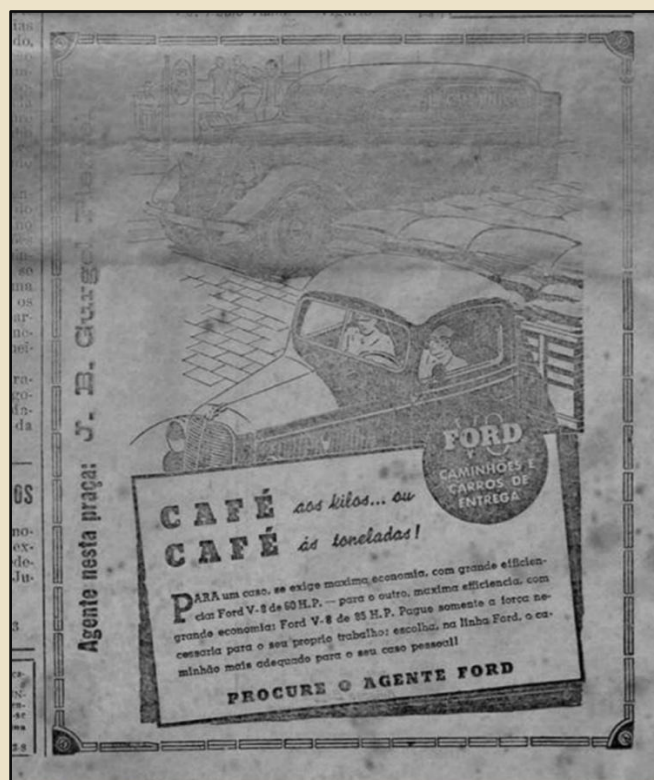
de fotos, livros e também cadernos pessoais do então agrônomo e fotógrafo local Armínio Kaiser.

A pesquisa prosseguiu com a leitura de jornais e revistas, dessa vez no recorte mais delimitado das décadas de 1930, 1940 e 1950. Destacaram-se dois dos mais populares periódicos, o jornal “Paraná Norte” – observadas as edições de 1934 até 1942 – e o jornal “Folha de Londrina” – edições de 1952 até 1957. Com a pesquisa centrada em elementos gráficos, buscou-se por anúncios e campanhas ilustradas que abordassem a temática do café. Foram mapeadas quatro fontes históricas (Figuras 1, 2, 3 e 4) de ambos os jornais mencionados, entre 1937 e 1956, todas sendo em parte visuais, em parte verbais.

ANÁLISE DAS FONTES MAPEADAS

A primeira fonte mapeada é uma propaganda de caminhões (Figura 1), divulgada no jornal “Paraná Norte”, página 2 da edição número 143, ano 3 – dia 4 de julho de 1937. Há a ilustração de dois veículos em uma rua, um deles, mais à frente, carrega sacas de algum produto agrícola. Seu texto verbal, no entanto, quebra esta incógnita com a frase “Café aos kilos... ou café às toneladas!”, ressaltando a potência do veículo; a palavra “café” é apresentada em destaque, nas duas instâncias.

FIGURA 1: CAFÉ AOS KILOS... OU CAFÉ ÀS TONELADAS!



Fonte: Paraná Norte (1937).

Acervo digital do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Dessa maneira, embora a imagem em si não faça uma referência explícita a qualquer mercadoria além do caminhão, a frase, ou melhor, a palavra destacada “café” cumpre esse papel por ela. Ao fazê-lo, a propaganda vincula o empenho do caminhão anunciado ao café, tornando-o representante de todo um grupo de produtos agrícolas. Por sua vez, o café é vinculado à ideia de eficiência do veículo.

Similarmente, a propaganda de uma linha aérea (Figura 2) associa o serviço do voo com o café. Publicada pela primeira vez na página 8 do jornal diário “Folha de Londrina”, no dia 9 de maio de 1956 – correspondente à edição número 1440, ano 10 – esse anúncio reaparece frequentemente no periódico, sendo divulgado em média uma vez a cada quatro edições, de maio até dezembro do ano citado.

No entanto, diferentemente da propaganda anterior, esta vincula o café ao serviço aéreo de forma visual, não apenas verbal. Não somente cria essa ligação, como também concede o foco principal da imagem a uma trabalhadora peneirando grãos de café – etapa essencial na colheita manual do produto – enquanto o avião, que representa o serviço anunciado, é colocado em segundo plano. Além disso, nota-se que o voo é nomeado “Eldorado”. A propaganda prossegue definindo-o como “o serviço de luxo para Londrina”.

FIGURA 2: VÔE NO ELDORADO - O SERVIÇO DE LUXO PARA LONDRINA!



Fonte: Folha de Londrina (1956).

Acervo digital do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Em relação à próxima fonte mapeada, é novamente uma propaganda do jornal “Folha de Londrina” (Figura 3). Esta foi identificada na primeira página da edição número 696, ano

6 – dia 26 de setembro de 1953 –, resurgindo em outras duas edições de janeiro do ano seguinte. A publicidade anuncia defensivos químicos para o combate da “broca”, uma praga comum em cafezais. A atenção, entretanto, recai sobre os elementos visuais da propaganda, contituídos pela ilustração de uma mão da qual escorrem grãos de café, que aparentam transformar-se em moedas reluzentes. Ao fundo há cafezais e, em negrito, a frase “O café vale ouro”.

FIGURA 3: O CAFÉ VALE OURO



Fonte: Folha de Londrina (1953).

Acervo digital do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Ao longo da leitura do jornal notou-se a presença de outra propaganda da mesma marca, porém com outra ilustração (um homem ao lado de um pé de café) e sem a frase em destaque. Ambas intercalavam-se em edições, verificando que a fonte selecionada surgiu dois meses depois da geada de 1953, largamente noticiada no jornal, enquanto esta outra era publicada antes do ocorrido.

Por fim, a quarta e última fonte selecionada é uma campanha ilustrada (Figura 4), também divulgada com certa frequência no “Folha de Londrina”. Sua primeira aparição foi na

última página (6) da edição de 9 de outubro de 1956 – número 1539, ano 10 – sendo publicada por volta de cinco vezes por mês, de outubro até dezembro.

Em relação às outras fontes, esta apresenta uma mudança de tom. Contribui com a “Campanha da Produtividade da Melhoria da Qualidade”, enunciando no subjuntivo “Cuidemos do nosso café para salvar a economia nacional”, quase como um pedido de ajuda. Graficamente, são observados ramos de café em meio a algumas pilhas de moedas, as quais aparentam cintilar.

FIGURA 4: CUIDEMOS DO NOSSO CAFÉ PARA SALVAR A ECONOMIA NACIONAL



Fonte: Folha de Londrina (1956).

Acervo digital do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

REPRESENTAÇÕES DAS FONTES MAPEADAS

De modo geral, as fontes mapeadas formam três vertentes de representação: a associação do café à rapidez e ao avanço tecnológico; a visão desse produto como sinônimo de riqueza; e o testemunho do início do declínio cafeeiro na região.

Na primeira vertente, encaixam-se as propagandas dos caminhões (Figura 1) e da linha aérea (Figura 2). Ambas alimentam um vínculo entre o elemento urbano tecnológico dos meios de transporte e o café – contrastantes, mas complementares; a primeira com relação

direta às atividades agrícolas, e a segunda com o emprego da imagem do campo para remeter à identidade local.

A Figura 1 data de 1937 e a Figura 2 de 1956, período de diálogo estabelecido entre campo e cidade, que retoma características discutidas por Arias Neto (2008), tanto da representação da “Terra da Promissão” – o progresso viria a partir do plantio, ou seja, o caminhão teria aplicabilidade e eficiência, graças às atividades agrícolas – quanto do “Eldorado cafeeiro” – a prosperidade advinda da cafeicultura é encontrada na convivência do urbano e do rural, entre as linhas aéreas e os produtores de café.

Em relação à segunda vertente, a propaganda dos químicos (Figura 3) juntamente à campanha ilustrada (Figura 4) têm claras referências de conexão entre o café e a riqueza. Embora seja uma ligação comum, principalmente com a alta valorização desse produto, segue relevante pontuá-la. Enquanto a propaganda estabelece um vínculo direto entre o café e o ouro – a frase “O café vale ouro” acompanhada da ilustração de grãos transformando-se em ouro –, a campanha se limita a passar essa mensagem mais graficamente do que verbalmente – a possível equivalência entre o café e a economia nacional, provocada pelo texto, é afirmada mais claramente pela imagem. Assim, ambas utilizam-se da visualidade para transmitir, literalmente, a ideia do “ouro verde”, do café valioso como o ouro.

Por fim, compatíveis com a última vertente, abrangem-se as três fontes oriundas da década de 1950 (Figuras 2, 3 e 4). Por terem sido publicadas durante a coexistência do crescimento, tanto da cidade quanto dos problemas socioeconômicos enfrentados nela, a percepção delas, como fontes históricas, se aprofunda. Destacam-se nas páginas dos jornais por trazerem, quase cotidianamente, a narrativa cafeeira e reforçá-la tão veementemente. A propaganda do voo “Eldorado” (Figura 2) contrói uma narração puramente com sua visualidade, indicando essa elevação da cafeicultura como símbolo do progresso, além de trazer um produto cujo próprio nome confere esse discurso. Quanto à propaganda dos defensivos (Figura 3), essa mensagem é vigorada pelo enunciado e pela imagem, além de apresentar a questão de sua publicação pós-geada, fenômeno que assombrava os cafeicultores. O fato de o jornal produzir após o ocorrido inúmeras manchetes refletindo determinado pânico e incerteza em relação ao futuro do café, seguidas de tentativas de assegurar sua recuperação, indica que a troca de visualidade do anúncio possivelmente se justificou devido às circunstâncias da queda temporária do café e da necessidade de sua reiteração no imaginário geral popular. Isso é revivido pela campanha (Figura 4), cujo conteúdo, embora mais intenso, aborda também essa necessidade de “salvar” o café.

Por mais que a cafeicultura local fosse ainda crescer na década seguinte, os obstáculos das grandes geadas (tanto a de 1953, quanto a de 1955), das perdas de safras, seguidas pelas superproduções e baixas nos preços, do crescimento urbano descontrolado, entre outros, acompanharam o crescimento e o auge cafeeiro, causando efetivamente sua queda mais tarde. Assim, as escolhas publicitárias das três fontes reforçam a presença de possíveis testemunhos relativos à queda do café e, portanto, suas ações para prevenir a proliferação de tal ideia, reiterando as imagens anteriores – o café como equivalente à tecnologia, à riqueza e ao desenvolvimento.

CONCLUSÃO

As três vertentes analisadas retomam os discursos de progresso fomentados pelas elites cafeeiras, como apontado pela representação do “Eldorado” de Arias Neto (2008); seguindo o entendimento de Chartier (1991), tais imagens, criadas pelos grupos vigentes, permanecem com prevalência histórica. Assim, tendo em vista a conexão dos jornais com as elites locais – direta ou indiretamente – e o poder persuasivo da imprensa, o teor propagandístico das fontes – para além das publicidades das mercadorias em si – revela o reforço de ideologias já estabelecidas no contexto histórico regional estudado.

Portanto, embora não seja possível afirmar ao certo as intencionalidades das fontes mapeadas, conclui-se que as representações identificadas corroboram, deliberadamente ou não, com a idealização da cafeicultura e com o fortalecimento do café como símbolo regional do progresso e da riqueza.

Perpetua-se, assim, a narrativa colonial das elites cafeeiras – com colaboração da CTNP – no imaginário popular como origem e narrativa única da história londrinense, de modo a ocultar diversas outras histórias e identidades de grupos marginalizados, especialmente das populações periféricas e dos povos indígenas locais; apagamento este que estende-se até a atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina (1930-1975). Londrina: EDUEL, 2008.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 11, n. 2, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan. 1991.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 4. ed. 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/pesquisa/15/0>. Acesso em: 08 fev. 2025.

MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Romário. **Cafelândia ou terras das glebas de ouro**: impressões de viagens - 1923. Ed. Antonio P. Benatte, & Nelson D. Tomazi. Londrina: EDUEL, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/?lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2024.

POZZOBON, Irineu. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

PREFEITURA DE LONDRINA. História da Cidade de Londrina. **Portal da Prefeitura de Londrina**, 27 de novembro de 2019. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/historia-cidade>. Acesso em: 07 fev. 2025.

SOUZA, Eder Cristiano. **Excluídos do café**: planejamento urbano e conflitos sociais em Londrina nas décadas de 1950 e 1960. Londrina: EDUEL, 2021.

“UM GRANDE IDEAL”: QUADRINHOS COMO FERRAMENTA POLÍTICA INTEGRALISTA

Lucas Silva de Oliveira



Maria Rita Chaves Ayala Brenha



Intitulada “Um Grande Ideal”, a cartilha em formato de história em quadrinhos é uma fonte interessante e, de certa forma, misteriosa. A peça de propaganda política buscou representar em uma narrativa gráfica as políticas do então Partido de Representação Popular (PRP), agremiação política formada por Plínio Salgado e antigos camisas-verdes após o fim do Estado Novo, adaptando os ideais do integralismo à nova realidade política do Brasil no pós-guerra. A cartilha buscou introduzir os leitores às políticas do partido perrepista que, naquele momento, disputava espaço na arena institucional da nascente república brasileira.

Nossa hipótese é que essa fonte foi produzida entre a segunda metade da década de 1950 e início da década de 1960 – vários elementos indicam isso, a começar por elementos narrativos e gráficos que discutiremos posteriormente com maiores detalhes. Entre os temas representados em nossa fonte, identificamos elementos reaproveitados da retórica doutrinária do movimento integralista, este sob forma da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Deste modo, temas como ruralismo, educação integral, críticas à democracia liberal, anticomunismo, nacionalismo, espiritualismo e a chamada “Democracia Orgânica”, compõem a peça de propaganda, buscando traduzir de forma simplificada as propostas políticas do PRP.

Para analisar a maneira como os ideais integralistas de Plínio Salgado foram representados na cartilha, usaremos o conceito de Representação formulado por Roger Chartier (1990). Esse conceito, segundo o autor, serve para que o historiador possa “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p. 16-17). Assim, as histórias em quadrinhos podem ser vistas não como simples representações da realidade, mas também como meios para divulgar determinadas ideias e valores. Através do conceito, o autor também busca oferecer aos historiadores a possibilidade de um novo objeto de análise, pois “as representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (Chartier, 1990, p. 19).

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é discutir as dinâmicas entre imagem e representação, além de investigar as estratégias da propaganda política e refletir acerca da sobrevivência do pensamento fascista do integralismo adaptado à realidade pós-guerra no Brasil. É de referir que a fonte foi encontrada disponível em um *blog* de cunho neointegralista que a categorizou como uma reimpressão datada de 1980, pela editora Vozes do Oeste. Provavelmente, a edição aqui utilizada é a mesma que foi publicada por tal editora. Por não

encontrarmos mais informações sobre a verdadeira autoria da cartilha, iremos referenciá-la com base no nome do responsável por publicá-la *online*.

A saber, a metodologia buscou identificar tais ideais doutrinários do integralismo e analisá-los à luz do conceito de Representação, com o objetivo de articulá-los com o contexto de produção da obra e demonstrar como o PRP reestruturou os ideais do integralismo da década de 1930 com elementos fascistas.

DA AIB AO PRP: CONTINUIDADE E ADAPTAÇÃO

Até os dias atuais, o movimento integralista é lembrado, principalmente, por sua intervenção na política brasileira durante a década de 1930, quando era acompanhado de uma estética característica do fascismo, com grandes desfiles, confrontos com comunistas e saudações ao Chefe Nacional. No entanto, segundo Gilberto Calil (2001; 2010), a intervenção do integralismo não se restringiu apenas ao período entreguerras, especificamente, entre 1932 e 1937, mas na clandestinidade durante o período do Estado Novo (1938-1945); através do Partido de Representação Popular, de 1945 a 1965; e durante o período em que agiu no interior da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), entre 1965 e 1979.

Durante a década de 1930, a Ação Integralista Brasileira (AIB) se tornou o primeiro partido de massas no Brasil a alcançar abrangência nacional. Nesse período, o partido foi liderado por Plínio Salgado, um intelectual e jornalista originário da baixa elite paulista, que após uma viagem à Itália, se convenceu que o modelo fascista deveria ser aplicado à realidade política brasileira. Com estética, ritos e simbologia muito semelhantes à sua contraparte italiana e alemã, o partido teve uma adesão de, aproximadamente, 200 mil membros, conhecidos como camisas-verdes (Gonçalves; Neto, 2020).

Salgado liderou a AIB com a intenção alcançar o poder por vias eleitorais, mas foi frustrado por Getúlio Vargas, quando este, após um golpe, instaurou o Estado Novo em 1937. Inicialmente favorável à Vargas, Plínio Salgado tinha esperanças de que o novo governo fosse receptivo ao projeto da AIB, mas foi pego no jogo político de Vargas, que recrudescer o regime ao proibir a existência de partidos políticos, restringir as atividades políticas e instaurar a censura. Em um primeiro momento, Salgado tentou remodelar o partido em uma associação cultural, a chamada Associação Brasileira de Cultura (ABC); uma tentativa de manter o movimento vivo dentro do contexto político do Estado Novo, mas que não surtiu o efeito esperado.

Descontentes com as medidas impostas pelo novo governo, os camisas-verdes organizaram um golpe para depor Vargas, conhecido como *putsch* de 1938, que levou à sua proibição e ao exílio do antigo Chefe Nacional em Portugal. Do exílio, Salgado tentou manter o movimento integralista ainda vivo. No entanto, muitos integralistas haviam sido cooptados pelo varguismo, ficaram neutros ou mesmo desistiram da vida pública (Neto, 2010; Bertonha, 2018). Neste contexto, a máquina propagandística do Estado Novo “passou então a formular uma intensa campanha contrária ao integralismo [...], [e] passou a ‘denunciar’ sua vinculação e colaboração aos regimes do Eixo, alçando-os à categoria de conspiradores e inimigos da nação” (Neto, 2014, p. 16). De acordo com Bertonha (2018), tais campanhas introduziram na população brasileira um sentimento antifascista e avesso aos ideais integralistas.

Nesse sentido, a “conversão” de Plínio Salgado à democracia foi “consequência das dificuldades impostas pela opinião pública contra o ressurgimento do integralismo” (Neto, 2014, p. 49). Com o fim do Estado Novo, Salgado viu a necessidade de reorganizar o movimento integralista, uma vez que a censura havia acabado e os partidos foram liberados. Salgado já havia preparado terreno para a fundação do Partido.

Segundo Neto (2014), o processo de construção e consolidação do PRP, nova agremiação política idealizada por Salgado, não conseguiu congrega a maioria dos militantes do integralismo como nos tempos da AIB. Vale ressaltar que alguns dos principais líderes do movimento, como Gustavo Barroso e Miguel Reale, que disputavam influência com o Chefe Nacional na década de 1930, sequer tiveram participação no processo de formação desse novo partido.

Um dos eventos mais importantes da trajetória inicial do PRP foi a sua convenção nacional em 1946, que além de ter sido marcada pelo retorno de Plínio Salgado de seu exílio em Portugal, marcou a reformulação de seu programa partidário. Foi estabelecido que a Família seria a organização mais importante da sociedade, apenas abaixo de Deus – consideramos isto como um elemento marcante da continuidade dos ideais do integralismo aplicados, naquele momento, ao partido perrepista. O antigo Chefe Nacional chegou a adular parte de suas obras, que continham um forte discurso fascista, como um esforço de forjar um espírito democrático para o novo partido. Logo, diferente da AIB, a doutrina do PRP foi reformulada para parecer um partido defensor da democracia e dos partidos políticos, buscando, assim, “a inserção do integralismo na vida política somente pelas vias institucionais” (Neto, 2014, p. 51).

Como dito, o Partido de Representação Popular teve entre 1950 e 1960 um papel aquém do legado da AIB na década de 1930. Apesar de demonstrar uma continuidade doutrinária em seus anos de atuação, o partido teve dificuldades de se diferenciar dos outros partidos de direita no cenário político brasileiro. Para se desvencilhar da memória fascista ainda presente (tinha recebido apoio do Eixo e de cúmplices na instauração do Estado Novo), o antigo Chefe Nacional passou a se apresentar como um líder católico que lutava contra o materialismo e o comunismo.

No entanto, Salgado teve dificuldades de construir uma imagem de líder católico, assim como de obter apoio da Igreja em um período que sua situação estrutural estava em transformação. A partir disso, suas conferências e publicações passaram a se concentrar no anticomunismo. Tal mudança visou manter seus militantes mobilizados e dialogar com outras forças de direita. Como veremos a seguir, a cartilha expressa não somente o anticomunismo, mas toda a repaginação dos ideais fascistas de Plínio Salgado, adaptados à nova conjuntura sociopolítica do país, sob sua nova agremiação.

A CARTILHA

Intitulada “Um Grande Ideal”, a cartilha política do PRP buscou traduzir o pensamento de Plínio Salgado e suas propostas para o país, de modo simples e de fácil entendimento. Em sua narrativa, acompanhamos uma conversa entre dois trabalhadores, João e Pedro, que discutem como as propostas ouvidas pelo primeiro em um comício integralista o fez mudar sua percepção de como a escolha de bons políticos não bastava para melhorar a situação política do país, mas que tal situação apenas melhoraria através da reforma das bases sociais. Antes mesmo de iniciar a história, a primeira página da cartilha representa muito bem os ideais integralistas.

FIGURA 1: O GRANDE IDEAL



Fonte: Vasconcellos, 2010, p. 1.

Logo na primeira página, vemos uma composição de imagem que representa todos os elementos centrais da doutrina integralista. Em primeiro plano, à direita, um casal composto por um homem e uma mulher, ambos são trabalhadores da terra. Ela segura um bebê e ele, uma enxada. Ele está mostrando para sua esposa o cenário. No conjunto do quadro, podemos identificar que o campo arado ocupa boa parte da imagem, se estendendo ao horizonte. Ao fundo, vemos o Cristo Redentor e alguma vegetação atrás do casal. À esquerda, acreditamos ser fábricas, o que representa a concepção do integralismo de unir a modernidade com o tradicionalismo - este último representado por uma “volta às raízes” de cuidado com a terra. Também há uma concepção histórica do Brasil enquanto um país agrário, principalmente no período de elaboração da cartilha.

A composição da imagem representa os ideais integralistas de “Deus, Pátria e Família”. Deus representado pelo Cristo Redentor ao fundo e que permeia toda a doutrina integralista, enfatizada pela concepção católica de Plínio Salgado; a Pátria representada pelo potencial agrário do país; e a Família, pelo casal ocupando o primeiro plano. A família, composta por um homem e uma mulher, buscou reforçar a ideia de defesa da dita “família tradicional”, em que o homem é o provedor, representado como agricultor com a ferramenta de trabalho nos ombros; enquanto a mulher, segurando uma criança no colo, teria o papel de cuidadora.

Assim, vemos a representação da dicotomia entre “ruralismo” e “modernidade”, ou “sertão” e “litoral”. Segundo Bertonha (2014, p. 45), o mundo de Plínio Salgado era o agrário, representado pelo sertão que “era o Brasil e nossa identidade nacional se afirmaria frente à Europa como nação agrária”, pois “a agricultura era o destino de quem não tem carvão e hulha e nos poupava dos problemas do mundo moderno e do materialismo”, ou seja, “o litoral moderno seria o mal; o sertão, o bem. A Terra seria o feminino; o Estado, o masculino que fecunda”.

Voltando à narrativa presente na cartilha, ela se concentra no diálogo entre Pedro e João, e sua discussão acerca dos ideais de Plínio Salgado como uma alternativa à política institucional da época. Pedro tem o papel de guiar João, e consequentemente o leitor, até às conclusões “óbvias” de que a doutrina do PRP, ou o integralismo, seria o caminho correto a ser seguido para o país. Um dos pontos interessantes do argumento integralista presente nesta cartilha é a ideia de que a construção da nação tinha um componente moralizante que perpassava o “sujeito ideal”.

FIGURA 2: O HOMEM-MORAL



Fonte: Vasconcellos, 2010, p. 13.

O raciocínio se concentrou em argumentar que o indivíduo, através do processo de “melhora do próprio homem, pelo aumento da responsabilidade de cada um”, processo esse que passaria “pelo desenvolvimento cada vez maior do setor educacional”, criaria homens honestos e de qualidade, mas acima de tudo, uma força de trabalho que teria o objetivo de atuar na “construção dos planos governamentais” (Vasconcellos, 2010, p. 13). Ou seja, para o integralismo, não haveria um indivíduo, mas sim um conjunto social que atuaria para alcançar os objetivos finais do Estado. Acima, podemos observar a representação desse “homem-moral” descrito pelo autor: no primeiro quadro, vemos um homem trabalhador e letrado, mas esse letramento é representado por um livro. O homem lia enquanto trabalhava, representando a ideia de que esse homem-moral estaria em constante desenvolvimento para o bem da nação.

Já no segundo quadro, João disse: “Você viu, Pedro, que assim como em construções de qualquer espécie é necessário a escolha de um bom material, o mesmo acontece na construção de um bom governo”. A defesa dessa tese foi representada pela metáfora da escolha de bons materiais para a construção de uma casa, pois o terreno precisaria ser “bom, aplainado e fortes alicerces para sobre ele se principiar a obra...” (Vasconcellos, 2010, p. 13).

Aqui, o autor usou a construção de uma casa como uma metáfora para a construção da nação, ou pelo menos, da construção de uma sociedade baseada nos princípios integralistas. De acordo com essa lógica, “o governo dos homens se assemelha às obras materiais. Para um rendimento integral e uma construção sólida é preciso bom terreno, bons alicerces, estruturas bem idealizadas [...]”. Para isso, segundo o argumento, era “preciso uma democracia mais aperfeiçoada, mais lógica e, portanto, mais produtiva” [sic]. A “democracia mais aperfeiçoada” pode ser entendida como um governo autoritário, uma vez que os “governantes competentes [...] nada conseguem com a politicalha vergonhosa que domina os congressos e assembleias do Brasil” (Vasconcellos, 2010, p. 14).

Esse argumento se traduz na concepção da “democracia orgânica”, um conceito impreciso que configura um argumento constante na peça de propaganda e possui relação com a nova roupagem do integralismo.

FIGURA 3: A DEMOCRACIA-ORGÂNICA



Fonte: Vasconcellos, 2010, p. 15.

Acima, a Democracia Orgânica foi explicada através do funcionamento do corpo humano. Da mesma maneira que cada órgão tem uma função específica, estavam todos cumprindo o seu próprio trabalho, “em perfeita harmonia, num conjunto maravilhoso, onde todos se entrelaçam para proporcionar a vida com saúde” (Vasconcellos, 2010, p. 15). Como podemos ver pela figura acima, o corpo humano é usado para exemplificar o argumento de que se algum órgão do corpo tentar fazer o papel de outro o corpo morreria. Assim, “a consequência seria a morte do homem, pois cada órgão deve fazer apenas aquilo para o qual foi destinado por deus. O mesmo acontece com o organismo estatal” (Vasconcellos, 2010, p. 17).

FIGURA 4: O ORGANISMO ESTATAL



Fonte: Vasconcellos, 2010, p. 18.

Aqui, o autor explicou como a lógica do corpo humano pode ser replicada no “Organismo Estatal”: um órgão não poderia exercer o trabalho de outro, como o fígado, que “por mais

experiente que seja no seu trabalho, não pode desempenhar a função do coração, porque não nasceu para isso”. Essa ideia se aplicaria no Estado, pois, de acordo com a ideia concebida pela cartilha, não faria sentido um representante de uma classe eleger um membro de outra, se “[...] todas as classes sociais, todas as categorias profissionais são igualmente importantes no conjunto do organismo social. Mas, particularmente, suas diferenciações são profundas (Vasconcellos, 2010, p. 18). É possível que essa fala seja uma forma de representar o pensamento anticomunista do integralismo e reforçar o discurso baseado na concepção de um Estado corporativo.

FIGURA 5: AS REPRESENTAÇÕES DE CLASSE



Fonte: Vasconcellos, 2010, p. 20.

A única coisa que poderia solucionar isso seria um Estado corporativista nos moldes do fascismo italiano, aqui tratada como uma “Democracia Orgânica”. Acima, Pedro disse que a forma mais lógica baseada na ideia das classes é que elas exercessem integralmente suas funções naturais. Assim, esse modelo “é, justamente, a imitação do sistema do corpo humano, criado por Deus, e que nos dá o exemplo mais maravilhoso da perfeita harmonia, do trabalho em conjunto, do rendimento integral, como na maravilha suprema da vida” (Vasconcellos, 2010, p. 20). Neste conceito, é possível encontrar a proposição de centralização do poder, do autoritarismo e da censura. Mesmo maquiada pela ênfase no espiritualismo, a antiga base doutrinária ainda poderia ser percebida na crítica às massas e na defesa do controle das liberdades através de princípios religiosos (Christofolletti, 2010). Assim, de acordo com Rodrigo Christofolletti (2010, p. 122-123):

[...] o conceito de democracia difundido pelo integralismo em sua segunda atuação, adjetivada de “defensiva e cristã” opunha-se diametralmente à chamada democracia liberal, que os integralistas reputavam como sendo materialista por natureza. Mais uma de suas várias contradições. Os integralistas perrepostas precisaram criar soluções e explicações, muitas vezes, inconsistentes, para convencer a sociedade de que não haviam agido de maneira incoerente ao tornarem-se repentinamente democráticos. [...] a noção de democracia contida no discurso integralista era

substituída pela cautela de se mostrar anti-totalitária ou anti-ditatorial, mas não explicitamente democrática (Christofoletti, 2010, p. 122-123).

Nesse sistema, como podemos ver acima, seriam instituídas câmaras e assembleias compostas por representações de classe. Curiosamente, no último quadro, a câmara foi representada apenas com poucas pessoas e não partidos políticos. Essas pessoas representariam as classes.

FIGURA 6: PLÍNIO SALGADO



Fonte: Vasconcellos, 2010, p.

A conclusão em que João e Pedro chegam é que “com o integralismo o Brasil virá a ser uma verdadeira potência!” (Vasconcellos, 2010, p. 27). Finalizando a cartilha, Pedro perguntou se o integralismo tinha possibilidades de vitória. E, em um diálogo direto com o leitor, foi dito:

Evidentemente, o integralismo já penetrou no coração dos brasileiros, que vêm nele o meio capaz de mudar, verdadeiramente, a situação. Ele traz algo de novo, algo que nenhuma outra ideia possui: - a sua forma ideal de governo, pela prática da democracia orgânica. Porque a verdade é a seguinte: continuaremos eternamente a sofrer as penúrias e necessidades, enquanto, apenas, mudarmos os homens nos postos governamentais e não cuidarmos, seriamente, em fazer uma revisão na própria estrutura da nação. E para isso é preciso as reformas de base, das quais falamos aqui e pelas quais lutou Plínio Salgado (Vasconcellos, 2010, p. 28).

Por fim, a cartilha termina com um chamamento ao eleitorado: “Amigo! Concorra para a grandeza do Brasil, divulgando o integralismo e pugnando para a sua rápida concretização!” (Vasconcellos, 2010, p. 28). Nos dois últimos quadros da cartilha, o autor trouxe uma representação visual de Plínio Salgado para reforçar o rosto do líder integralista junto ao leitor, uma vez que suas ideias foram expostas ao longo da história. Considerando nossa hipótese de que a cartilha foi produzida entre a segunda metade dos anos 1950 e início de 1960, é de referir que, após 1955, Salgado promoveu um curioso retorno ao passado. Anteriormente, havia uma posição ambígua a respeito das relações entre a AIB e o PRP. De um lado, ele

defendia o caráter integralista do Partido, a fim de atrair os antigos camisas-verdes e, de outro, o negava para garantir a sua aceitação no sistema político e angariar novos adeptos.

De modo efetivo, a partir de 1957, ano do jubileu de prata integralista, diversas iniciativas foram lançadas, unificando o passado e o presente. Por exemplo, ocorreu o lançamento da *Enciclopédia do Integralismo*, a promoção de um novo Congresso de Vitória e a comemoração do Jubileu do Integralismo. O retorno das camisas verdes e de algumas das cerimônias do integralismo, bem como a criação de outras, correspondiam, em essência, ao mesmo sistema de valores de socialização dos anos 1930. Em todo esse esforço de rememoração, a figura de Salgado era onipresente, sendo sempre reverenciado com o vínculo que unia as duas gerações (Bertonha, 2018).

CONCLUSÃO

Um dos maiores desafios à investigação de um campo de pesquisa tão consolidado como o integralismo, que já conta com significativas contribuições, é, justamente, explorá-lo sob uma nova perspectiva, que permita certa renovação historiográfica. A proposta deste capítulo é fruto de algumas indagações que ocorreram após nos depararmos com a Cartilha disponível *online* e a ausência de informações concretas a seu respeito.

Ambicionamos, portanto, apresentar um novo olhar para a “conversão à democracia” de Plínio Salgado e do integralismo, a partir do Partido de Representação Popular. Através da comunicação visual, das estratégias de propaganda, de imagem e representação é possível averiguar que projetos ambiciosos para atuação política ainda permeavam os pensamentos do antigo Chefe Nacional – sem alcançar o êxito almejado.

Acusados pela oposição de representar o fascismo herdado da AIB, o PRP utilizava o discurso democrata cristão aliado, quase paradoxalmente, às concepções de Democracia Orgânica e Corporativismo. Em outras palavras:

Posto que as relações do integralismo com a noção de Democracia sempre foram pouco explícitas, fixou-se o contraditório: como sobreviver ao contexto democrático sem expor suas querelas e antagonismos? Este problema se resolvia facilmente com a deflagração da mais importante bandeira de propaganda integralista. Ela foi atemporal, e por isso mesmo norteou todas as rubricas do movimento. Para afirmar-se adepto da democracia o integralismo fixou-se na ambivalência de seu discurso e no pronto ataque ao comunismo. E para consolidar suas ações preparou o terreno com as sementes de sua doutrina, germinadas pelas mãos daqueles que criaram base sólida para uma pedagogia integralista. O anticomunismo e uma particular noção de democracia foram os ingredientes mais usados nesta receita que, teve como fermento a educação, substrato essencial presente nos documentos fundadores do integralismo (Christofolletti, 2010, p. 123).

Por fim, compreendemos que esta primeira análise da Cartilha não significa que este seja um objeto acerca do qual novas contribuições não sejam bem-vindas. De fato, algumas “pontas” foram deixadas no decorrer do texto que podem receber “nova luz” de outros historiadores que se dispuserem a se debruçar sobre o estudo da comunicação visual e propagandística de “Um Grande Ideal”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONHA, João Fábio. **Integralismo**: problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: Eduem, 2014.

BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado**: Biografia Política (1895-1975). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

CALIL, Gilberto Grassi. O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965). Cascavel: Edunioeste, 2010.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. A enciclopédia do integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961). 2010. 254f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/7cdeecc4-b195-4a5e-a414-66855685d18d>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. O fascismo em camisas-verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

NETO, Odilon Caldeira. Sob o Signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo. Maringá: Eduem, 2014.

VASCONCELLOS, Sérgio de. Um grande ideal. In: VASCONCELLOS, Sérgio de. Integralismo. [S. l.], 17 jul. 2010. Disponível em: <https://integralismo.blogspot.com/2010/07/um-grande-ideal.html?m=1>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CONQUISTANDO MENTES: A RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE OS PROJETOS BLUEBIRD E ARTICHOKE E O CONTEXTO DA GUERRA FRIA

João Luiz Amaral Castellani



Neste capítulo, o objetivo é apresentar o desenvolvimento e os resultados dos projetos Bluebird e Artichoke como “ensaio” para a execução do MK-Ultra. Aprovado pelo então diretor da CIA (Central Intelligence Agency), Allen Dulles, no dia 13 de abril de 1953, o programa idealizado pelo químico Sidney Gottlieb, seria uma forma pela qual a Agência Central de Inteligência estadunidense subsidiaria estudos, pesquisas e experimentos, visando a obtenção do conhecimento científico necessário para o controle da mente.

A investigação crítica acerca da origem e ramificações dessas iniciativas governamentais é contundente para se compreender até que ponto se estendia a disposição das superpotências de conquistarem e/ou preservarem a hegemonia em um período de intensificação de tensões internacionais. No caso da Guerra Fria, a disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos envolvia a produção de recursos que permitissem aos adversários desfrutarem de uma posição privilegiada em relação ao outro. Sendo assim, a análise das medidas combativas adotadas naquele contexto contém, também, um potencial elucidador quanto às motivações ideológicas e práticas que regiam os interesses dos blocos econômicos em conflito, podendo, então, contribuir para os debates acerca desse fenômeno.

Antes de iniciar a análise dos programas citados, é necessário contextualizar a adoção de um elemento essencial para a execução de diversos subprojetos inseridos nas iniciativas abordadas: a dietilamida do ácido lisérgico, ou LSD. Na primavera de 1943, Albert Hofmann tornou-se a primeira pessoa conhecida por registrar o uso da droga enquanto realizava experimentos com a enzima ergot, encontrada em fungos, centeio e outros grãos, amplamente documentada pelas suas qualidades terapêuticas, mas cuja ingestão poderia também causar espasmos e alucinações. No laboratório da Sandoz, companhia farmacêutica na cidade da Basileia, o cientista suíço estava testando uma nova permutação que, segundo ele, melhoraria a circulação sanguínea. O produto químico ingerido por Hofmann era o vigésimo quinto de uma série de dietanolamidas de ácido lisérgico que ele havia composto, por esse motivo o chamou de LSD-25 (Kinzer, 2019, p. 40).

Em síntese, o químico sediu diversos experimentos voltados à ingestão do LSD e documentou os efeitos que observara em si mesmo. Após alguns meses, os testes esparsos e inconclusos passaram a envolver colegas de laboratório. Em 1949, aproximadamente, um oficial da Chemical Corps, divisão do exército estadunidense voltada ao desenvolvimento de armas químicas, biológicas e nucleares, relatou a L. Wilson Greene, diretor técnico dos Laboratórios Químicos e Radiológicos do Edgewood Arsenal, que cientistas empregados pela Sandoz haviam descoberto uma nova droga que produzia alucinações vívidas. Através das informações coletadas sobre o assunto, Greene elaborou o relatório intitulado “Psychochemical Warfare: A New Concept Of War”. Ele o concluiu com uma forte

recomendação para que o governo começasse a testar sistematicamente o LSD, a mescalina e sessenta outros compostos que alteram a psique e que poderiam ser usados como armas contra populações inimigas (Kinzer, 2019, p. 40), expondo o crescente interesse tático que se desenvolvia acerca da produção de um conflito psicoquímico.

O entusiasmo com as possibilidades de combate geradas pela utilização das drogas psicoativas originou o foco exercido por agências governamentais rumo à dominação de seu uso e aplicação estratégica. Em um dos ápices da elucubração imaginativa de oficiais estadunidenses, a proposição centrada na defesa dos estudos quanto aos efeitos de substâncias como o LSD idealizava e utilizava como justificava a ideia de que uma guerra psicoquímica possivelmente eliminaria os horrores experienciados e testemunhados através das formas convencionais de disputa armada. Como afirmou Greene em seu relatório, “estou convencido de que é possível, por meio das técnicas de guerra psicoquímica, conquistar um inimigo sem matar em massa seu povo e sem a destruição em massa de sua propriedade” (Greene, 1949). Em partes, a adesão de estratégias alternativas de disputa fora motivada pelo mútuo reconhecimento do arsenal bélico entre os adversários, pois assim que a URSS adquiriu armas nucleares - quatro anos depois de Hiroshima no caso da bomba atômica (1949), nove meses depois dos EUA no caso da bomba de hidrogênio (1953) - as duas superpotências claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida (Hobsbawm, 1994, p. 227).

Entre os indivíduos que tiveram acesso ao documento restrito estava o almirante Roscoe Hillenkoetter, então diretor da CIA, que solicitou ao presidente Truman a autorização para efetivar o projeto sugerido por Greene por meio da agência. Com a aprovação da iniciativa, oficiais do serviço de inteligência estadunidense foram designados para trabalharem juntamente com químicos da Divisão de Operações Especiais (Special Operations Division) no Fort Detrick, localizado em Frederick, Maryland. O programa em questão recebeu o codinome de MK-NAOMI, revelando uma das primeiras utilizações do prefixo “MK”, referente a projetos executados pela Equipe de Serviços Técnicos (Technical Services Staff)¹. É válido mencionar, porém, que o estudo não se restringiu às práticas laboratoriais, estendendo-se a testes secretos de diversas modalidades que envolviam, em alguma instância, cidadãos de metrópoles norte-americanas. Um exemplo foi o teste realizado em 1949, em que seis membros

¹ Devido às diversas ramificações do serviço militar e de inteligência dos Estados Unidos, o cuidado quanto à menção das diferentes esferas que participaram no processo analisado se faz imprescindível. Sendo assim, é válido pontuar que a CIA especificamente, não teve participação direta em experimentos como o executado no Pentágono, citado no texto, visto que o seu interesse, já naquele período, voltava-se à manipulação e controle da mente de indivíduos, não interessando à agência, aprimorar táticas de guerra psico-química em ampla escala.

da Divisão de Operações Especiais adentraram o Pentágono fingindo ser monitores de qualidade do ar e borrifaram bactérias simuladas nos dutos. Depois disso, calcularam que se o ataque tivesse sido real, pelo menos metade das pessoas que trabalhavam no prédio teriam falecido (Kinzer, 2019, p. 42).

No dia 20 de abril de 1950, Hillenkoetter decretou a criação do projeto Bluebird. Por meio dessa iniciativa, proponentes da operação pretendiam gerar:

(a) possíveis meios de condicionar o pessoal da Agência (ou pessoas de interesse da Agência) para evitar a obtenção não autorizada de informações por qualquer meio conhecido; (b) a possibilidade de obter o controle das atividades futuras (físicas ou mentais) de qualquer indivíduo, voluntário ou involuntário, por meio da aplicação de técnicas especiais de interrogação; (c) possíveis técnicas para obter informações precisas tanto de indivíduos dispostos, que podem ter dificuldade para lembrar o que sabem, quanto de indivíduos não dispostos; e (d) possíveis maneiras de impedir que qualquer fonte não autorizada obtenha o controle das atividades futuras (físicas ou mentais) do pessoal da Agência. (Documento Oficial do Governo Estadunidense, 1975).

Naquele período, mais especificamente em outubro de 1950, ocorreu uma relevante alteração de âmbito organizacional interna na CIA, representada pelo início da liderança do general Walter Bedell Smith, que em seu extenso currículo contava, para além de outras posições de prestígio no exército e governo estadunidense, com a denominação, entre 1946 e 1948, de embaixador dos EUA na União Soviética. Dentre algumas de suas primeiras medidas no cargo, houve a incorporação informal à agência do ex-funcionário da OSS (Office Of Strategic Services), Allen Dulles, primeiramente como consultor e, depois, como diretor adjunto de planos.

No dia 2 de janeiro de 1951, o profissional previamente conhecido por ser técnico em espionagem tornou-se oficialmente funcionário da agência. Menos de um mês depois que Dulles começou a trabalhar em tempo integral na CIA, os Estados Unidos realizaram seu primeiro teste nuclear no deserto de Nevada, dando aos americanos uma visão aterrorizante da nuvem em forma de cogumelo que, segundo eles, poderia engoli-los a qualquer momento se não correspondessem às supostas investidas soviéticas (Kinzer, 2019, p. 44).

Os soviéticos haviam testado com sucesso sua primeira arma nuclear. Os americanos estavam sendo instruídos de que seu país poderia ser atacado a qualquer momento. A ameaça de “lavagem cerebral” parecia ainda mais terrível por ser tão insondável. À medida que a CIA promovia a crença de que os comunistas haviam dominado as técnicas de “lavagem cerebral”, a Agência se deixou seduzir por sua própria propaganda. (Kinzer, 2019, p. 59)

Entre 1949 a 1956, visando contribuir com os projetos em vigência, um esforço significativo foi desempenhado por oficiais estadunidenses para revisar trabalhos acadêmicos e registros de experiências clínicas voltadas ao uso de drogas, com foco na Universidade de Michigan, Universidade de Illinois, Universidade de Minnesota e no Instituto Nacional de Saúde. Em 20 de agosto de 1951, o programa foi reestruturado e seu nome foi alterado para “Artichoke”, passando a ser responsabilidade do Escritório de Inteligência Científica (Office of

Scientific Intelligence/OSI). Apenas três dias depois de lançar o projeto, Dulles foi promovido ao segundo cargo mais alto da CIA: diretor adjunto da inteligência central. Isso garantiu proteção e apoio aos experimentos de controle mental no mais alto nível do poder americano (Kinzer, 2019, p. 57).

Quanto à organização de funções e o cumprimento das demandas conectadas ao projeto Artichoke, é possível atestar por meio da análise documental que diversas esferas do serviço militar e público estadunidense trabalharam em conjunto ou separadamente para a concretização de fins complementares, não manifestando-se unicamente como encargo da CIA.

(...) o diretor da CIA também instruiu os diretores da Artichoke a colaborar estreitamente com os pesquisadores do Exército e da Marinha e a trocar informações com cientistas britânicos e canadenses. De acordo com os documentos remanescentes, parece que essa coordenação desenvolveu uma divisão de trabalho flexível, com o Exército fazendo grande parte dos testes de drogas por meio de seus Laboratórios de Guerra Química e a Marinha dirigindo experimentos comportamentais por meio de seu Escritório de Pesquisa Naval (ONR). (Mccoy, 2006, p. 26-27).

Em julho do ano seguinte foi reportado às autoridades da CIA que um experimento bem-sucedido utilizando agentes duplos soviéticos foi executado resguardado pelo Artichoke. Naquele contexto, o descrito “soro da verdade”, composto por pentanol sódico, foi aplicado em pequenas doses em adição a táticas de hipnotismo, induzindo as vítimas a um estado de transe, que foi preservado por aproximadamente uma hora e quarenta minutos. O teste suscitou amnésia total produzida pela experiência pós-hipnótica.

Contrariamente ao suposto sucesso descrito neste caso por meio de documentação oficial, em 1954, também inserido no projeto Artichoke, um experimento falho foi formalizado por meio de um relatório da CIA. Realizado entre os dias 8 e 15 de janeiro, a finalidade, conforme descrito, era atestar se um indivíduo assassinaria um político, ou, se necessário, um oficial estadunidense, involuntariamente, sob influência de substâncias alucinógenas e um processo de manipulação não descrito. No dia 22 do mesmo mês, foi produzido um registro escrito detalhando a metodologia aplicada e as dificuldades encontradas durante a efetivação do experimento. Nele, é mencionada também a etnia da vítima, aparentemente um aspecto central (porém censurado), a idade, que era de aproximadamente trinta e cinco anos, e o fato de que o alvo era politicamente instruído e engajado, assim como “bem-educado”. Após a conclusão do homicídio, a custódia da “cobaia” ficaria a cargo do próprio governo, que o dispensaria posteriormente, de acordo com os dados dispostos no documento.

O teste ocorreria em uma situação de convívio social não controlado, sinônimo de possível comprometimento geral da operação, dado que civis não participantes estariam presentes e poderiam desconfiar das atividades da agência, comprometendo permanentemente o programa. As circunstâncias implicavam também no fato de que os oficiais envolvidos não

possuíam pleno controle físico da vítima. Além disso, no documento é mencionado que o sujeito possuía um histórico de alcoolismo, o que significaria a fácil indução e consumo de substâncias alucinógenas inseridas em sua bebida, demonstrando a forma pela qual a CIA, metodologicamente, utilizava vulnerabilidades dos envolvidos em seu benefício. Porém, como descrito no relatório, o indivíduo resistiu a cooperar.

Avaliando o desempenho geral, o autor do documento enumera os empecilhos, justificando a necessidade urgente de melhoramento das condições quanto aos testes encomendados pela agência. É possível estimar que a experiência falha tenha influenciado decisões futuras quanto à execução de experimentos em instâncias controladas e em ambientes considerados seguros para a CIA. Quanto à descrição de suas atividades, a agência desenvolveu significativos avanços no final da década de 1950 e início da seguinte.

É imprescindível rememorar que, naquele contexto, concretizava-se a crença de que os soviéticos e os chineses já haviam dominado táticas de hipnotismo e controle das reações e da mente humana. Por meio de artigos de autoria de Edward Hunter, jornalista com foco amplamente propagandista e apelativo, publicados no Miami Daily News, excitava-se o receio entre o público norte-americano quanto à ameaça de “lavagem cerebral” por parte do partido comunista chinês, sendo essa, segundo Alfred McCoy (2006) e Stephen Kinzer (2019), a marca da popularização da expressão.

Em seu livro extremamente popular, *Brain-Washing in Red China* (Lavagem cerebral na China Vermelha), publicado em 1951, Hunter chamou essa prática de “a principal atividade na China continental quando os comunistas assumiram o controle”, logo se tornando um método para encher sistematicamente as mentes de 450 milhões de pessoas com “ódio e belicismo”. (McCoy, 2006, p. 24)

Pela perspectiva ideológica dos EUA, era verossímil que algum tipo de manipulação ou lavagem cerebral fosse aplicada nos países do bloco soviético, justificando com o que conceituavam como coerção e coletivização forçada, a adesão de indivíduos a regimes contrários ao estado democrático norte-americano. Nos anos seguintes, especialmente durante a disputa presidencial de 1960, o discurso anticomunista materializou-se como artifício político através da ênfase quanto à propaganda estadunidense e a campanha difamatória, organizadas em torno do medo de uma dominação e/ou avanço dos ideais soviéticos no continente americano (Neto, 2014, p. 2).

No decurso da análise documental voltada à registros oficiais produzidos pelo governo estadunidense, é possível observar como a CIA dedicava atenção a casos de interrogatórios e prisões relacionados a questões ideológicas no exterior, substanciando a crença iminente de que os soviéticos contavam com avançado conhecimento a respeito das ciências comportamentais.

Um exemplo é citado em um relatório elaborado pelo Senado dos Estados Unidos em 1975, a respeito do projeto Bluebird e o subsequente Artichoke, no qual a prisão e as confissões do arcebispo Jozsef Mindszenty são mencionadas como evidente caso de lavagem cerebral. Nascido em 1892, o padre húngaro se tornou bispo diocesano em 1944, e em setembro do ano seguinte, arcebispo de Esztergom, chegando, em fevereiro de 1946, à posição designada pelo papa Pio XII de cardinalato. A trajetória de Mindszenty foi comentada publicamente e singularmente notória pela sua prisão no dia 26 de dezembro de 1948.

A título de contextualização, sobretudo para compreendermos a razão pela qual seu nome é citado no relatório produzido pelo Senado estadunidense, é necessário, em primeira instância, entender certos pontos inerentes à percepção política do cardeal, aspecto central e norteador do seu próprio destino. Imbuído de uma postura anticomunista, Mindszenty era defensor de uma visão anacrônica da Igreja. Sob sua perspectiva, a instituição deveria exercer tanta influência política quanto as figuras que se comprometiam com a reconstrução da Hungria após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Sandor Balogh (1997), a ideologia da principal autoridade eclesiástica do país remetia ao medievo e não elaborava críticas à democracia burguesa, bem como, parecia descompromissada com o desenvolvimento social da nação. Em uma análise complementar, o escritor e jornalista Laszlo Gyurko menciona que Jozsef Mindszenty foi quem anunciou a Guerra Fria em âmbito regional, ao personificar o embate ideológico entre os defensores do sistema capitalista e o bloco socialista em sua vida pública e ações políticas.

Em fevereiro de 1949, Mindszenty foi julgado e sentenciado à prisão perpétua por traição, conspiração e crimes contra o Estado. Suas confissões foram publicadas pelos comunistas com o nome “Yellow Book”. Porém, o período que passou em prisão domiciliar não se estenderia demasiadamente, visto que, durante a revolução húngara em outubro de 1956, o cardeal foi resgatado por um esquadrão revolucionário. Em liberdade, discursou em um programa radiofônico proclamando as intenções da contrarrevolução de restauração do capitalismo e de um modelo feudal de posse de terras, atacando a reforma agrária. No entanto, no dia seguinte, 4 de novembro do mesmo ano, os comunistas retomaram o poder e Mindszenty se refugiou na embaixada estadunidense em Budapeste, onde viveu por quinze anos.

O legado controverso da trajetória do cardeal foi por muito tempo um tema sensível na Hungria. Após a transição para um modelo de governo democrático, ocorrida em 1989, historiadores de orientação cristã-romana passaram a retratar Mindszenty como uma figura santificada, sinônimo de resistência contra as opressões estrangeiras. A demonização dos processos políticos enfrentados pelo país entre 1945 a 1990, interligada a uma crítica

superficial dos regimes totalitários e à exaltação da figura do clérigo, fundamentou análises históricas pautadas na memória produzida por esses pensadores. A título de exemplificação, é válido mencionar Géza Böszörményi-Nagy, através da obra “A luta pela liberdade religiosa na Hungria” (1987), Miklós Molnár, em seu livro “A Hungria sob o regime comunista” (1975), e István Bibó em “A tragédia da democracia húngara” (1961).

Para além do explícito foco desenvolvido pelo governo dos Estados Unidos em estudar o *modus operandi* das autoridades estrangeiras em casos como o de Jozsef Mindszenty, o asilo concedido ao cardeal na Embaixada estadunidense em Budapeste evidencia também o interesse estratégico do país em mantê-lo sob sua proteção. Durante os quinze anos em que viveu no local, Mindszenty se correspondeu com as autoridades dos EUA. Nesse período, preservou a perspectiva de que era a sua função representar a camada da população que se sentia reprimida pelo regime vigente.

Comum a quase toda a extensão da Guerra Fria, consolidava-se também o discurso expresso na corrente historiográfica ortodoxa estadunidense de culpabilização da União Soviética pelo agravamento do conflito. Ao menos no período de emergência das tensões internacionais, historiadores adeptos a esta corrente defendiam a responsabilidade que os EUA possuíam de protegerem os seus aliados da violência e dominação soviética.

Contrariamente ao que sugere a ortodoxia estadunidense, porém, a postura do país assumia, gradativamente, um caráter ofensivo, pelo que Alan Wolfe caracteriza como um processo de beligerância abstrata, demonstrando que a guerra é a *civitas* da modernidade, o ideal clássico de uma política em que os homens põem de lado seus interesses privados, em consideração a um bem comum (Wolfe, 1985, p. 213). Por meio deste poder mobilizador concentrado na função da guerra, dirigentes a utilizam para produzir um consenso entre a população e um entusiasmo nostálgico por valores e um mundo perdidos.

O modelo democrático estadunidense, antes em conformidade com uma perspectiva republicana ligada a uma vida pública funcional e saudável, adaptou-se às demandas imperialistas e a uma agenda de expansão, visto que naquele período, para a maior parte das pessoas, na maior parte do tempo, a democracia veio a significar não a prática de liberdade que elas mal compreendem, nem um direito de voto cada vez menos exercido, mas a ideia de que continuaria a existir prosperidade material (Wolfe, 1985, p. 214). Sendo assim, ao atender ao ideal de crescimento econômico, o Estado democrático guiou-se também pela guerra, intrinsecamente ligada à produção, à conquista e à preservação de sua hegemonia.

CONCLUSÃO

O suposto risco de invasão e domínio estrangeiro permeava medidas drásticas tomadas por oficiais em diferentes esferas governamentais, suportadas, em sua maioria, pela concentração de autoridade executiva produzida pela guerra. Não coincidentemente, os projetos Bluebird e Artichoke foram desenvolvidos em um contexto marcado por um ápice da desconfiança estadunidense quanto às intenções e a capacidade bélica e estratégica da URSS, adaptando este receio, ou paranoia, às suas necessidades e demandas de guerra. Este não foi, porém, o único mecanismo incorporado pelas superpotências em conflito. Os Estados usufruíram de um sofisticado e complexo aparelho midiático cultural, muitas vezes apelativo e que agia em conjunto com a capacidade de mobilização incorporada nas elucubrações centradas na mera defesa.

O conflito gerava, então, uma estrutura de princípios que permitia às nações usar a força e a violência para controlar seus próprios domínios contra os que buscam um grau de independência no interior dos blocos, apelando à ameaça da superpotência inimiga, para mobilizar sua própria população e a de seus aliados, provando-se um subsídio altamente funcional, sobretudo porque, o próprio sistema da Guerra Fria induzia à subversão a partir do repertório propagandista e ideológico utilizado pelas potências para a manipulação (Chomsky, 1985, p. 190). Este arcabouço era essencial também em razão do forte apoio em métodos usualmente violentos e moralmente difíceis de serem aceitos. Além disso, diversas medidas implicavam altíssimos investimentos em recursos materiais, necessitando de um complexo ferramental doutrinário para preservar o senso de perigo iminente e consequentemente, da urgente necessidade de defesa.

Nesse sentido, é possível pautar a análise dos programas desenvolvidos pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos na relação intrínseca com o seu contexto de produção e desenvolvimento, visto que, seria incauta a tentativa de investigação destes fenômenos sem considerar os aspectos ideológicos, estratégicos, culturais e bélicos que marcam o seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALOGH, Sandor. *Jozsef Mindszenty, the political prelate*. Hungria: Eszmelet vol 34, 1997, p. 94-113

CHOMSKY, Noam. *Armas estratégicas, Guerra Fria e Terceiro Mundo*. In: Exterminismo e Guerra Fria. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 188-206.

HATOS, Pál. *Cardinal Jozsef Mindszenty (1892-1975): Diverging Memories and Perspectives for Further Comparative Research*. In: The Hungarian Quarterly. Hungria: The Society of The Hungarian Quarterly, vol 53, abril de 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KINZER, Stephen. **Poisoner in Chief**. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 2019.

McCOY, Alfred. *A Question of Torture*. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 2006.

NETO, Waldemar Dalenogare. *Perigo vermelho: o anticomunismo em debate na campanha presidencial estadunidense de 1960*. In: Revolução Cubana em perspectiva: EUA, Brasil e a Guerra Fria na América Latina nos anos 60; Capítulo II. Porto Alegre: Editora All Type Ltda, 2014, p. 29-46.

WOLFE, Alan. *Política Perversa e Guerra Fria*. In: Exterminismo e Guerra Fria. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 206-238.

A HISTÓRIA GLOBAL E O MUSEU DE ARTE SOCIALISTA EM SÓFIA, 2011

Rosana Steinke



INAUGURA-SE UM MUSEU

Em 2011 a Bulgária abriu as portas do Museu de Arte Socialista, na capital Sófia. A decisão de criar o museu resultou de um amplo debate público envolvendo diversos atores sociais. Diferentemente de outras instituições dedicadas ao mesmo período e temática, o museu búlgaro adotou uma abordagem distinta, evitando uma nomenclatura que o vinculasse diretamente à representação do totalitarismo.

Este texto mapeia instituições semelhantes no Leste Europeu do período pós-soviético e integra uma pesquisa em andamento que busca compreender as particularidades do museu búlgaro em relação aos demais. Para isso, utiliza-se um conjunto diversificado de fontes históricas, incluindo registros do debate na imprensa e em redes sociais entre 2010 e 2011, entrevistas, levantamento fotográfico *in loco*, reflexões acadêmicas sobre o tema e a análise do próprio acervo do museu, composto por esculturas, pinturas e outras obras artísticas.

A análise das fontes documentais baseia-se nos pressupostos teóricos da História Global, que propõe uma abordagem não isolada dos objetos de estudo, mas sim uma compreensão ampliada a partir de conexões transnacionais e translocais. Explorar a espacialidade como metodologia alternativa e focar nos momentos decisivos de transformação permite não apenas formatar o próprio objeto de estudo, mas também aprofundar sua análise. Além disso, a pesquisa investiga as representações visuais escolhidas no contexto político pós-dissolução da União Soviética, buscando compreender sua relação com o passado recente e suas implicações simbólicas.

O DEBATE E A CRIAÇÃO DE UM MUSEU NO CONTEXTO TRANSNACIONAL E TRANLOCAL

Criado vinte e dois anos após a desintegração da União Soviética, da qual a Bulgária fez parte entre 1945 e 1989, o Museu de Arte Socialista de Sófia é o primeiro e único espaço dedicado à preservação da memória recente do país e à exibição da arte produzida durante o período comunista. O acervo conta com aproximadamente 77 esculturas, 60 pinturas e 25 representações de cavalete, criadas por renomados escultores e pintores búlgaros. Além disso, há uma sala de vídeo para exibição de documentários e cinejornais do período em que o país integrava a URSS.

O museu também possui um jardim que abriga numerosas estátuas de grande e médio porte, constituindo uma parte significativa do acervo. Entre as esculturas destacam-se representações de líderes e ativistas comunistas, poetas alinhados à ideologia socialista e figuras do realismo socialista, como soldados do Exército Vermelho e trabalhadores agrícolas

e industriais. Chamam atenção as esculturas de corpo inteiro e os bustos de Karl Marx, Vladimir Lênin, Georgi Dimitrov – primeiro líder comunista da Bulgária – e Todor Zhivkov, que governou a República Popular da Bulgária por 34 anos.

A coleção foi formada por meio de uma campanha conduzida pelo Ministério da Cultura entre 2010 e 2011 para coletar peças de diferentes localidades do país (Vukov, 2014; Vukov, 2016). Entretanto, muitas esculturas do período soviético ainda permanecem espalhadas por espaços públicos, como praças e parques, enquanto outras foram removidas, destruídas ou simplesmente esquecidas. Essas memórias também estão presentes nos nomes de ruas e praças (Pietrowski, 2009). A herança do regime comunista pode ser vista tanto na paisagem urbana e rural quanto no Museu de Arte Socialista, geralmente expressa pelo culto a personalidades, mas também pela representação de trabalhadores, crianças, famílias e soldados anônimos.

Em outros países do Leste Europeu, iniciativas semelhantes foram desenvolvidas com diferentes enfoques. Na República Tcheca, um antigo campo de trabalhos forçados para presos políticos foi transformado no Museu Comunista de Praga. Já o Parque Memento, em Budapeste, inaugurado em 1993, reúne esculturas retiradas de espaços públicos e homenageia as lutas políticas húngaras, desde a ocupação soviética até os protestos anticomunistas de 1956 e a queda do regime em 1989. Ainda na Hungria, a Casa do Terror ocupa um edifício que foi quartel-general e prisão tanto dos nazistas quanto dos comunistas. Na Romênia, foi criado em 1993 o Memorial das Vítimas do Comunismo e da Resistência, instalado na antiga prisão de Sighet, onde cada cela foi transformada em uma sala de exposição que compõe a cronologia do regime totalitário no país (Light, 2000; Poulot et al., 2012).

Talvez o mais icônico monumento do período comunista na Bulgária seja o complexo monumental no pico de Buzludzha. Construído no local do Congresso de 1891 do Partido Social-Democrata da Bulgária – precursor do Partido Comunista Búlgaro –, o edifício ainda recebe comemorações anuais organizadas pelo Partido Socialista Búlgaro, sucessor do Partido Comunista (Richter, 2014). Outro exemplo relevante é a cidade de Dimitrovgrad, projetada nos anos 1950 como um símbolo do entusiasmo da juventude comunista e homenageando Georgi Dimitrov. A cidade preserva sua arquitetura singular, representada pelo chamado ‘barroco stalinista’, típico da arquitetura soviética da década de 1950 (Tonev, 1993; Popov, 2004).

Ao refletir sobre as relações dialéticas que envolvem as práticas sociais estudadas, levanta-se a hipótese de que, após a dissolução da União Soviética – da qual a Bulgária era aliada como membro do Pacto de Varsóvia e do Comecon –, não havia consenso entre governo, curadores, artistas, intelectuais e mídia sobre a concepção do museu, seu nome e localização em 2010-2011. Embora exposições sobre o período socialista já fossem realizadas no Leste

Europeu, o Museu de Arte Socialista da Bulgária apresenta uma abordagem singular ao evitar uma crítica direta ao comunismo, mesmo décadas após o colapso da URSS. Essa singularidade é explorada na entrevista de Bisera Josifova, curadora inaugural do museu, que afirmou que a Bulgária oferecia algo novo em comparação com os museus socialistas da Europa Central, os quais teriam conceitos e personalidades distintas.²

Enquanto na Hungria o museu dedicado à arte comunista foi denominado Museu do Terror, na Bulgária optou-se pelo título de Museu de Arte Socialista. Na Romênia, o governo anunciou e concretizou a criação de um museu dedicado à repressão comunista. Sobre a escolha do nome do museu búlgaro, Josifova argumentou que "totalitário" não correspondia ao conceito da instituição, pois, para ela, a arte totalitária estava mais associada ao Terceiro Reich e à ditadura de Mussolini.³ Em outra ocasião, defendeu que o período comunista deveria ser tratado de forma mais profissional e que não poderia ser classificado como totalitário, opinião compartilhada pelo então Ministro da Cultura Vezdy Rashidov.⁴

Estudos indicam que a Bulgária foi um dos aliados mais leais da URSS, o que dificultou o distanciamento do passado comunista (Nedelchev, 2008; Sarkisova, 2008). A posição da primeira curadora do museu e do governo búlgaro contrasta com críticas que apontam a falta de uma postura mais severa em relação ao regime (Nedelchev, 2008) e com debates sobre a dificuldade de conceituar o museu (Luleva, 2014; Sarkisova, 2008). Outros pesquisadores descrevem o regime comunista búlgaro como totalitário, destacando a espionagem e os campos de trabalho forçado para prisioneiros (BACHVAROVA, 2018). Já publicações voltadas ao turismo e patrimônio abordam possíveis novos espaços museológicos e a exploração do passado comunista para atrair visitantes.

Alguns estudiosos interpretam a criação do museu como um reflexo não apenas do declínio do socialismo no Leste Europeu, mas também do esgotamento do Estado de bem-estar social e da ascensão da doutrina neoliberal. Mészáros aponta que conceitos como modernização e capital humano foram redefinidos para responder à crise do sistema fordista e à nova realidade dos países periféricos e dependentes (Mészáros, 2002).

Na discussão entre valor artístico e memória histórica, é fato que o Museu de Arte Socialista é o único espaço museológico estatal focado no período comunista na Bulgária. Contudo, há controvérsias sobre seu conceito e estrutura, incluindo a seleção e disposição das peças, o que gerou debates no meio intelectual. A instalação do museu ocorreu paralelamente

² Entrevista de Josifova ao <https://www.trouw.nl/>, em 10/09/2011. Acesso em 12/09/2023.

³ Entrevista de Josifova ao <https://newsroom.ap.org> em 26/08/2011. Acesso em 11/08/2023.

⁴ Entrevista dada ao The Associated Press em 26/08/2011.

à realocação de outras instituições culturais, como o Museu de Arte Contemporânea e o Museu Nacional de Artes Visuais. A escolha de sua localização em um bairro menos central levanta questionamentos: teria sido proposital para evitar um contato direto com a memória socialista ou para impedir sua espetacularização? Sua posição fora da zona histórica buscaria garantir certa imparcialidade? Esses aspectos merecem uma investigação mais aprofundada sobre a construção do espaço e seu papel na sociedade contemporânea.

ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA HISTÓRIA GLOBAL

Em sua inauguração, em 2011, os visitantes do Museu de Arte Socialista foram recebidos por uma grande estrela de cinco pontas na entrada – a mesma que adornou a sede do Partido Comunista de Sófia entre 1954 e 1984. Posteriormente, essa estrela foi substituída por outra, mais imponente, vinda de Moscou, que, por sua vez, foi derrubada e desmontada em outubro de 1990. O entrelaçamento de diferentes contextos históricos pode contribuir para a compreensão desse cenário.

A Bulgária obteve avanços sociais significativos em áreas como educação, saúde, nutrição, emprego, transporte e habitação. No entanto, alguns estudos econômicos argumentam que esses ganhos sociais vieram a um alto custo, pois o regime socialista vigente era burocrático. Ainda assim, os trabalhadores possuíam uma série de direitos e serviços gratuitos, além da garantia de emprego, o que eliminava o problema do desemprego na vida cotidiana (Crampton, 2002).

Em 1945, a economia búlgara era predominantemente agrária, com uma pequena rede industrial. As primeiras medidas do novo governo incluíram reformas agrária, fiscal e monetária, além da expropriação de empresas e reestruturação administrativa, com a criação de ministérios voltados aos setores produtivos considerados estratégicos. A partir de 1947, a configuração econômica e demográfica do país começou a se transformar profundamente, absorvendo populações vindas das forças armadas e da zona rural nos centros urbanos, onde passaram a trabalhar em fábricas e oficinas. A agricultura, após a reforma agrária, experimentou sua primeira campanha de coletivização em 1948, um processo que se intensificou até 1956. No mesmo período, o Estado nacionalizou a indústria, os bancos e monopolizou o setor externo (Crampton, 2005). Os principais objetivos eram fomentar a industrialização e a geração de energia elétrica. Todor Zhivkov, ao estabelecer boas relações pessoais com líderes soviéticos, manteve-se no poder por 34 anos, o que lhe garantiu concessões comerciais vantajosas (Bachvarova, 2016, p. 104-109).

A economia búlgara passou por um intenso processo de transformação estrutural, com ênfase no desenvolvimento da indústria pesada, especialmente nas áreas de metalurgia,

geração de eletricidade, transportes e indústria química – prioridades do governo (Crampton, 2002; Crampton, 2005). O avanço da urbanização, a industrialização e a erradicação do analfabetismo contribuíram para a melhoria das condições de vida da população. Na agricultura, a década de 1970 marcou a substituição das fazendas estatais e cooperativas por complexos agroindustriais. Em menos de trinta anos, a Bulgária deixou de ser um país agrário para se tornar uma economia industrializada, com destaque para as agroindústrias. Além disso, o fornecimento de matérias-primas pelos soviéticos, especialmente petróleo bruto, permitiu ao país exportar produtos refinados para o Ocidente (Gomes, 2017).

A queda do Muro de Berlim e sua repercussão na imprensa fomentaram reflexões sobre o significado desse marco simbólico na disputa de poder que se desenrolou após a Segunda Guerra Mundial, entre as duas grandes potências da Guerra Fria e suas respectivas ideologias: comunismo e capitalismo. Se, por um lado, a derrocada do bloco socialista é interpretada como o enfraquecimento das ideologias de esquerda e o fortalecimento do modelo liberal, por outro, também pode ser vista como um fator de desestabilização da geopolítica global, consolidando os EUA como a única superpotência mundial.

Para Hobsbawm, o impacto econômico da dissolução da União Soviética foi menos dramático do que o político. A Rússia emergiu como uma superpotência, possivelmente maior do que antes de 1917; a União Europeia se fortaleceu com a incorporação de novos Estados; e os EUA consolidaram sua hegemonia global (HOBBSAWM, 2008). Nesse novo cenário, a Bulgária passou por uma transição de uma economia socialista para um modelo capitalista, tornando-se membro da União Europeia em 2007. Assim, em 2011, quando se debatia a criação do Museu de Arte Socialista, o país se encontrava no meio das tensões e contradições entre mudanças conjunturais e a materialidade estrutural da sociedade. Esse contexto dialético permitia uma compreensão mais profunda das transformações históricas e de seu impacto na formação da identidade nacional.

CONCLUSÃO: O CONTEXTO SOCIAL E INSTITUCIONAL NA DISCUSSÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO MUSEU DE ARTE SOCIALISTA.

Atualmente, o conceito de integração, amplamente discutido na chamada história global, pressupõe uma reflexão sobre conexões e relações regulares e duradouras que possibilitam mudanças transversais e efetivas em escala global. É essa abordagem que Conrad busca aprofundar e fundamentar epistemologicamente em seus escritos, ao destacar que uma das originalidades da história global está na centralidade das transferências e interações, especialmente quanto à profundidade e ao impacto dessas conexões. Ele ressalta, assim, a singularidade dessa perspectiva (CONRAD, 2016). Para Conrad, os historiadores globais

devem identificar e analisar conexões que tenham exercido um impacto significativo e duradouro além das fronteiras de territórios políticos específicos. A ênfase na integração global como elemento central dessa abordagem metodológica distingue a história global de outras perspectivas que operam em grandes escalas de análise (CONRAD, 2016, p. 87).

A partir de tais pressupostos, pode-se afirmar que as discussões em torno do Museu de Arte Socialista da Bulgária revelam a complexidade da relação do país com seu passado comunista e a forma como esse legado é representado no presente. Diferente de outros museus no Leste Europeu, que adotaram uma abordagem mais crítica e condenatória em relação ao regime comunista, o museu búlgaro optou por uma nomenclatura e um discurso que evitam uma vinculação direta ao totalitarismo, levantando questões sobre o papel da memória e da política na construção de narrativas históricas.

O acervo do museu, composto por esculturas, pinturas e registros audiovisuais do período socialista, reflete tanto a herança artística quanto a permanência de figuras simbólicas no imaginário coletivo. A seleção e a disposição dessas peças demonstram um esforço em preservar e apresentar a arte do período sem necessariamente julgá-la, mas também suscitam críticas sobre a falta de uma abordagem mais incisiva em relação às práticas repressivas do regime. A escolha da localização do museu, afastada do centro histórico de Sófia, bem como as disputas sobre sua concepção e nome, evidenciam as tensões entre diferentes setores da sociedade sobre a forma de lidar com esse período da história búlgara. Enquanto alguns defendem uma abordagem mais neutra e educativa, outros argumentam que a instituição deveria adotar uma posição mais crítica, semelhante a outros museus da região.

A criação do museu também reflete um momento de transição econômica e política na Bulgária, que passou de uma economia planificada socialista para um modelo capitalista e tornou-se membro da União Europeia em 2007. Esse contexto influenciou as discussões sobre como lidar com o passado comunista e sua herança material e simbólica. Em suma, o Museu de Arte Socialista da Bulgária se destaca por sua abordagem particular, ao mesmo tempo em que está inserido em um debate mais amplo sobre memória, política e identidade nacional no pós-socialismo. Sua existência e as controvérsias que o cercam revelam não apenas uma tentativa de preservar um período histórico, mas também os desafios de conciliar diferentes perspectivas sobre um passado ainda tão presente no imaginário coletivo búlgaro.

No contexto da Bulgária em 2011, as dinâmicas e determinações próprias do país influenciaram as diferentes perspectivas sobre a finalidade de um museu dedicado a um passado recente e às contradições da sociedade. As discussões sobre a melhor forma de representação desse passado levaram à reflexão sobre porque, especificamente na Bulgária, esse espaço não se tornou um museu de arte totalitária. Se a história global é inseparável do contexto social e institucional em que é produzida, é fundamental que esses contextos sejam analisados em suas condições, referenciais e capacidade de dialogar com outras configurações historiográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHVAROVA, E. L. Os arquivos policiais e a estruturação da responsabilização política na transição para regimes democráticos. *Tese de Doutorado*, UFRJ, 2016.
- CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Lisboa: Edições 70, 2019.
- CRAMPTON, R. J. *A Concise History of Bulgaria*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.
- CRAMPTON, R. J. *The Balkans since the second World War*. London & New York: Longman, 2002.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, E. J. *O desafio da razão: Manifesto para a renovação da história*. Carta Capital. Editoria internacional. São Paulo, 11-05-2008.
- GOMES, L. H. M. A trajetória do socialismo na Bulgária (1945-1990). *In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica*. Niterói, RJ, 2017.
- LIGHT, D. Gazing on communism: heritage tourism and post-communist identities in Germany, Hungary and Romania. *In: Tourism Geographies*, 2(2), 157-176, 2000.
- LULEVA, Ana. The Debate on the Communist Past and the Memory of Lyudmila Zhivkova. *In: Cultures of History Forum*. Sófia, 15-05-2014.
- MÉSZÁROS, I. A reconstrução necessária da dialética histórica. Conferência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 25-08-09. (*mimeo*)
- NEDELCEV, Mihail. . 'Социалистическият реализация. Теория и практика. Suotvetstviia/nesuotvetstviia' (Realismo Socialista. A teoria e a prática. Conformidade e desconformidade). *In: Plamen Doinov (ed.) Социалистическият реализация: нови изследвания* (Relatórios de mídia social: novos desenvolvimentos), Sofia, NBU, 2008.
- PIOTROWSKI, P. *In the Shadow of Yalta Art and the Avant-garde in Eastern Europe, 1945-1989*. Londres: Reaktion Books Ltd., 2009.
- POPOV, Chavdar. *Тоталитарното изкуство. Идеология, организация, практика* (Arte totalitária. Ideologia, organização, prática). София (Sófia), Климент Охридски университет (Kliment Ohridski Universitat), 2004.
- POULOT, D.; GUIRAL, J. M. L.; BODENSTEIN, F. National Museums and the

Negotiation of Difficult Pasts. Conference Proceedings from EuNaMus, European National Museums: Identity Politics, the Uses of the Past and the European Citizen, Brussels 26 27 January, 2012. In: *Linköping University Electronic Press Linköping*, Sweden, 2012.

RICHTER, D. *Forgotten Communist Monoliths of Bulgaria*. Atlas Obscura, 14 jul. 2014.

SARKISOVA, Oksana; APOR, Peter. *Past for the Eyes. East European Representations of Socialism in Cinema and Museums after 1989*. Budapest; New York; CEU Press, 2008.

TONEV, Lioben Nikolov. Градски процеси и въпроси на градоустройството след Великите войни и тяхното отражение върху България (*Processos urbanísticos e indagações sobre planeamento urbano após as Grandes Guerras e o seu reflexo na Bulgária*). София, България: Архитектура 1, издание на Ордена на архитектите България, 1993 (Sofia, Bulgaria: Arhitektura 1, Edição Ordem dos Arquitectos Bulgária, 1993).

VUKOV, Nikolai. *Visualizations of the Past in Transition: Museum Representations in Hungary, Romania and Bulgaria after 1989*. CAS Working Paper Series, No 2. ZARECOR, Kimberly E. *Architecture in Eastern Europe and the Former Soviet Union*, 2014.

VUKOV, Nikolai. *The Museum of Socialist Art in Sofia and the Politics of Avoidance*. Friedrich Schiiller Universität Jena Retrieved, 23 April, 2016.

C
A
P
Í
T
U
L
O

0
7

**JAIR MESSIAS BOLSONARO:
A EXTREMA DIREITA
BRASILEIRA NO PODER
(2019-2022):**

Davi A. S. Talizin 

O processo político em que a extrema direita⁵ brasileira chegou ao poder teve um início bem demarcado: o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 31 de agosto de 2016, impulsionado pela Operação Lava Jato, dirigida pelo então magistrado de Curitiba/PR, Sergio Moro, atual senador.

Além disso, o mesmo juiz condenou, em julho de 2017, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em uma decisão que, para o jornalista Paulo Moreira Leite, possuía "caráter já vergonhoso [...], por um apartamento que nunca foi seu, o triplex do Guarujá (2021, p. 54). Logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitar um pedido de habeas corpus preventivo impetrado pela defesa do ex-mandatário, no dia 5 de abril de 2018, foi decretada a prisão do ex-presidente mais popular da história recente do país.

Segundo Leite (2021, p.53-54), esses processos ofereceram “um discurso à elite brasileira⁶ que havia sofrido quatro derrotas sucessivas para o Partido dos Trabalhadores em campanhas presidenciais”. Lula (PT) permaneceu preso por 580 dias e foi solto em 8 de novembro de 2019, sua participação nas eleições de 2018 foi impedida, dando espaço para a ascensão de Jair Messias Bolsonaro⁷.

Diante do impeachment de Dilma Rousseff (PT) e a prisão de Lula (PT) em 2018, ano eleitoral, pesquisas indicavam que o ex-presidente era o favorito, com 39% das intenções de voto no primeiro turno, contra 19% de Jair Messias Bolsonaro. Esse cenário abriu caminho para a ascensão de um projeto político da extrema direita apoiada por setores da elite e do eleitorado insatisfeito com os governos anteriores, representada por Bolsonaro.

Esses momentos agravaram o cenário da Democracia Ocidental brasileira, sistema esse que vinha sendo consolidado desde a redemocratização em 1985 após 21 anos de Ditadura Militar. A partir de 2015 e segue até o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), observa-se um retrocesso dos valores da Democracia Ocidental estabelecidos no país, para um cenário antidemocrático, nesse momento, Leonardo Avritzer, identifica o que chamou de “mudança no pêndulo democrático” (2019, p.19). Valores estabelecidos por Mendonça (2021), como a Igualdade, Participação Política, Representação Política, Pluralidade Social, Monitoramento e Controle - Executivo, Legislativo, Judiciário e Unidades da Federação-, a Liberdade e o Debate Público, foram ignorados por quatro anos no Brasil.

⁵ A diáde da extrema direita e da extrema direita possui um ponto de acordo entre os “opostos o extremismo” que seria a antidemocracia. Em seus escritos, Norberto Bobbio, expõe que o extremismo, seja ele qual for, possui um fim catastrófico.

⁶ A elite tende a reconhecer seu privilégio como decorrente de uma superioridade inata, e tende a atuar como classe econômica dominante, formada em sua maior parte por especuladores e banqueiros e o grande latifundiário.

⁷ Bolsonaro foi filiado ao PSL, partido pelo qual concorreu às eleições de 2018 e se desfilou em novembro de 2019. A partir de novembro de 2019 até novembro de 2021 permaneceu sem partido e em 30 de novembro de 2021 se filiou ao PL.

Este capítulo propõe discutir criticamente o governo Jair Messias Bolsonaro (2019–2022) à luz dos valores fundamentais da democracia ocidental identificados no texto de Mendonça (2022), identificando como sua gestão representou um processo de retrocesso da democracia no Brasil. A partir da introdução, em que foi exposto o contexto político de ascensão da extrema direita no Brasil com o impeachment de Dilma Rousseff (PT) e a prisão de Lula (PT), fundamentado em teoria política e estudos sobre a democracia, analisaremos como os valores da democracia ocidental sofreram ataques que denotam retrocesso democrático. O texto expõe como o discurso antidemocrático de Bolsonaro, somado às suas ações e discursos concretos, configurou um cenário de regressão democrática.

A “Igualdade” é o embrião da democracia, e para Mendonça (2021) um valor fundamental, vejamos

Para que haja democracia, é preciso haver um corpo de pessoas equalizadas por algum conceito de cidadania, que não apenas estabelece as fronteiras simbólicas da comunidade política (quem está dentro e quem está fora), mas também define a substância da igualdade entendida como necessária para quem está dentro (Mendonça, 2021, p. 376).

A partir do que vimos em Mendonça, concluímos que a igualdade é a pedra angular do edifício da democracia. Nesse sentido, nota-se, no plano da igualdade política, uma tentativa frequente do governo Bolsonaro de reduzir o escopo de cidadania àqueles que são passíveis de ser considerados “cidadãos de bem” (Lima; Lima, 2020). Quando pensamos em igualdade política compreendemos os direitos civis, políticos e sociais, e sua usurpação deriva de uma perspectiva de que só serão considerados cidadãos aqueles que estiverem dispostos a defenderem a agenda do governo. Para Mendonça (2021), ao adotar a perspectiva de “cidadão de bem” torna-se necessário a desumanização daqueles entendidos como indesejáveis e, por isso, até mesmo os direitos humanos são questionados e entendidos como benefícios. Ainda, podemos notar que, quando Bolsonaro defendeu o chamado “pacote anticrimes” o intuito era o de criar leis temidas pelos “marginais” e não pelos “cidadãos de bem”. Para o então presidente “A vida do cidadão de bem não tem preço. Aqueles que estão à margem da lei, paciência” (Herdy, 2019).

IMAGEM 01– BOLSONARO DEFENDE PORTE DE ARMA CONTRA CIDADÃOS ‘À MARGEM DA LEI’



Quando tratamos da questão a respeito dos cidadãos de bem, notamos não somente um comprometimento do valor da Igualdade, mas afeta diretamente a dimensão da “Participação Política”, uma vez que a participação política se restringiria, também, à apenas aqueles considerados cidadãos de bem. Em uma democracia a participação política deve garantir a voz a diferentes grupos sociais, sendo

ampla. Esse valor é dado como certo, a democracia se faz a partir da participação popular na política. Essa participação pode ser de formas diversas a partir da concepção de democracia que se adota em cada Estado. No Brasil, adotamos a democracia indireta, no qual através do voto temos a participação popular. Mas essa participação não se restringe a isso, a constituição também estabelece a existência de plebiscitos, e para além dessa manifestação popular, a sociedade civil pode organizar fóruns de partilha de poder, passando pela mobilização da opinião pública.

Quando falamos dos ataques à dimensão da “Participação Política”, o governante aqui analisado inicia seus ataques a este preceito ainda na campanha de 2018, ao colocar a participação eleitoral em suspeita e, mesmo com a vitória, seguiu produzindo discursos colocando em xeque a credibilidade do processo.

Em 12 de julho de 2022, o ex-presidente alegou que venceu no primeiro turno as eleições presidenciais de 2018 e que teria provas disso. Em 18 de julho de 2022, já durante o período eleitoral, Jair Bolsonaro, usando estrutura governamental, convocou mais de 70 países para **questionar as urnas eletrônicas**. (Tortella, 2023).

Porém, a tentativa de combater a participação política não se restringiu aos discursos. Na prática, houve, durante o governo, a tentativa de extinção de órgãos colegiados participativos por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, no qual o presidente “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Bolsonaro, 2019). Nota-se que o valor da Participação política se viu diretamente questionada em diversos momentos durante o governo Bolsonaro.

Se a participação política foi enfraquecida pelo questionamento das urnas eletrônicas e pela dissolução de órgãos colegiados, o problema é agravado quando analisamos o valor da “Representação Política”. O voto não resume a democracia, a legitimidade das instituições representativas faz parte do processo. Bolsonaro frequentemente atacou e deslegitimou outros poderes, como o Legislativo e principalmente o Judiciário. Isso criou um ambiente de instabilidade política. Segundo Nádia Urbinati (2019) a dimensão da representação política é um valor para a democracia moderna, no sentido de que ela deve alimentar a estabilidade entre Estado e sociedade. Assim, Pierre Rosanvallon (2024), aborda esse processo ao tratar das bases de legitimidade das diferentes formas de democracias contemporâneas e pode-se ter uma pluralização da representação política e múltiplas formas de se construir essa representação. Esse valor foi questionado inúmeras vezes, a partir de atos infundados do presidente e seu entorno. Ao validar suas ações com base nos 57,7 milhões de votos recebidos, as demais maneiras de representação se veem questionadas. O Supremo Tribunal Federal (STF), mesmo não sendo um órgão de representação política, cumpre um papel fundamental na democracia, pois garante a aplicação da Constituição, protege direitos fundamentais e impede que outros poderes extrapolam suas funções. Levando em consideração que o STF cumpre o papel de garantir a representação política, o então Governo de Jair Bolsonaro o deslegitimou em vários momentos, vejamos

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta quinta-feira (28) que "ordens absurdas não se cumprem", em referência à operação da Polícia Federal contra Fake News, deflagrada na véspera, que cumpriu

mandados de busca e apreensão em endereços de empresários e blogueiros. Os alvos são aliados do presidente. A operação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator no Supremo Tribunal Federal (STF) do inquérito que investiga a produção e disseminação de informações falsas e ofensas à Corte. (Muzini, 2020).

IMAGEM 02 – “ORDENS ABSURDAS NÃO SE CUMPREM” DIZ BOLSONARO SOBRE OPERAÇÃO DA PF CONTRA FAKE NEWS



Seus ministros também enfrentaram o STF, Abraham Weintraub, chegou a chamar os ministros do STF de “vagabundos” e defendeu a prisão desses em reunião ministerial, dizendo

“Eu acho que é isso que a gente está perdendo, está perdendo mesmo. O povo está querendo ver o que me trouxe até aqui. Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF. E é isso que me choca. Era só isso, presidente. Eu realmente acho que toda essa discussão de 'vamos fazer isso', 'vamos fazer aquilo'. Vi muitos ministros que chegaram, foram embora. Eu percebo que tem muita gente com agenda própria. Eu percebo que tem, assim, tem o jogo que é jogado aqui. Mas eu não vim pra jogar o jogo. Eu vim aqui pra lutar” (Jornal Nacional, 2020).

Além do ataque às instituições democráticas, outro pilar essencial da democracia foi comprometido pelo governo Bolsonaro: a “Pluralidade Social”, que é fundamental para garantir a coexistência pacífica de diferentes grupos dentro de um regime democrático. Os pluralistas entendem que os regimes democráticos devem possuir uma convivência pacífica de múltiplas minorias. É importante ressaltar que a democracia não pode se tornar uma ditadura da maioria, mesmo que na Democracia representativa o representante seja escolhido por uma maioria, contudo, suas ações/práticas devem ser plurais e deve haver uma competição pacífica entre situação e oposição para a garantia da sobrevivência do regime. Nessa perspectiva, para esse valor, o presidente, ainda antes de ser eleito, mostrou não medir esforços para colocar defeitos morais profundos aos seus adversários dizendo: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá ” Carta Capital (2018). Isso impede a convivência pacífica pretendida a partir da competição política. Para esse governo, a pluralidade, necessária como valor da democracia, não era seu atributo, mas sim um empecilho ao sonho de uma nação homogênea, unida e forte. Ainda mais grave, a pluralidade dos indivíduos foi duramente atacada, o governo adotou uma prática de não utilizar os termos “gênero” e “orientação sexual”, por possuir uma pauta moralista e conservadora, e não reconhecer a existência de demais gêneros, isso inclusive em documentos oficiais como a BNCC, na qual a palavra foi suprimida

O Ministério da Educação (MEC) retirou do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entregue ontem (6) ao Conselho Nacional de Educação (CNE), trechos que diziam que os estudantes teriam de respeitar a orientação sexual dos demais. O MEC suprimiu também a palavra

gênero em alguns trechos do documento. A versão divulgada aos jornalistas na última terça-feira (4) continha esses termos. Segundo a pasta, a última versão passou por “ajustes finais de editoração/redação (Tokarni, 2017).

IMAGEM 03 – MEC RETIRA TERMO “ORIENTAÇÃO SEXUAL” DA BASE CURRICULAR



Diante da ausência de pluralidade política, o “Monitoramento e ao Controle” também foi duramente prejudicado, mas o que se trata o Monitoramento e o Controle? As Democracias precisam assegurar a não concentração de privilégio político em um único poder. No pós-guerra, John Keane observou dentro e fora do Estado agências de monitoramento que cumprem diversos papéis e operando “dentro, sob e para além das fronteiras de estados territoriais” (Keane, 2013, p. 86), paralelamente, Rosanvallon desenvolve uma teoria de que a Democracia depende de um sistema de práticas e contrapoderes que organizam a desconfiança pública (Rosanvallon, 2007). Bolsonaro por diversas vezes tentou manter o controle e a superioridade do poder executivo durante seu governo, não permitindo a existência de monitoramento e controle entre Executivo, Legislativo, Judiciário, Unidades da Federação e municípios, entes que apresentaram duras tensões com o governo. Houve, durante a pandemia de COVID-19, a ameaça por parte de Bolsonaro, de instaurar um estado de sítio usando como justificativas ações de governadores parar restringir a circulação de pessoas, já que segundo ele, essas ações dos governadores se assemelhavam a um estado de sítio, e, na tentativa de não permitir o monitoramento de seu governo por parte de outras instâncias, afirmou que medidas duras deviam ser tomadas para evitar as decisões de governadores locais

Horas após o presidente **Jair Bolsonaro (sem partido) comparar, nesta sexta-feira (19), as restrições dos governadores da Bahia, Rio Grande do Sul e Distrito Federal a um estado de sítio**, autoridades começaram a temer que o presidente pudesse usar a mesma ferramenta para reverter as decisões tomadas localmente para conter o avanço da **Covid-19**. Cogitou-se a ideia após uma conversa dele com um grupo de apoiadores em frente ao **Palácio da Alvorada**, quando **Bolsonaro** disse que poderia aplicar “medidas duras” contra restrições mais severas de governos locais. (Alencar, 2021)

Apesar dessas declarações o professor de Direito Rubens Beçak, da Universidade de São Paulo, afirmou que mesmo com a ameaça do presidente a medida era pouco provável de ser tomada. Além da falta de harmonia entre os poderes e Unidades Federativas, houve atritos com outras instituições democráticas, como a tentativa de extinguir órgãos colegiados da sociedade civil.

A penúltima dimensão a ser analisada é a dimensão da “Liberdade”. Norberto Bobbio em sua obra “Qual Democracia?” (2014) explica que a democracia ao mesmo tempo em que é o sistema mais desejado do mundo ocidental é também o mais frágil, pois, se propõe a tarefa de conciliar duas coisas contrastantes: liberdade e poder, mas enfatiza que a democracia está condicionada a liberdade. Para

haver democracia a liberdade deve ser entendida como um valor, o regime democrático deve garantir que grupos minoritários não sejam oprimidos por grupos majoritários. Segundo Norberto Bobbio

No que se refere à relação de concepção liberal do Estado, o ponto de partida foi o célebre discurso de Benjamin Constant sobre a liberdade dos antigos comparada com a dos modernos. Para Constant, a liberdade dos modernos, que deve ser promovida e desenvolvida, é a liberdade individual em sua relação com o Estado, aquela liberdade de que são manifestações concretas as liberdades civis e a liberdade política (ainda que não necessariamente estendida a todos os cidadãos) enquanto a liberdade dos antigos, que a expansão das relações tornou impraticável, e até danosa, é a liberdade entendida como participação direta na formação das leis através do corpo político cuja máxima expressão está na assembleia dos cidadãos. Bobbio, 1998, p. 323.

Quando falamos da questão da dimensão da “Liberdade”, na prática do governo Bolsonaro, notamos uma ambiguidade, uma vez que uma das principais bandeiras defendidas pelo presidente é a da liberdade. Porém, nesse período essa dimensão se recai na liberdade de seus apoiadores, ou seja, liberdade para quem? Liberdade para os “cidadãos de bem”, uma vez que, para o então presidente, o estado democrático de direitos possui regras consideradas excessivas que limitam a liberdade daqueles a qual compactuavam com ele. O valor da liberdade é utilizado pelo governo como forma de se esquivar de investigações e criminalizações dos seus, uma vez que ancorados na liberdade de expressão tudo o que for conveniente ao governo é lícito e válido. Durante o seu governo, diversas liberdades foram restringidas incluindo a liberdade de expressão, como por exemplo a mudança do termo “Ditadura Militar” para “Regime Militar” na prova do ENEM de 2021 que causou a demissão de 35 servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP)

Foi gravíssima, mas não inesperada, a informação preliminar de que o governo Bolsonaro tenha exigido a troca do termo “ditadura militar” por “regime militar” em questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A informação foi revelada ao site Congresso em Foco pela deputada Tabata Amaral. O episódio foi o estopim da demissão de 35 servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na semana passada. De acordo com a parlamentar, o Ministério da Educação ainda não enviou as informações requeridas sobre as interferências do governo na prova, no entanto, essas informações foram relatadas pelos profissionais que deixaram o Instituto. O Brasil já conhece a visão do governo Bolsonaro sobre a ditadura militar, assim como conhece seu autoritarismo. Aconteceu o mesmo na Empresa Brasil de Comunicação, conforme denunciado em três edições do Dossiê sobre Censura e Governismo na comunicação pública. É inconcebível que o Governo Federal tente censurar a história. Os danos do Bolsonarismo à democracia que vínhamos tentando construir já são incontáveis.

Outras formas de liberdades foram restringidas, inclusive liberdades de artistas. (Violações à Liberdade de Expressão no Brasil 2019 a 2022, 2022, p. 83).

A questão das liberdades individuais e coletivas tiveram um impacto significativo no espaço do “Debate Público”. Em um regime democrático o livre fluxo de ideias é essencial para a formação da opinião pública e para a deliberação política. Em suas origens na Grécia a Democracia estava atrelada ao debate público na *ágora*, lá os atenienses discursivamente ressaltam a importância da *isegoria* nas assembleias e da *parrhesia* na sociedade. Em suas concepções contemporâneas o debate público deve-se manter, uma vez que a Democracia está ancorada no direito ao contraditório. Mendonça afirma que

Por muito tempo, achou-se que invisibilidades e exclusões eram os maiores limites à existência dos debates necessários ao aprofundamento da capacidade de cidadãos se autogovernarem. O contemporâneo evidencia, contudo, que, para além das exclusões, é possível minar o debate

democrático por meio da superexposição caótica de discursos. Um dos grandes problemas do cenário contemporâneo de erosão democrática é a ruína do próprio debate público (Mendonça, 2021, p. 387).

Mendonça (2021) conclui trazendo um aspecto importante não apenas para a última dimensão aqui proposta, mas que reflete em todas as outras. O autor diz que o valor democrático das discussões vem sendo suprimido não pela invisibilidade ou exclusão da fala, mas pela saturação de desinformações, ataques, ameaças e discursos que levam à incredulidade das próprias fontes de informação e conhecimento (Mendonça, 2021). Ou seja, Bolsonaro e seus aliados não apenas restringiram vozes críticas, mas também inundaram o debate público de desinformação e “Fake News”, o que minou a confiança nas instituições. Ainda, para ele, “Na cacofonia de opiniões tidas como equivalentes, ganha quem produz mais barulho público. Perde a Democracia.” (Mendonça, 2021, p. 389). Com a propagação de discursos sistemáticos das chamadas “Fake News” o governo enterra em narrativas falsas as informações verdadeiras e científicas inviabilizando uma discussão coesa sobre os temas, mais uma vez citando como exemplo, a pandemia, onde houve um esforço coletivo do governo na tentativa de descredibilizar a vacinação e enaltecer tratamentos ineficazes, como o uso de hidroxicloroquina e ivermectina.

CONCLUSÃO

Para concluir, a ascensão do bolsonarismo no Brasil foi facilitada pela ausência de uma cultura democrática, haja vista que a democracia no país é algo muito recente, pelos déficits educacionais e por um preconceito enraizado na sociedade brasileira. Também, pelo medo das elites perderem seus privilégios, que viram no contexto de 2016-2018 uma oportunidade ímpar para ascender-se ao poder através de seu representante, Bolsonaro, que alcança os objetivos dessas elites assumindo o poder em 2019. Nesse contexto houve o desaparecimento total de qualquer sinal de solidariedade e ou de respeito aos valores democráticos de Igualdade, Participação Política, Representação Política, Pluralidade Social, Monitoramento e Controle - Executivo, Legislativo, Judiciário e Unidades da Federação-, a Liberdade e o Debate Público. O outro foi reduzido a imagem de inimigo, os atos de racismo e de machismo aumentam, e o ódio vira mercadoria.

No auge do colapso da democracia brasileira, em 2018, antes mesmos de Bolsonaro e seus ministros proferirem esses pronunciamentos, os professores da Universidade de Harvard, Steven Levitsky e David Ziblatt, publicaram o livro “Como as democracias morrem” em que um dos principais pontos defendidos pelos autores é que as democracias, após a Guerra Fria, não entram em colapso por golpes militares, mas sim por ações de seus líderes eleitos que “usam as próprias instituições da democracia – gradualmente, sutilmente, e até legalmente – para matá-la” (2018, p. 8). Esse cenário é encontrado no Brasil com as eleições conturbadas de Jair Bolsonaro em 2018.

Uma vez que líderes são fundamentais para a manutenção do regime democrático, concluo essa reflexão a respeito dos valores democráticos e de sus rompimentos no Governo Bolsonaro que a alternativa é sustentar o apavoro da elite brasileira, que segundo o historiador Fernando Sarti Ferreira, membro do GMarx, o Grupo de Estudos sobre Marx, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, "é Lula (PT) que continua apavorando a burguesia brasileira. A luta de classes ainda passa por ele" (2018, p. 111). Fortalecermos líderes que valorizam os valores e dimensões aqui apresentados como democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, Leonardo. *O Pêndulo da Democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.
- BOBBIO, Norberto. Verbete “Democracia”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, [1983].
- BOBBIO, Norberto. *Qual Democracia?* São Paulo. Edições Loyola, 2014.
- BOLSONARO, Jair. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9759-11-abril-2019-787966-publicacaooriginal-157738-pe.html>. Acesso em: 11 set. 2024.
- CARTA CAPITAL. *Bolsonaro em 25 frases polêmicas*, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 11 set. 2024.
- FERREIRA, Fernando Sarti. 7 de abril de 2018. In: SOLANO, Ester; ZAIDEN, Aldo; VANNUCHI, Camilo (Coord.). *Luiz Inácio Lula da Silva: nós vimos uma prisão impossível*. São Paulo: Contracorrente, 2018.
- HERDY, Thiago. Bolsonaro defende porte de armas contra cidadãos ‘à margem da lei’. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defende-porte-de-arma-contra-cidadaos-margem-da-lei-23657350>. Acesso em: 11 set. 2024.
- JORNAL NACIONAL. *Weintraub chama ministros do STF de ‘vagabundos’ e defende mandá-los para prisão*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/22/weintraub-chama-ministros-do-stf-de-vagabundos-e-defende-manda-los-para-prisao.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2024.
- KEANE, John. *Democracy and Media Decadence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- LEITE, Paulo Moreira. O futuro com Lula. In: AUGUSTO Jr., Fausto; GABRIELLI, José Sergio; ALONSO Jr., Antonio (Orgs.). *Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- LIMA, I. C. C.; LIMA, E. C. A. A retórica do "cidadão de bem", no discurso de Jair Bolsonaro: um presidenciável em construção. *Periódicus*, v. 1, n. 12, p. 404-428, 2020.
- MENDONÇA, R. F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 66, p. 130-159, 2017.
- MENDONÇA, R. F. Valores democráticos. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHÉ, Fábio; MANONA, Marjorie (Orgs.). *Valores democráticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- MUZINI, Guilherme. *Ordens absurdas não se cumprem, diz Bolsonaro sobre operação da PF contra fake news*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/28/ordens-absurdas-nao-se-cumprem-diz-bolsonaro-sobre-operacao-da-pf-contrafake-news.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2024.
- ROSANVALLON, Pierre. *A legitimidade democrática: imparcialidade, reflexividade, proximidade*. Tradução de Diogo Cunha. Revisão técnica de André Magnelli. 2. ed. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2024.

ROSANVALLON, Pierre. *La contrademocracia*. Buenos Aires: Manantial, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. *La légitimité démocratique*. Paris: Éditions du Seuil, 2020.

SOUZA, R. *Artistas reclamam ao STF que decreto de Bolsonaro é censura*. *Correio Braziliense*, 5 nov. 2019.

Disponível em: <https://bit.ly/32Tgtxe>. Acesso em: 25 set. 2024.

TOKARNI, Mariana. *MEC retira termo 'orientação sexual' da versão final da base curricular*, 2017.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20>. Acesso em: 11

set. 2024.

TORTELLA, Tiago. *Relembre vezes em que Jair Bolsonaro questionou o sistema eleitoral*, 2023. Disponível

em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/>. Acesso em: 11 set. 2024.

URBINATI, Nadia. *Me the People: How Populism Transforms Democracy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019.

Violações à Liberdade de Expressão no Brasil - 2019 a 2022. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), 2022.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01– Bolsonaro defende porte de arma contra cidadãos ‘à margem da lei’ Bolsonaro defende porte de armas contra cidadãos ‘à margem da lei’. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defende-porte-de-arma-contra-cidadaos-margem-da-lei-23657350>. Acesso em: 11 set. 2024.

IMAGEM 02 – “Ordens absurdas não se cumprem” diz Bolsonaro sobre operação da PF conta fake News. *Ordens absurdas não se cumprem, diz Bolsonaro sobre operação da PF contra fake news*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/28/ordens-absurdas-nao-se-cumprem-diz-bolsonaro-sobre-operacao-da-pf-contr-fake-news.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2024.

IMAGEM 03 – MEC retira termo “orientação sexual” da Base Curricular. *MEC retira termo 'orientação sexual' da versão final da base curricular*, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20>. Acesso em: 11

set. 2024.

**ESBOÇO DE UMA ANÁLISE
SOBRE A PROJEÇÃO DE
MICHELLE BOLSONARO NA
ESFERA POLÍTICA BRASILEIRA
(2018-2024)**

Silvia Roberta da Silva Liberatti Baço



Neste capítulo busca-se apresentar uma reflexão acerca da construção da imagem política de Michelle Bolsonaro e sua relação com o poder no contexto do ‘bolsonarismo’ — movimento entendido aqui como um conjunto de fatores que, a princípio, mobilizaram milhões de pessoas a defenderem Jair Messias Bolsonaro⁸, mas que já não se limita à sua figura, tornando-se um movimento social e político, com uma referência ideológica vaga, que mescla conservadorismo, reacionarismo e autoritarismo com ‘olavismo’⁹ e anticomunismo.

Composto por diversos grupos, incluindo policiais, ex-policiais, militantes, empresários e lideranças evangélicas, esse movimento ganhou projeção tanto nas ruas quanto nas redes sociais¹⁰. Antes mesmo das eleições de 2024, o bolsonarismo já havia viabilizado a eleição de Bolsonaro, garantindo pelo menos 12 governadores, 22 senadores, cerca de 222 deputados federais e vários deputados estaduais¹¹. Michelle Bolsonaro — esposa de Jair Bolsonaro — reconheceu a força dessa mobilização em seu discurso na Avenida Paulista em fevereiro de 2024, quando afirmou: "Em um momento tão difícil da história, meus amados. Desde 2017 nós estamos sofrendo. Nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome de Deus no Brasil"¹², reforçando a narrativa de perseguição religiosa, essencial para a coesão de sua base política, e demonstrando como ela se posiciona, desde que se tornou figura pública, como uma vítima ao lado do marido, convertendo disputas políticas em um suposto embate espiritual.

⁸ ROCHA, João. Guerra. *Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021. p. 201.

⁹ O termo ‘olavismo’⁹ corresponde ao conjunto de ideias e influências associadas a Olavo de Carvalho (1947-2022), filósofo autodidata, escritor e conferencista brasileiro que defendia o individualismo e a autonomia da consciência individual contra o coletivismo e o que chamava de ‘globalismo’ — suposta tentativa de centralização do poder político por elites globais, por meio de organismos e plutocratas para interferir em questões delicadas como aborto, drogas, educação e maioria penal, comprometendo, assim, as decisões individuais, a soberania dos Estados-Nação e antigas tradições culturais. Olavo via a preservação da liberdade individual como um valor fundamental, criticando, nesse contexto, o que considerava uma ameaça à essa liberdade⁹, à cultura e à espiritualidade judaico-cristã, vistas como pilares para a resistência ao processo de dominação global, segundo ele, inspirado na filosofia de Antonio Francesco Gramsci (1891-1937)⁹. É preciso marcar que o termo ‘olavismo’ apresenta significativos problemas conceituais. O sufixo ‘ismo’ geralmente denota uma doutrina coerente ou uma escola de pensamento sistematizada, características que o ‘olavismo’ evidentemente não possui. O ‘olavismo’ carece de rigor teórico, embasamento científico e consistência argumentativa. Seu núcleo está mais centrado em ataques a inimigos teóricos do que em uma construção intelectual sólida. A ausência de sistematicidade não apenas compromete sua legitimidade como ‘escola de pensamento’, mas também o reduz a um fenômeno político-ideológico de caráter conservador e/ou reacionário. Seus eixos centrais se articulam para formar um sistema fechado e autorreferencial, projetado principalmente para mobilizar e disciplinar uma base de seguidores leais mais afeita à reprodução de narrativas do que ao debate crítico ou à reflexão aprofundada.

¹⁰ MONTEIRO, G. T.; TEIXEIRA, C. S. *Bolsonarismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Gramma, 2020. p. 9.

¹¹ Idem, p. 8.

¹² PODER360. Michelle Bolsonaro diz que homem deve ser “machão” na política. *Poder 360*, 25 out. 2024. Disponível em: <www.poder360.com.br/poder-eleicoes/michelle-bolsonaro-diz-que-homem-deve-ser-machao-na-politica>. Acesso em: 28 jan. 2025.

Em 2018, a campanha presidencial de Bolsonaro — filiado ao então Partido Social Liberal (PSL) — foi marcada pela ausência de um plano de governo consistente, baseando-se em uma retórica visceral e emocional, construída em torno do ódio¹³ à política convencional e ao Partido dos Trabalhadores (PT), amplamente explorada por setores da mídia que, desde 2013, vinha alimentando um discurso de criminalização da esquerda. A ‘família Bolsonaro’ — cujos membros ativos na política são Jair, e seus filhos, Flávio, Carlos, Eduardo e Jair Renan, e Michelle — utilizou as redes sociais como plataforma privilegiada para amplificar mensagens simplistas e polarizadoras, consolidando o discurso de ‘renovação’ política. Ironicamente, apesar de sua longa trajetória alinhada visceralmente à dita ‘política tradicional’ no Congresso, Bolsonaro se travestiu de crítico da ‘velha política’ e figura ‘anti-establishment’, explorando de modo eficaz a indignação popular em relação à corrupção, à ineficiência do Estado e ao desgaste das lideranças políticas, criando essa falsa dicotomia, ainda que fosse uma ‘velha raposa’.

A família Bolsonaro soube usar este discurso e defendê-lo nas redes sociais, mobilizando uma gama de sentimentos negativos, como medo e indignação, canalizados contra a corrupção, a violência, a ‘ameaça socialista’ e a suposta decadência dos valores cristãos e familiares, para disseminar e consolidar um discurso marcado por ódio à esquerda e rejeição às pautas progressistas¹⁴. Tal discurso emocional, reativo e vazio de propostas concretas,

¹³ Vladimir Safatle nos exorta ao cuidado em psicologizar as análises políticas, argumentando que o ódio pode ser, também, um instrumento de indignação contra a exploração. Para ele “um dos fatos mais marcantes das análises sociais dos últimos anos é a profusão de conceitos psicológicos usados para descrever dinâmicas políticas. Tanto nas universidades quanto na imprensa não é difícil deparar com textos sobre política perpassados por termos como ‘ressentimento’, ‘narcisismo’, ‘pulsão de morte’, ‘emoções’, ‘ódio’, ‘ansiedade’, ‘paranoia’, ‘regressão’, ‘sadismo’, ‘sentimento de superioridade ameaçado’. Esse extenso vocabulário, usado como se desvelasse um segredo, procura indicar causas ou motivações para os desafios atuais da política, em particular a ascensão da extrema direita em várias partes do mundo. [...] Como se a adesão à extrema direita fosse resultado de reações patológicas das sociedades contra a democracia ou derivasse de processos irracionais que só podem ser compreendidos como ‘regressões’ [...]. Ou seja, tudo se passa como se descrevêssemos uma pretensa regressão psicológica de massa, e não um conjunto de ações articuladas e coerentes de questionamento político. É preciso se perguntar, porém, se tal psicologização do campo político tem uma real força explanatória. [...] Certas explicações psicológicas servem mais para esconder a impotência das políticas progressistas do que para analisar as reais motivações que levam parte dos trabalhadores e grupos precarizados a se converterem à extrema direita. Além disso, tais explicações acabam por produzir uma moralização dos conflitos sociais que personaliza focos de ação, em vez de ir às suas causas estruturais objetivas. Elas servem, no máximo, para serem aplicadas a nós mesmos, em um exercício contínuo de suspeita de si e de autoinspeção. Ou então para fortalecer um sentimento de superioridade moral e intelectual que só contribui para mascarar nossa impotência política real”. [SAFATLE, Vladimir. Os limites do ressentimento. *Piauí*, edição 206, nov. 2023. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/recorrer-a-psicologia-para-explicar-por-que-a-extrema-direita-atrai-seguidores-so-mascara-a-impotencia-da-esquerda>>. Acesso em: 18 jan. 2025.]

¹⁴ O chamado *progressismo* emergiu no contexto da Modernidade, em meio ao processo de laicização do pensamento político europeu, que atribuiu à ação política o papel de instrumento de transformação social. No século XVIII, o *progressismo* se aproximou de uma visão revolucionária, que via a história como um processo aberto e passou a reivindicar a autonomia e o aperfeiçoamento do ser humano, considerado capaz de criar novos modos de convivência social com base na cooperação. No século XIX, o *progressismo*

revelou-se eficaz em galvanizar o apoio popular em um momento de crise política e econômica, encontrando ampla projeção em setores insatisfeitos da sociedade e desempenhando um papel crucial na construção da narrativa política.¹⁵

Dentre os episódios históricos que evidenciam o papel do discurso emotivo e polarizador na manipulação de massas e no enfraquecimento do debate democrático, destacou-se a disseminação de uma visão conservadora, especialmente no que se refere à educação sexual, por meio do que veio a ser chamado de ‘gabinete do ódio’¹⁶. Muitos eleitores, por diferentes

baseou-se em três hipóteses: a científica, que tomava as ciências naturais como modelo para as humanidades; a democrática, que defendia a ampliação do poder político a todos; e a histórico-materialista, que reconhecia a luta de classes como o motor da história. Contudo, essas bases, enfrentaram dificuldades para estabilizar o poder político, sendo vistas como insuficientes ou radicais. O *progressismo*, ancorado nessas bases, opôs-se às filosofias e políticas fundamentadas em valores transcendentais e princípios morais estáveis, abrindo espaço para o surgimento do *conservadorismo*. O *progressismo*, historicamente, esteve associado à tentativa de superar as estruturas políticas e econômicas herdadas do feudalismo e às contradições do capitalismo, refletindo, de modo limitado, o movimento das forças produtivas em direção à transformação da sociedade, muitas vezes expressando os interesses da burguesia revolucionária em seus momentos iniciais. No entanto, com a consolidação da burguesia como classe dominante, o *progressismo* burguês transformou-se em reformismo, limitando-se a ajustes no sistema capitalista sem questionar suas bases estruturais. A perspectiva revolucionária do proletariado passou a confrontar o *progressismo* burguês, revelando seus limites e sua incapacidade de levar a cabo as transformações radicais necessárias para a superação do capitalismo. Assim, o *progressismo* burguês frequentemente atua como uma força de contenção, desviando as lutas sociais para reformas que preservam o sistema. As transformações do século XX, incluindo a ascensão de movimentos revolucionários, forçaram o *progressismo* burguês a adotar estratégias de adaptação. O *progressismo*, assim, passou a conciliar interesses de classe para preservar o capitalismo, enquanto o *conservadorismo* ora incorporou reformas pontuais para evitar rupturas revolucionárias, ora fez associações com o neofascismo. No entanto, ambas as ideologias permaneceram ligadas à manutenção do sistema capitalista.

¹⁵ DAL PIVA, Juliana. *O negócio do Jair: a história proibida do clã Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022. p. 19.

¹⁶ Estrutura informal operada no Palácio do Planalto durante o governo Bolsonaro, sob a coordenação de Carlos Bolsonaro e composto por assessores e aliados. O Gabinete produzia e disseminava conteúdo nas redes sociais para atacar adversários políticos, jornalistas e instituições, e concomitantemente promover narrativas favoráveis ao governo. Revelado em 2019 por ex-aliados e investigado pela PF e pela ‘Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News’, o Gabinete surgiu na campanha de 2018, disseminando desinformações como o ‘kit gay’ e a ‘mamadeira de piroca’ — alegações absurdas contra Fernando Haddad, candidato adversário, para mobilizar a base conservadora e manipular o eleitorado. A primeira deturpava um material educativo de combate à homofobia, alegando o incentivo à homossexualidade nas escolas, e a segunda dizia que Haddad distribuíra mamadeiras com bicos em formato de pênis em creches enquanto prefeito de São Paulo. Mesmo após a eleição, o gabinete continuou atuando de modo estruturado, elegendo alvos e disseminando materiais difamatórios amplificados por *bots* [‘robôs’, aplicações de *software* concebidas para simular ações humanas repetidas vezes de maneira padrão, como faria um robô], perfis falsos e mídias aliadas, como o ‘Terça Livre’ — *blog* criado em 2014 pelo blogueiro Allan dos Santos, apresentado como um canal de notícias conservador, propagava *fake news*, teorias conspiratórias e ataques a opositores políticos, jornalistas e instituições democráticas, alinhando-se à retórica bolsonarista. Dos Santos, investigado no ‘Inquérito das Fake News’, atualmente está foragido nos EUA, e estreitou laços com empresários bolsonaristas, como Luciano Hang, dono da rede de lojas de departamento brasileira ‘Havan’, acusado de coagir funcionários a apoiar o bolsonarismo e conhecido por participar da campanha eleitoral em prol de Bolsonaro, financiar campanhas de desinformação e promover pautas conservadoras. Durante a pandemia, o Gabinete minimizou os riscos da COVID-19, promoveu medicamentos ineficazes e amplificou ataques a instituições, agravando a crise sanitária. Investigações revelaram ainda tentativas do grupo de adquirir ferramentas de espionagem em 2021 para monitorar adversários. A atuação do Gabinete, marcada pela

razões, já temiam a ‘esquerda liberal’ e acreditavam que ela buscava corromper os valores tradicionais, incluindo a heterossexualidade de seus filhos. Nesse contexto, além da *fake news* do ‘*kit gay*’ e da ‘mamadeira de piroca’¹⁷, a deturpação completa dos estudos acadêmicos sobre gênero, convertidos na fantasia de uma suposta ‘ideologia de gênero’¹⁸, teve um papel central na consolidação do bolsonarismo¹⁹.

A combinação de mentiras e o ódio à esquerda foi fator decisivo para a vitória de Bolsonaro. E, vale ressaltar que, embora o principal meio de disseminação de *fake news* tenha sido o *WhatsApp*, o próprio candidato frequentemente propagava essas informações em redes sociais abertas e até em programas televisão. Durante a campanha (e após ser eleito), ele recorrentemente citava o versículo bíblico “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” — quase sempre no contexto de apresentar versões distorcidas ou alternativas de fatos divulgados pela mídia tradicional.²⁰

Durante a campanha de 2018, Michelle Bolsonaro, à época dita dona de casa, teve uma participação relativamente discreta, aparecendo pela primeira vez na propaganda eleitoral televisiva no dia 25 de outubro, “com a missão de ‘suavizar’ a imagem do marido”²¹ para, claramente, gerar um contraste de perspectiva que atenuasse a reputação que o Deputado concorrente sempre carregou. Nesse contexto, ela buscou transmitir uma autoimagem de simplicidade e, apesar de poucas falas, fez questão de confirmar sua atuação em projetos sociais voltados para pessoas surdas, mostrar-se como uma mulher “forte e sensível”²², e uma eventual primeira-dama que continuaria a desenvolver seu voluntariado e a apoiar seu marido.

Apesar de sua discrição, possivelmente calculada, os contornos dessa exposição foram explorados pela mídia e redes sociais, onde propagaram-se comentários que fomentavam e elogiavam sua imagem de mulher bonita, seu comportamento cristão, apoiadora de boas

radicalização política e ataques ao STF e ao Congresso, culminou em investigações criminais e denúncias ligadas a atos antidemocráticos em 2023.

¹⁷ Alegação absurda contra o também candidato à presidência, em 2018, Fernando Haddad, para mobilizar a base conservadora e manipular o eleitorado. Deturpava um material educativo de combate à homofobia, alegando o incentivo à homossexualidade nas escolas, e a segunda dizia que Haddad distribuíra mamadeiras com bicos em formato de pênis em creches enquanto prefeito de São Paulo.

¹⁸ Termo utilizado de modo pejorativo para criticar perspectivas feministas e de estudos de gênero, especialmente em contextos políticos e religiosos conservadores. A ‘ideologia de gênero’ é frequentemente associada a uma visão crítica das ideias feministas sobre a construção social e cultural do gênero, argumentando que tais teorias promovem uma agenda que busca destruir as bases tradicionais da família e da moralidade.

¹⁹ ROCHA, João. Op. Cit., p. 8.

²⁰ ALEXANDRE, Ricardo. *E a verdade os libertará*: reflexões sobre religião, política e bolsonarismo. São Paulo: Mundo Cristão, 2020, p. 12.

²¹ ESTADÃO CONTEÚDO. Em propaganda eleitoral, mulher de Bolsonaro ‘suaviza’ a imagem do marido. *Exame*, 25 out. 2018. Disponível em: <exame.com>. Acesso em: 26 jan. 2025.

²² Idem.

causas, comedida, submissa e educada; imagem e comportamentos esperados por seus simpatizantes como dignos de uma primeira-dama. Assim, ela foi constantemente comparada e oposta a outras figuras políticas femininas, como à ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e à esposa de Fernando Haddad, Ana Estela Haddad — professora livre-docente da Universidade de São Paulo (USP) e atual Secretária de Saúde Digital do Governo Federal. Essas comparações, especialmente nas redes sociais, apareciam de modo rebaixado, pejorativo e misógino.

Com a eleição de seu marido como 38º presidente da República brasileira, Michelle tornou-se primeira-dama. Em 1º de janeiro de 2019, dia da posse, a cerimônia pública em Brasília teve uma alteração considerável em seu tradicional protocolo, de modo a conceder um espaço relevante a Michelle (não por acaso): ela proferiu um discurso no parlatório do Palácio do Planalto antes do recém-eleito presidente. A novidade se estendeu, ainda, para o fato de que seu discurso foi realizado por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), enquanto uma tradutora vocalizava seus sinais (algo, até então, duplamente incomum, pois, normalmente, apenas quem está assumindo o cargo discursava).

Com o passar do tempo, a primeira-dama Michelle passou a receber mais atenção e cobertura da mídia, tempo e espaço para proferir discursos públicos, crescente visibilidade, interações e seguidores nas redes sociais. Essa projeção programada — que situava Michelle como o avesso complementar de seu marido: ele nervoso, ela serena; ele grosseiro, ela sensível; ele expressivo, ela comedida; ele desbocado, ela delicada; ele severo, ela acolhedora; enfim, ele ‘homem’, ela ‘mulher’, diferenciações tais como seus aliados e correligionários militantes mais reacionários quiseram marcar como sendo os papéis ‘naturais’ de cada gênero — desenvolvida durante todo o mandato de Bolsonaro, foi levada posteriormente à campanha de 2022, quando, novamente, as redes sociais foram um lugar privilegiado de disputa. Em 2024, como presidente do ‘PL Mulher’, ela declarou em ato político que era necessário, entre o marido e ela, a realização de um trabalho político em conjunto: “[...] O maridão ali, machão, gestor, administrador. E a mulher com esse olhar feminino, sabe, de ajudar ali no social”²³.

A estratégia de parecer alguém ‘do povo’ — algo que já nos é familiar, sobretudo, em candidatos oriundos da elite nas campanhas eleitorais brasileiras desde o surgimento da República — transformou-se nas redes sociais, de modo que a divulgação de acontecimentos cotidianos, a exposição da intimidade (mesmo que encenada) e a manifestação de gostos pessoais passaram a ser utilizados como estratégia para gerar mais acompanhamento dos espectadores (os ‘seguidores’) e mais ‘engajamento’ (essa palavra de origem francesa, que significa ‘envolver’,

²³ PODER360, 2024. Op. Cit.

‘comprometer-se’, anteriormente utilizada majoritariamente no sentido político de mobilização popular em prol de lutas por mudanças sociais e econômicas, agora foi incorporada ao vocabulário das redes sociais como uma métrica que indica o nível de interação do público com as publicações e sua participação nas iniciativas. Esse engajamento é mensurado por meio de indicadores como número de ‘curtidas’, comentários, compartilhamentos, repostagens, visualizações, entre outros). Ressaltamos que, para uma campanha feita em redes sociais visando o *marketing* político, é importante não apenas realizar discursos, mas o modo como os discursos são realizados²⁴.

Neste sentido, Michelle buscou colocar-se em evidência, mostrando nas redes sociais seu cotidiano religioso e familiar, além de aparecer ao lado de pessoas bastante populares e influentes em diversos nichos. Entre elas, destacam-se pastores religiosos — muitos dos quais, presentes em postagens (‘posts’, no jargão virtual), possuem grande visibilidade no Brasil e são considerados, por muitos, como superiores às demais pessoas, por serem vistos como eleitos por Deus, ‘ungidos’, ‘profetas’, ‘intocáveis’, portanto, ‘portadores da verdade’. Esses pastores exercem grande influência sobre as decisões dos fiéis e utilizaram (e ainda utilizam) desta posição para induzir as pessoas, em nome de Deus e da ‘boa’ moral, a tomar partido do bolsonarismo.

²⁴ A tese que privilegia o uso estratégico das redes sociais para a ascensão da extrema-direita brasileira exige uma reflexão mais crítica, pois, ao enfatizar aspectos tecnológicos e a habilidade em utilizá-los, essa narrativa, em parte, negligencia as dinâmicas internas, especialmente nas condições objetivas da luta de classes, contradições políticas e determinantes históricos e materiais. Países como Bolívia e Venezuela, por exemplo, mostram a insuficiência dessa explicação, já que nesses contextos, apesar da ampla presença das redes sociais, a direita não conseguiu alcançar o mesmo protagonismo. No caso brasileiro, a ascensão da extrema-direita foi profundamente enraizada nas condições históricas internas. Para interpretações de caráter materialista, o PT, ao longo de seus governos, optou por uma estratégia de conciliação de classes que desmobilizou e enfraqueceu a capacidade da classe trabalhadora de se organizar de modo independente, comprometendo a construção de uma consciência de classe e abriu espaço para que a direita — tradicionalmente associada às elites, pequenos burgueses e trabalhadores alienados — ampliasse sua influência entre os setores precarizados da classe trabalhadora e da classe média conservadora. O uso das redes sociais foi, sem dúvida, uma ferramenta importante, mas sua eficácia só foi possível porque encontrou terreno fértil nas condições materiais e ideológicas do contexto explicitado, sobretudo, no contexto de suposta crise econômica. Os governos do PT, ao priorizarem a governabilidade e os pactos com a burguesia, despolitizaram amplos setores das massas, transformando demandas populares em programas sociais limitados que, embora tenham mitigado temporariamente certos efeitos da exploração capitalista, não atacaram suas raízes estruturais. Esse modelo de governo gerou frustração e alienação entre setores precarizados, que se tornaram vulneráveis ao discurso da direita, sobretudo ao seu famigerado culto ao ‘empreendedorismo’. A crise econômica e política que marcou o período entre 2013 e 2018 aprofundou as contradições internas do capitalismo brasileiro, criando as condições objetivas para a ascensão da direita. A classe dominante, em aliança com o imperialismo, articulou uma ofensiva para desestabilizar o governo Dilma, aproveitando-se do descontentamento popular e da desorientação estratégica da esquerda institucionalizada. Reduzir a ascensão da direita ao uso das redes sociais é não apenas um erro analítico, mas também uma forma de desviar o foco das condições materiais que permitiram essa ascensão. A vitória da direita não foi apenas comunicacional; foi resultado de uma ofensiva burguesa articulada, sustentada pelas contradições internas da luta de classes no Brasil.

Desde a campanha para as eleições presidenciais de 2022, Michelle passou a ter um espaço mais amplo na cena política nacional. Realizou mais discursos e mais longos, nos quais, assim como o marido, difundiu uma interpretação ‘olavista’ para a política nacional: uma guerra teleológica, com contornos morais e religiosos, entre as forças do bem e as forças do mal — em que as primeiras seriam representadas por valores reacionários, tradicionalistas e cristãos; e as forças do mal estariam associadas ao que ele via como ideologias progressistas e globalistas²⁵ uma disputa, uma ‘guerra cultural’²⁶. Esse processo foi reforçado por Michelle ao reiterar a fusão entre religião e política: "Sim, por um bom tempo fomos negligentes ao ponto de dizer que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço. Chegou o momento [...] da libertação". Aqui, Michelle reafirma uma estratégia discursiva já utilizada por seu marido desde 2018: transformar a disputa política em uma "guerra espiritual", na qual a direita representa o "bem" e a esquerda o "mal", justificando assim a necessidade de mobilização permanente dos fiéis em prol de seu projeto político.²⁷ A luta política tornou-se cada vez mais polarizada, sendo vista não como uma disputa entre ideologias, interesses e práticas políticas, mas entre sistemas de crenças religiosas e culturais, destacando a importância de defender os valores cristãos e ocidentais.

A trajetória da ex-primeira-dama evidencia o uso de elementos culturais, religiosos e políticos para fortalecer um projeto conservador e/ou reacionário no Brasil. A partir do estudo de sua presença na esfera pública, de sua atuação nas redes sociais e das estratégias discursivas adotadas, pretendeu-se compreender como sua figura foi utilizada para reforçar valores tradicionais e para sustentar a ascensão e a manutenção do bolsonarismo como movimento político.

O reacionarismo (frequentemente não assumido e tratado como ‘conservadorismo’), tema caro ao meio religioso evangélico, sobretudo neopentecostal, e ao meio carismático ou ultraconservador católico — Michelle disse ser preciso ‘macetar’ aborto, drogas e ideologia de

²⁵ Suposta tentativa de centralização do poder político por elites globais, por meio da intervenção de organismos e plutocratas em questões como aborto, drogas, educação, maioria penal, comprometendo, assim, as decisões individuais, a soberania dos Estados-Nação e antigas tradições culturais.

²⁶ O termo que tem origem no espectro conservador norte-americano, sendo popularizado pelo sociólogo James Davison Hunter em seu livro *Culture Wars: the struggle to define America* (1991). Inicialmente, descrevia os conflitos entre visões de mundo conservadoras e progressistas em temas diversos, como aborto, direitos LGBTQ+, feminismo e separação entre Igreja e Estado. Amplamente adotado por setores da direita religiosa e política, o termo foi usado para mobilizar as bases contra mudanças sociais progressistas. No entanto, com o tempo, a expressão foi resignificada e apropriada por setores progressistas e da esquerda, passando a descrever as disputas ideológicas e culturais por hegemonia simbólica em diferentes contextos, especialmente com a ascensão das redes sociais. Atualmente, é um conceito amplamente aplicado em análises acadêmicas e políticas, representando os conflitos por valores e narrativas que permeiam a sociedade contemporânea.

²⁷ PODER360, 2024. Op. Cit.

gênero²⁸ —, e o apelo à anticorrupção (apesar de o governo de seu marido ainda estar sob suspeita de vários casos de corrupção²⁹) constituem-se como uma liga para seus discursos e lhe garantem maior visibilidade.

Michelle, que se refere a si mesma como “esposa, mãe, voluntária e serva do Senhor”, conhece o território religioso sobre o qual e para o qual discursa com a autoridade de quem conduz um exército de fiéis à batalha. Em uma de suas abordagens, por exemplo, ressaltou o sofrimento pelo qual sua família estaria passando para ‘livrar o Brasil das forças do mal’ — e, isto, ao mesmo tempo em que seu marido tratava questões sociais como ‘vitimismo’³⁰ e o sofrimento de vítimas da pandemia de Covid-19 como ‘mimimi’³¹. Neste jogo, toda a oposição é retratada como um ‘levante maligno’ contra a bondade que seu grupo afirma representar.

CONCLUSÃO

Michelle Bolsonaro tem se tornado uma figura de relevância no meio público e político brasileiro, tendo sido, inclusive, cogitada como uma cartada para a presidência³². É necessário refletir sobre o time em que ela joga: o bolsonarismo.

Como figura pública, Michelle desempenhou um papel relevante na mobilização de setores religiosos e conservadores, contribuindo para reforçar a base bolsonarista. Sua participação em eventos públicos e seu discurso frequentemente alinhado às pautas do governo ampliaram o alcance das mensagens de Bolsonaro, especialmente entre eleitoras evangélicas, grupo demográfico que desempenhou papel central em sua campanha. Além disso, Michelle foi um elemento de moderação simbólica, buscando suavizar a imagem de Bolsonaro em momentos de crise e tensionamento público.

²⁸ Termo utilizado de modo pejorativo para criticar perspectivas feministas e de estudos de gênero, especialmente em contextos políticos e religiosos conservadores. A ‘ideologia de gênero’ é frequentemente associada a uma visão crítica das ideias feministas sobre a construção social e cultural do gênero, argumentando que tais teorias promovem uma agenda que busca destruir as bases tradicionais da família e da moralidade.

²⁹ MARTINS, Letícia. Bolsonaro indiciado: saiba quais foram os crimes do ex-presidente apontados pela PF. CNN Brasil, 21 nov. 2024. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-indiciado-saiba-quais-foram-os-crimes-do-ex-presidente-apontados-pela-pf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

³⁰ REVISTA OESTE. ‘Chega de vitimismo. Somos todos iguais, diz Bolsonaro. *Oeste*, 28 ago. 2022. Disponível em: <revistaouest.com>. Acesso em: 25 jan. 2025.

³¹ BBC NEWS BRASIL. ‘Em pior momento da pandemia, Bolsonaro critica ‘mimimi’ e diz que brasileiro tem que enfrentar vírus’. *BBC News Brasil*, 4 mar. 2021. Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: 25 jan. 2025.

³² As pesquisas atuais têm colocado Michelle como uma das principais candidatas à Presidência. Alguns links sobre as pesquisas: <www.cartacapital.com.br/politica/o-desempenho-de-lula-em-disputas-eleitorais-contramichelle-e-tarcisio-segundo-o-parana-pesquisas>; <www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/pesquisa-coloca-lula-contrabolsonaro-michelle-tarcisio-e-nomes-da-direita-veja-cenarios>; <<https://exame.com/brasil/sem-bolsonaro-michelle-e-a-mais-forte-contralula-em-2026-aponta-pesquisa-quaest>>.

A trajetória de Michelle evidencia a instrumentalização da religião e do moralismo conservador e/ou reacionário para consolidar um projeto de poder que se sustenta no sectarismo e na retórica da perseguição. Sua projeção reforça a continuidade do bolsonarismo como movimento para além da figura de Jair Bolsonaro, refletindo a instrumentalização de valores tradicionais e religiosos para legitimar seu projeto político, que encontrou nas redes sociais um terreno fértil para sua propagação, indicando que sua influência na política brasileira pode perdurar independentemente das circunstâncias eleitorais imediatas.

Nesse sentido, compreender o papel de Michelle na consolidação desse projeto é essencial para analisar os desafios que o campo democrático enfrentará nos próximos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Ricardo. *E a verdade os libertará: reflexões sobre religião, política e bolsonarismo*. São Paulo: Mundo Cristão, 2020.

BBC NEWS BRASIL. 'Em pior momento da pandemia, Bolsonaro critica 'mimimi' e diz que brasileiro tem que enfrentar vírus'. *BBC News Brasil*, 4 mar. 2021. Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: 25 jan. 2025.

DAL PIVA, Juliana. *O negócio do Jair: a história proibida do clã Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. Em propaganda eleitoral, mulher de Bolsonaro 'suaviza' a imagem do marido. *Exame*, 25 out. 2018. Disponível em: <exame.com>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GUEDES; Ciça; MELO, Murilo. *Todas as mulheres dos presidentes*. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2019.

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis: Vozes, 2022.

IBRAHIM, Cesar Antonio Calejon. *A ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI*. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

MONTEIRO, G. T.; TEIXEIRA, C. S. *Bolsonarismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2020.

PODER360. Michelle Bolsonaro diz que homem deve ser “machão” na política. *Poder 360*, 25 out. 2024. Disponível em: <www.poder360.com.br/poder-eleicoes/michelle-bolsonaro-diz-que-homem-deve-ser-machao-na-politica>. Acesso em: 28 jan. 2025.

REVISTA OESTE. 'Chega de vitimismo. Somos todos iguais, diz Bolsonaro. *Oeste*, 28 ago. 2022. Disponível em: <revistaoeste.com>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ROCHA, João. Guerra. *Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

SAFATLE, Vladimir. Os limites do ressentimento. *Piauí*, edição 206, nov. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/recorrer-a-psicologia-para-explicar-por-que-a-extrema-direita-atrai-seguidores-so-mascara-a-impotencia-da-esquerda>. Acesso em: 18 jan. 2025.

REALIZAÇÃO:

Departamento de
HistóriaPROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DIVERSITAS

Fruto dos debates realizados na XXVII Semana de História da UEM, a Coleção Ensaio materializa o conhecimento em movimento. Organizada coletivamente por pesquisadores da área de História, esta série reúne trabalhos que se destacam pela análise crítica e pela capacidade de conectar o passado aos dilemas contemporâneos. Uma iniciativa que celebra o diálogo acadêmico e o torna acessível a todos os interessados em pensar a sociedade de forma mais profunda.



ISBN: 978-65-01-74419-3

CDL



9 786501 744193